Geraldo Magella Neris

CIÊNCIAS SOCIAIS
ANEXO PROC. 557/00

Política e Hegemonia: A Interpretação Gramsciana de Maquiavel

Marília
2002

unesp

GERALDO MAGELLA NERIS

POLÍTICA E HEGEMONIA: A INTERPRETAÇÃO GRAMSCIANA DE MAQUIAVEL

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Filosofia e Ciências
- Câmpus de Marília -
Seção de Pós-Graduação

RELATÓRIO APRESENTADO PELA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO ALUNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "CIÊNCIAS SOCIAIS", GERALDO MAGELLA NERIS, REALIZADA NO DIA 03 DE OUTUBRO DE 2002.

A Dissertação foi considerada aprovada com "distinção e louvor" após um trabalho de arguição. Transcorrido das 14h40m às 16h50m. A banca sugeriu algumas alterações considerando a possibilidade da publicação e sugerindo o imediato ingresso no doutorado.

DR. MARCOS TADEU DEL ROIO _____

DR. MILTON LAHUERTA _____

DR. PAULO RIBEIRO CUNHA _____

BIBLIOTECA

GERALDO MAGELLA NERIS

1410001413

POLÍTICA E HEGEMONIA: A INTERPRETAÇÃO GRAMSCIANA DE MAQUIAVEL

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Marília, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais (Área de concentração: Ciências Sociais)

Orientador: Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio

Marília
2002

Fac. de Filosofia e Ciências
BIBLIOTECA
Campus de Marília

UNO01138666
70901007

Nº cham 335.4
N446p

Nº Tombo 1413
Aquisição D
Preço 5,00
Data 10/3/03
Proced. Autor

- Ciencia política
- Gramsci, Antonio 1891-1937
- Maquiavel (690)
- Machiavelli, niccolo, 1469-1527
- O Príncipe (690)

202 p.

Neris, Geraldo Magella.
M447p Política e hegemonia: a interpretação Gramsciana de Maquiavel / Geraldo Magella Neris. -- Marília, 2002.
202 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, 2002.
Orientador: Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio.

1. Gramsci. 2. Maquiavel. 3. Teoria política. I. Autor. II. Título.

CDD 320.1

BIBLIOTECA

Aos meus pais (Cloves e Eunice),
a minha esposa (Marcela) e
ao meu filho (Lucca).

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta ou indireta de muitas pessoas. Manifestamos nossa gratidão a todas elas e de forma particular:

à FAPESP pelo financiamento da pesquisa;

ao meu orientador Prof. Marcos Tadeu Del Roio pelo incansável estímulo oferecido ao longo de toda a pesquisa, colocando pacientemente sempre novos e maiores desafios;

ao Prof. Tullo Vigevani e à Profa. Célia Tolentino pela gentileza, sempre dispostos a nos ajudar na aquisição de material bibliográfico em suas viagens pela Itália;

às Profas. Fátima Cabral e Maria Orlanda Pinassi pelo constante incentivo;

a todos os professores e colegas do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, campus de Marília.

RESUMO

A interpretação gramsciana de Maquiavel apreende a sua teoria política como dialeticamente articulada ao contexto mais amplo de redefinição dos interesses sociais em curso nas formações sociais de transição da Europa Ocidental do início da Idade Moderna. O presente trabalho visa ampliar as indicações fornecidas por Gramsci, recorrendo ao texto do próprio Maquiavel, para explicitar em que medida o conhecimento político disponibilizado em *O Príncipe* fornece os meios para a constituição da vontade coletiva necessária à organização do Estado unitário moderno.

ABSTRACT

The Machiavelli's gramscian interpretation understand his politics theory as dialectical articulated to the most wide context of redefinition of the ongoing social interests in the social formation of the Occidental Europe transition, in the beginning of the Modern Age. This study comes to enlarge the Gramsci's indications, drawing on the own Machiavelli's text, to explain how the political knowledge available in *Il Principe* gives the ways for the constitution of a collective will necessary to the organization of the modern unitary State.

SUMÁRIO

Introdução 7

1. A formação do Estado unitário moderno na Europa Ocidental do século XVI . 22

1.1. As monarquias absolutistas do século XVI: a gênese do processo de constituição do Estado nacional 23

1.2. Renascimento e Reforma 50

2. A ação de fundação e a estratégia política do príncipe-*condottiere* 63

2.1. *O Príncipe* e a formação da vontade coletiva nacional-popular 64

2.2. A estratégia maquiaveliana para a ascensão da burguesia 89

2.2.1. As formas possíveis de Estado 96

2.2.2. As milícias próprias: os fundamentos da constituição do exército nacional 117

2.2.3. A necessidade da política realista 131

2.2.4. A urgência da ação política 147

3. Os limites históricos do projeto político de Maquiavel 155

3.1. A singularidade política italiana: a permanência da fragmentação territorial 156

3.2. O papel cosmopolita dos intelectuais renascentistas e a refeudalização do poder 167

3.3. Risorgimento: união política, não unidade social 179

Considerações finais 193

Referências bibliográficas 199

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

INTRODUÇÃO

A existência de uma relação teórica privilegiada entre Gramsci e Maquiavel, presente na reflexão elaborada nos escritos gramscianos do cárcere, é de conhecimento generalizado e já não desperta tanta celeuma. Da mesma forma, a interpretação gramsciana da obra do "Secretário florentino" e dos problemas do Renascimento, na medida em que foi sendo sistematicamente estudada se tornou aceita em círculos mais amplos, aparecendo como uma contribuição significativa para a compreensão da história política italiana do *Cinquecento* e de seu desenvolvimento ulterior.

Porém, devido à extrema originalidade de suas formulações, destoante das concepções ideológicas estabelecidas pela historiografia e pela crítica maquiaveliana tradicionais, as notas gramscianas sobre Maquiavel e sobre o Renascimento acabaram despertando uma certa reserva em alguns críticos quando vieram a público pela primeira vez. No momento de publicação da primeira edição dos *Quaderni del carcere*[1] – ainda a velha edição temática organizada por Palmiro Togliatti -, os volumes *Note sul Machiavelli, sulla política e sullo Stato moderno* e *Il Risorgimento*, foram acusados de serem excessivamente politicistas, de privilegiarem o posicionamento político de partido e de

[1] Trata-se da primeira edição temática dos *Quaderni del carcere*, organizada segundo as indicações de Palmiro Togliatti de publicar os escritos gramscianos do cárcere não na ordem cronológica em que foram elaborados, mas agrupados segundo os temas tratados. Os seis volumes receberam os seguintes títulos: *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce* (1948), *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura* (1949), *Il Risorgimento* (1949), *Note sul Machiavelli, sulla política e sullo Stato moderno* (1949), *Letteratura e vita nazionale* (1950) e *Passato e presente* (1951).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

relegarem a segundo plano os aspectos diretamente históricos envolvidos na pesquisa[2]. No entanto, com o avanço dos estudos da obra de Gramsci – uma obra por si só complexa e de difícil compreensão teórica, dadas as próprias circunstâncias de sua produção e ao caráter não sistematizado das notas que a compõe -, as primeiras avaliações apressadas do início foram cedendo lugar a uma avaliação mais positiva e o sentido preciso da interpretação gramsciana foi se cristalizando.

Assim, já na década de sessenta, os estudos sobre a questão se voltaram principalmente para a explicitação da leitura gramsciana de Maquiavel. Nesse sentido, foram muito importantes os trabalhos de Luciano Gruppi[3] e de Leonardo Paggi[4], que esclareceram os eixos fundamentais da leitura gramsciana da obra de Maquiavel e contribuíram para realçar a sua importância na evolução política de Gramsci.

Mas, ao contrário do estudo de outros temas da obra gramsciana, que suscitaram análises minuciosas, quase que arqueológicas, esses estudos iniciais sobre a relação entre Gramsci e Maquiavel tomaram a forma de artigos ou de pequenos ensaios, sem adquirir um caráter mais profundo e sistemático. Somente com o desenvolvimento em larga escala dos estudos críticos da obra gramsciana, ocorrido a partir dos anos setenta, é que essas notas foram objeto de estudos mais aprofundados.

---

[2] Sobre essa questão, cf. ANTONINI. C. Il Risorgimento. In: "*Il Mondo*", I, 8, 9 aprile 1949, p. 8; BIZZARRI, A Machiavelli e il moderno Príncipe. In: "*Il Mondo*", II, 5, 4 febbraio 1950, p. 8 e SASSO, G. Antonio Gramsci interprete di Machiavelli. In: "*Lo spettatore italiano*", III, 4, aprile 1950, p. 93.

[3] GRUPPI, L. Machiavelli e Gramsci. In: *Critica Marxista*, n. 03, 1969, pp. 81-91.

[4] PAGGI, L. Machiavelli e Gramsci. In: *Studi Storici*, 10, n. 04, ottobre-dicembre, 1969, pp. 833-76.

unesp

O erudito trabalho de Claude Lefort[5] sobre as interpretações clássicas de Maquiavel, ao dedicar um estudo sobre a contribuição de Gramsci[6], representou a tentativa mais sistemática até então de apreender os fundamentos da leitura gramsciana do "Secretário florentino". Mesmo destacando o caráter fragmentário das notas presentes nos *Quaderni del carcere*, ele reconhece a originalidade da leitura, procurando esclarecer fundamentalmente a intenção que moveu Gramsci em seus escritos sobre Maquiavel.

A obra de Saveria Chemotti[7] segue como o outro empreendimento mais consistente a esse respeito na década de setenta, realizada também com base no estudo da edição temática dos *Quaderni*. Através de uma vasta análise das recensões anteriores, a autora recupera as contribuições fornecidas por Gramsci sobre o tema, destacando que as pesquisas gramscianas sobre a figura de Maquiavel só adquirem sentido no contexto de um projeto de investigação mais ampla sobre a constituição histórica do Estado italiano, visando recuperar seu desenvolvimento desde os seus primórdios até a situação contemporânea de ascensão do fascismo[8]. Portanto, as notas gramscianas sobre Maquiavel e o Renascimento se inserem nos quadros de uma pesquisa mais geral, que busca destacar o papel dos elementos culturais que repercutiram sobre o *Risorgimento* e sobre o desenvolvimento político posterior da sociedade italiana. Logo, o propósito de sua investigação foi recuperar o papel da cultura – isto é, dos intelectuais – no processo de

---

[5] LEFORT, C. *Le travail de l'oeuvre – Machiavel*. Paris: Gallimard, 1972.

[6] Ibid, pp. 237-258. Nesse estudo, intitulado La première figure de la philosophie de la práxis – une interpretation d'Antonio Gramsci, Lefort identifica a leitura gramsciana como sendo uma interpretação marxista de Maquiavel. A análise desenvolvida por ele, apesar da abstração desmesurada de sua linguagem hieroglífica, cumpriu um importante papel na identificação do eixo básico da interpretação gramsciana: a busca da localização histórica do destinatário da obra de Maquiavel e a explicitação da função de seu extremado realismo político.

[7] CHEMOTTI, S. *Umanesimo, Rinascimento, Machiavelli nella critica gramsciana*. Roma: Ed. Bulzoni, 1975.

[8] CHEMOTTI, op. cit., pp. 28-9.

transição da Itália para o capitalismo moderno, identificando a particularidade concreta italiana que resultou numa forma diferenciada de transição, marcada pela permanência de uma série de anomalias sociais características, quando comparada às vias "clássicas" de desenvolvimento capitalista da Europa moderna.

No entanto, a publicação da edição crítica dos *Quaderni del carcere*[9], organizada pela equipe de Valentino Gerratana e disponibilizada a partir de 1975, levou a uma mudança qualitativa fundamental nos estudos da obra gramsciana. A partir de então, os pesquisadores puderam contar com uma edição cronológica das notas elaboradas no cárcere, o que permitiu acompanhar o processo de desenvolvimento das idéias e dos conceitos elaborados por Gramsci. De modo que todos os estudos da obra gramsciana se beneficiaram e, conseqüentemente, também os estudos direcionados para a questão da interpretação gramsciana de Maquiavel e dos problemas do Renascimento. É dentro desse novo espírito que se insere o trabalho de Federico Sanguineti[10], publicado no início da década de oitenta, que procura apreender o desenvolvimento cronológico da relação entre Gramsci e Maquiavel, partindo de seus escritos anteriores até o período do cárcere.

Já na década de noventa, como obra de maior fôlego, temos o livro de Rita Medice[11], que analisa a influência de Maquiavel sobre alguns expoentes do pensamento político do *Novecento*. Dentre esses - Mosca, Pareto e Michels -, ela dedica também especial atenção à função de "metáfora" que Maquiavel desempenha no pensamento de

---

[9] GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*, Edizione critica dell'Instituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 1975 (prima edizione). A obra que utilizamos é uma edição especial de 2001 (Einaudi Tascabili).

[10] SANGUINETI, F. *Gramsci e Machiavelli*. Roma: Laterza, 1982.

[11] MEDICE, R. *La Metafora Machiavelli: Mosca Pareto Michels Gramsci.* Modena: Mucchi Editore, 1990.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Antonio Gramsci. Nos dois capítulos dedicados à interpretação gramsciana toma corpo um Maquiavel jacobino, revolucionário e precursor da "filosofia da práxis".

Além desses estudos mais amplos, aparecem ainda os artigos de Evelyne Buissière[12] e de Egidio Zacheo[13], o primeiro contribuindo para a discussão sobre os fundamentos teóricos da interpretação gramsciana de Maquiavel e o segundo propondo uma comparação conceitual entre o Príncipe e o moderno Príncipe.

Em língua inglesa se destaca pela profundidade de investigação a obra de Benedetto Fontana[14], que se apresenta como um pioneiro dos estudos da relação entre Gramsci e Maquiavel fora da Europa. A tônica de sua obra recai sobre as influências teóricas de Maquiavel na reflexão gramsciana dos *Quaderni del carcere*, apontando que o "Secretário florentino" adquire para Gramsci o estatuto de um verdadeiro "anti-Croce" histórico. Ou seja, representa a negação concreta do cosmopolitismo característico dos intelectuais italianos, cujo representante mais destacado seria o próprio Croce, corporificando a emergência do "intelectual democrático" na história italiana.

Como destacamos, atualmente já existem alguns trabalhos mais sistemáticos sobre a relação teórica entre Gramsci e Maquiavel na literatura estrangeira, principalmente italiana. Se bem que, se comparada a outras temáticas dos estudos gramscianos, como - por exemplo - a questão da hegemonia, da cultura e da educação nos *Quaderni del carcere*, esses estudos representem uma parcela bastante limitada, ou mesmo

---

[12] BUSSIÈRE, E. Il Machiavelli di Gramsci. In: *Critica Marxista*, ano 29, n. 06, 1991, pp. 69-83.

[13] ZACHEO, E. Machiavelli e il "moderno Pricipe". In: *Gramsci, la democrazia, la cultura*. Manduria-Bari-Roma: Piero Lacaita Editore, 1991.

[14] FONTANA, B. *Hegemony and Power: on the relation between Gramsci and Machiavelli*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

ínfima, da enorme bibliografia crítica disponível[15]. Esta situação é ainda mais evidente no Brasil, onde apesar do estudo do pensamento de Gramsci já se encontrar bastante desenvolvido, inexiste uma abordagem mais aprofundada sobre essa questão[16]. Portanto, um dos objetivos principais de nosso trabalho – ao propor um estudo mais sistemático da interpretação gramsciana de Maquiavel - será exatamente tentar suprir essa lacuna.

Todavia, a nossa pesquisa não pretende ser uma mera recapitulação dos estudos anteriores. Se, por um lado, nos colocamos dentro da perspectiva tradicional de abordagem da questão, ao situar a leitura gramsciana de Maquiavel no contexto mais geral dos temas tratados nos *Quaderni*; por outro, pretendemos ir além dos estudos anteriores, buscando fundamentar historicamente as indicações fornecidas pela interpretação gramsciana. Além disso, recorremos à obra do próprio Maquiavel para desenvolver as indicações fornecidas por Gramsci de que o pensamento político contido em *O Príncipe* pode ser visto como um desdobramento do processo de redefinição social posto em marcha pela constituição da forma embrionária da vontade coletiva nacional-popular nas formações sociais de transição renascentistas.

Assim, a teoria política elaborada por Maquiavel não é vista como um conjunto de teses válidas em si mesmas – o que ela também não deixa de ser, se abordada sob o prisma da análise do discurso -, mas, porém, aparece como dialeticamente articulada

---

[15] Cf., a esse respeito, a extensa bibliografia crítica gramsciana disponibilizada em CAMMETT, J. M. (curatore), *Bibliografia gramsciana 1922-1998*. Roma: Editori Riuniti, 1999.

[16] Na literatura crítica gramsciana desenvolvida no Brasil, a relação entre Gramsci e Maquiavel ainda não foi estudada de forma sistemática. As poucas referências encontradas tratam de forma geral da questão, sem aprofundar a compreensão do tema. Conferir, sobretudo, a referência presente em Carlos Nelson Coutinho (O Partido como "intelectual coletivo". In: COUTINHO, C.N. *Grasmci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992) e Anita H. Schlesener (Hegemonia e História italiana e A interpretação gramsciana de Maquiavel. In: SCHLESENER, A. H. *Hegemonia e cultura: Gramsci*. Curitiba: Ed. UFPR, 1992).

dentro do contexto mais amplo do processo de formação da vontade coletiva no qual o seu autor estava inserido. Com efeito, buscando apreender e ampliar as indicações fornecidas pela interpretação gramsciana, o nosso estudo pretende analisar a teoria de Maquiavel como um complexo orgânico integrante de uma totalidade social maior que se desdobra no momento da gênese da vontade coletiva nacional-popular com a constituição do Estado unitário moderno.

No primeiro capítulo (A formação do Estado unitário moderno na Europa Ocidental do século XVI), fornecemos os elementos essenciais que fundamentam a nossa reconstrução teórica – na linha indicada por Gramsci - que caracteriza o surgimento do Estado unitário moderno como o momento embrionário de constituição do projeto burguês de nação. Entendido nesses termos, recuperamos em linhas gerais o rico processo de desenvolvimento histórico que levou à gênese do Estado moderno na forma das monarquias nacionais absolutistas surgidas no alvorecer da Idade Moderna. A nossa reconstrução privilegiou a abordagem desenvolvida por Gramsci, reconhecendo explicitamente o equilíbrio da interação entre as instâncias infra-estruturais e superestruturais na determinação da dinâmica do processo histórico. Ao fazermos isso, visamos superar o *mecanicismo metodológico* que ainda teima em reduzir a superestrutura a um mero epifenômeno da economia. Ou seja, visamos reconhecer que é a interação dialética entre economia e cultura, mais do que um determinismo inflexível das forças econômicas, que impulsiona o desenvolvimento histórico da sociedade humana.

O processo de *nacionalização* engendrado pela ascensão da burguesia nas formações sociais de transição renascentistas é um exemplo evidente de que a práxis histórica resulta da imbricação orgânica entre as diversas instâncias da sociedade. É claro que a economia continua sendo reconhecida como a base material da sociedade humana,

unesp

como queria Marx, mas o *moto contínuo* que garante o dinamismo do movimento histórico resulta principalmente do papel arquitetônico desempenhado pela cultura, através da inserção dos intelectuais no processo de redefinição dos interesses sociais que mobilizam a constituição das estruturas reguladoras da vida coletiva.

Assim, a partir do final do século XV verifica-se na maior parte dos conjuntos nacionais da Europa Ocidental – França, Inglaterra, Portugal, Espanha – a constituição do consenso (uma nova vontade coletiva) da necessidade do Estado unitário como o mecanismo mais apropriado para a garantia da segurança (interna e externa), além de favorecer a expansão das atividades econômicas mercantis. Esse novo consenso – isto é, a formação embrionária da vontade coletiva nacional-popular – tornou possível a mobilização pelo monarca (elemento mediador historicamente determinado responsável pela aglutinação das vontades individuais necessária para a ação política de constituição do Estado moderno) do apoio não só da classe burguesa ascendente, mas de amplos estratos das classes populares e de setores aburguesados da nobreza. Portanto, foi a formação dessa nova vontade coletiva, já de caráter nacional-popular, que impulsionou o processo de consolidação do poder soberano dos reis e a efetiva unificação territorial, características responsáveis pela configuração já marcadamente moderna da monarquia absolutista[17].

No segundo capítulo (A ação de fundação e a estratégia política do príncipe-*condottiere*), após estabelecer as bases teóricas que sustentam a nossa análise do pensamento de Maquiavel como um desdobramento do processo de redefinição social levado a cabo pela "filosofia da época", desenvolvemos dois objetivos complementares.

---

[17] Sobre o caráter moderno das monarquias absolutistas que emergem na Europa Ocidental no século XVI, destacando as suas duas características fundamentais (poder de Estado soberano e "despatrimonializado" e despersonalização do poder político), cf. TORRES, J.C.B. *Figuras do Estado moderno. Elementos para um estudo histórico-conceitual das formas fundamentais de representação política no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

unesp

Em primeiro lugar, como já afirmado anteriormente, a nossa investigação visou explicitar a interpretação gramsciana de Maquiavel, procurando determinar os fundamentos de sua leitura histórica que localiza em *O Príncipe* uma indicação teórica do processo de constituição da vontade coletiva em curso no momento inicial de formação do Estado nacional[18]. Sendo assim, no campo do pensamento político, a obra de Maquiavel representa a primeira grande investida teórica para investigar o processo de formação do Estado nacional em andamento naquela época. É por isso que Gramsci afirma que ele "foi o teórico dos Estados nacionais governados pela monarquia absoluta": mesmo não conhecendo todas as variações que o processo de centralização política tomou através da consolidação do Estado nacional, já que sua reflexão derivou principalmente do conhecimento mais detalhado do modelo francês e, indiretamente, do modelo espanhol, como fica evidente em seu texto, Maquiavel pôde sistematizar as bases políticas do processo de construção do Estado unitário porque estava organicamente vinculado aos interesses da classe burguesa em ascensão. Dessa forma, sua reflexão só adquire sentido no contexto do problema histórico colocado pela filosofia de sua época, que redefinia não somente os interesses sociais mais gerais (os valores, os ideais, etc), mas elaborava também os fundamentos da nova forma de organização política de base nacional. É em função disso, portanto, que a obra de Maquiavel pode ser vista como a consciência teórica do processo de

[18] Numa carta endereçada à Tânia, datada de 14 de novembro de 1927, Gramsci afirma que nenhum dos comentadores que escreveram sobre o quarto centenário da morte de Maquiavel percebeu a conexão entre a sua obra e o período histórico em que ela foi produzida, marcado pela emergência do Estado unitário na forma da monarquia absolutista: "Fui logo atraído pelo fato de que nenhum dos escritores sobre o centenário tenha estabelecido a relação entre os livros de Maquiavel e o desenvolvimento dos Estados em toda a Europa no mesmo período histórico. Desviados pelo problema puramente moralista do chamado *maquiavelismo*, não viram que Maquiavel foi o teórico dos Estados nacionais governados pela monarquia absoluta, isto é, teorizava na Itália o que na Inglaterra era energicamente posto em prática por Elizabeth, na Espanha por Fernando, o Católico, na França por Luis XI e na Rússia por Ivã, o Terrível, mesmo quando não conhecesse e não pudesse conhecer algumas destas experiências nacionais, que na realidade representavam o problema histórico da época que Maquiavel teve a genialidade de intuir e expor sistematicamente". GRAMSCI, A. *Cartas do cárcere*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1991, p. 89.

constituição do Estado unitário moderno e da necessidade de formação de uma vontade coletiva nacional-popular.

Em segundo lugar, o nosso propósito visou desenvolver essas indicações, algumas delas apenas delineadas nas notas presentes nos *Quaderni del carcere*, ampliando o foco da perspectiva gramsciana e recorrendo ao texto do próprio Maquiavel para tornar mais compreensível em que medida o conhecimento disponibilizado em *O Príncipe* visa fornecer os meios para a constituição da vontade coletiva necessária à organização do Estado unitário de base nacional. E aqui se torna evidente a nossa vinculação direta com a abordagem metodológica gramsciana desenvolvida nos *Quaderni*, particularmente na análise da obra de Maquiavel como sendo expressão teórica de um processo histórico mais complexo de constituição do domínio político de uma nova classe social.

O elemento fundamental da leitura gramsciana é o reconhecimento do estatuto social da obra de Maquiavel. Ou seja, a negação da possibilidade metodológica de fragmentação da totalidade social, isolando o pensamento do autor da realidade histórica, concebendo-o como fechado em si mesmo. Para Gramsci, o pensamento de Maquiavel aparece como inserido em um contexto histórico determinado: "È necessário considerar Maquiavel, em grau maior, como expressão necessária de seu tempo e estreitamente ligado às condições e às exigências de sua época (...)[19]. Por conseqüência, fica descartada a possibilidade de uma leitura objetivista, circunscrita somente à análise do discurso. Assim, a importância de Maquiavel reside na sua capacidade de perceber o papel progressivo da

[19] GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Edição crítica de Valentino Gerratana. Torino: Einaudi Tascabili, 2001, *Q. 13, § 13, p. 1572*. Usaremos o número do caderno, o parágrafo e a página para facilitar a localização da refência na obra indicada.

burguesia e, através de sua reflexão, fornecer os elementos doutrinários necessários para a construção prática do poder político da nova classe em ascensão.

Essa perspectiva nega os fundamentos das inúmeras leituras moralizantes existentes da obra de Maquiavel. Grosso modo, seus interpretes podem ser catalogados segundo o posicionamento crítico adotado diante do realismo político presente em *O Príncipe*, que aparece como um dos livros mais polêmicos do pensamento político clássico. Conforme o realismo seja visto como positivo ou negativo, Maquiavel será automaticamente associado à liberdade ou à tirania, variando somente as gradações dessa classificação. O principal motivo dessa diversidade de leituras reside na redução da interpretação a uma operação puramente abstrata, desprendendo a reflexão maquiaveliana da realidade histórica que forneceu os problemas sobre os quais ele refletiu. Essa "desconstrução" da historicidade da obra – e, essa afirmação tem validade não somente para a interpretação de Maquiavel, mas adquire o estatuto de um verdadeiro paradigma interpretativo na filosofia política contemporânea – é que fornece a legitimidade da profusão de leituras da obra de Maquiavel[20].

Entretanto, discordando dessas interpretações a-históricas, assim como da leitura "historicista" de Benedetto Croce[21], Gramsci se propõe a compreender os escritos de

---

[20] A profusão das leituras interpretativas de *O Príncipe* fica bastante evidente no artigo de Isaiah Berlin (BERLIN, I. O problema de Maquiavel. In: *Documentação e Atualidade Política*, Jan-Mar, 1978, pp. 05-22), onde são enumeradas exaustivamente as diversas interpretações que essa obra recebeu ao longo do tempo: a obra é vista ora como sátira (Ugo Foscolo, Ricci, Espinosa e Rousseau); ora como pertencente à categoria de "espelho dos príncipes", livros destinados a educação dos soberanos, comuns durante o Renascimento (A.H. Gilbert); ora a obra é interpretada como um manifesto contra a Igreja católica (Giuseppe Prezzolini, Hiran Haydir, Fichte, etc.), etc.

[21] A concepção croceana de Maquiavel se encontra disseminada em vários escritos esparsos: CROCE, B. Moralità del Machiavelli. In: *Nuove pagine sparse*. Napoli: Ricciardi, 1949, pp. 238-239; Machiavelli e Vico. La política e l'etica, In: *Ética e política*. Bari: Laterza, 1975, pp. 204-209; La questione Del Machiavelli, In: *Indagini su Hegel e schiarimenti filosofici*. Bari: Laterza, 1952, pp. 164-176 e Ciò che il Machiavelli fece e ciò Che lasciò fare. In: *Terze pagine sparse*. Bari: Laterza, 1955, pp. 217-218.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Maquiavel como expressão histórica da relação de seu autor com uma situação social determinada. É essa nova concepção histórica que permite pôr fim aos absurdos das interpretações moralistas da obra do "Secretário florentino" elaboradas sob a rubrica do "maquiavelismo", inviabilizando também as tentativas de fazer de seu pensamento uma teoria da política em geral, válida em todos os tempos.

A revolução instaurada por Maquiavel na filosofia política reside na negação do discurso oficial de sua época – a ideologia cristã – que apresentava a política como sendo fundada por princípios absolutos, organizando o exercício do poder segundo os sistemas elaborados pela teologia. Por isso, Maquiavel pode ser considerado como o protótipo do pensador político moderno, já que foi o primeiro a reivindicar abertamente que religião e ética política se constituíam em dois campos distintos, pautados por condutas morais diferentes. A ética cristã deveria nortear a vida do indivíduo comum. Mas ao príncipe, em virtude dos interesses coletivos representados pela atividade política e – principalmente, em decorrência da lógica intrínseca da própria política – só restaria a adoção de uma ética de resultado. Ou seja, na verdade, o que Maquiavel está destacando é a necessidade histórica dos novos tempos de subsumir a religião à política, a necessidade de hegemonização de uma nova *Weltanschauung* que se imporia na Europa Ocidental a partir do século XVI com a formação das monarquias nacionais absolutistas e a difusão da Reforma protestante.

Nicolau Maquiavel, melhor do que qualquer um de seus contemporâneos – inclusive Guicciardini, que é tido por alguns como o político realista por excelência – soube captar esse processo de secularização da política em sua essência, apreendendo que o poder político está situado fora do campo da teologia e da ordem natural do mundo, sendo o resultado das relações que os homens estabelecem entre si, das lutas sociais entre grandes e

unesp

pequenos no interior do Estado. Em conseqüência, o príncipe de Maquiavel - dada à configuração da luta política nas formações sociais de transição da época do Renascimento, que exigia a fundação de novas estruturas de poder – assume um caráter militar que se expressa na figura do *condottiere*, impondo a incorporação dos camponeses como base social de apoio na estratégia de construção do poder da classe burguesa.

Assim, a teoria política de Maquiavel não é apreendida como um conhecimento objetivo em si mesmo – isto é, como uma ciência política em geral, válida para todas as épocas -, mas sim como uma consciência filosófica inserida no interior de uma totalidade social dada. A originalidade de Maquiavel reside em sua nova concepção de mundo, laica e capaz de perscrutar o caminho possível do desenvolvimento das novas forças sociais progressivas da época, contribuindo para criar *pari passu* ao domínio econômico da burguesia ascendente as condições de constituição de seu poder político.

O príncipe-*condottiere* teorizado por Maquiavel se encarnava em um indivíduo excepcional, o símbolo do líder militar, que funcionava como um "mito"[22], porque precisava aglutinar as vontades políticas dispersas, homogeneizando o modo de pensar e de atuar (concepção de mundo) – somente possível naquela época à partir de fora, dada a forma imperante de formação do homem coletivo - em função de um objetivo político determinado: isto é, a constituição do Estado nacional, cuja forma política se configurou historicamente nas monarquias absolutistas do século XVI.

---

[22] "O caráter fundamental do *Príncipe* é o de não ser um tratado sistemático, mas um livro "vivo", no qual a ideologia política e a ciência política fundem-se na forma dramática do "mito". Entre a utopia e o tratado escolástico, formas nas quais se configurava a ciência política até Maquiavel, este deu à sua concepção a forma fantástica e artística, pela qual o elemento doutrinário e racional personifica-se em um *condottiere*, que representa plástica e "antropomorficamente" o símbolo da "vontade coletiva"(GRAMSCI, op. cit., *Q. 13, § 1, p. 1555*).

unesp

A constituição do Estado moderno, resultado da ascensão da burguesia mercantil e manufatureira, é o primeiro exemplo – se bem que de caráter limitado – da afirmação de uma "reforma intelectual e moral" bem sucedida, que levou a formação de novas estruturas sociais. A renovação prefigurada no projeto político de Maquiavel pressupunha a constituição do povo como a força política necessária para fundar o novo Estado. E isso só seria possível através de uma reforma moral possibilitada pela difusão do realismo junto às massas populares, que superasse o mundo espiritual integrado da Idade Média e do Renascimento - em sua configuração italiana -, colocando a questão de uma ação política que contradizia a ideologia dominante da época (a religião) ao propor a superação dos entraves do universalismo feudal e a criação política do Estado nacional. No entanto, os rumos tomados pelo desenvolvimento histórico confluíram para a derrota das forças burguesas italianas do século XVI, impedindo a efetivação do projeto endereçado ao príncipe-*condottiere* de Maquiavel.

Conseqüentemente, no terceiro capítulo (Os limites históricos do projeto político de Maquiavel), a fim de manter a organicidade da leitura gramsciana, que vincula a interpretação de Maquiavel ao processo de desenvolvimento do Estado italiano, procuramos mostrar os desdobramentos da permanência da fragmentação territorial da península sobre o desenvolvimento político subseqüente da história italiana. No entanto, mesmo reconhecendo a derrota histórica *relativa* do projeto endereçado por Maquiavel ao seu príncipe-*condottiere*, que impediu a formação do Estado unitário na Itália do século XVI, é evidente que o seu pensamento político, na medida em que se caracterizou pela busca da *verità effettuale*, se afirmou definitivamente no contexto dos conjuntos nacionais da Europa Ocidental nos quais as forças *nacionalizantes* (que, em última instância, forneceram o estímulo fundamental da obra maquiaveliana) fizeram do Estado nacional o

unesp

instrumento responsável pela criação das etapas iniciais do processo de constituição da nação.

Para concluir essa introdução, gostaríamos de afirmar que por uma questão de abordagem metodológica e de foco da pesquisa, centramos a nossa atenção especificamente na crítica bibliográfica relacionada com a interpretação gramsciana de Maquiavel. Assim, em função desse critério metodológico seletivo, a utilização da riquíssima bibliografia crítica maquiaveliana *geral* só ocorreu na medida em que contribuía para os propósitos fundamentais colocados pela nossa pesquisa.

unesp

1 . A formação do Estado unitário moderno na Europa Ocidental do século XVI

1.1 As monarquias absolutistas do século XVI: a gênese do processo de constituição do Estado nacional

O avanço da centralização política - que teve como conseqüência principal a constituição dos Estados nacionais da Europa ocidental no século XVI- decorreu da concentração progressiva do poder político nas mãos dos monarcas feudais. As suas origens primeiras remontam ainda à Baixa Idade Média, quando a emergência das relações de produção mercantis e o esgotamento da capacidade de reprodução do sistema feudal de produção confluíram para o fortalecimento do poder régio sobre os senhores feudais, iniciando o processo histórico de formação das monarquias nacionais[1]. No entanto, foi somente após a crise de desagregação do feudalismo, situada pelos historiadores nos marcos dos séculos XIV e XV, que o Estado absolutista se constituiu em sua forma moderna, demarcando a vitória da unidade nacional sobre as forças centrífugas características do feudalismo: o universalismo da Igreja e os particularismos territoriais da organização política medieval.

Assim, a partir do século XVI, assiste-se na Europa ocidental à vitória definitiva dos esforços pela centralização do poder político e pela unificação territorial. É nessa época que surge o Estado unificado moderno, cuja forma institucional se configura na monarquia absolutista. A monarquia absolutista nacional, portanto, representa a instauração do Estado moderno em sua fase histórica embrionária. A organização da unidade nacional vem responder às

[1] STRAYER, J.R. *As origens medievais do Estado moderno*. Lisboa: Gradiva, s/d.

imposições do processo de desenvolvimento das relações mercantis operantes no interior das formações sociais européias de transição do início da Idade Moderna. Essas novas relações de produção exigiram a ampliação dos mercados regionais, com a criação dos mercados de extensão nacional, tarefa que historicamente coube ao Estado absolutista através da unificação territorial.

É nesse contexto que o Estado unitário moderno desponta como o elemento embrionário do processo de maturação das diversas nacionalidades européias. Nessa perspectiva, não resta dúvida de que o Estado absolutista nacional se apresentou como um importante instrumento progressista na luta pela erradicação dos particularismos regionais feudais e dos valores ideológicos da Idade Média, fornecendo as condições fundamentais para o desenvolvimento das relações de produção mercantis e para a consolidação do projeto burguês de sociedade. Com efeito, analisando a função histórica desempenhada pelo Estado absolutista nacional, é fácil perceber que a classe que mais se beneficiou de sua atuação foi a burguesia, já que a unificação territorial e a centralização do poder político estabeleceram as condições para o desenvolvimento das forças produtivas burguesas (unificação dos mercados locais, uniformização dos pedágios, criação de uma moeda nacional, etc.). É nesse sentido que se pode qualificar o Estado absolutista nacional como representando a instauração do Estado moderno em sua forma embrionária, já de caráter burguês, pois o seu aparecimento demarcou a primeira vitória política dos impulsos sociais da classe burguesa em seu processo de constituição de uma nova civilização.

unesp

Para facilitar nossa exposição, podemos dividir o processo de construção do poder da burguesia em três fases distintas. Essas fases históricas de formação do domínio burguês, apesar de poderem ser cronologicamente diferenciadas, historicamente se apresentaram como organicamente entrelaçadas. A fase de ascensão da burguesia, representando o período de criação e difusão da *Weltanschauung* burguesa, pode ser delimitada pelo espaço de tempo compreendido entre o século XI e o século XV, coincidindo com a emergência da civilização comunal e a eclosão do Renascimento. Já o período entre os séculos XVI e XVIII, compreende a fase de transição para a civilização burguesa, representando o momento de consolidação e amadurecimento de sua estrutura civilizacional. A partir do século XIX, com a vitória das revoluções burguesas do século XVIII, tem início a fase de difusão planetária da nova civilização. Assim, ao contrário do que comumente se imagina, o desenvolvimento da sociedade burguesa não decorre somente da revolução política instaurada pela burguesia (ou seja, das revoluções burguesas do século XVIII, das quais a Revolução Francesa de 1789 é o paradigma clássico), mas compreende um longo processo histórico anterior, de vários séculos de duração, no qual foram gestadas as bases materiais e ideológicas da nova civilização.

Segundo Gramsci, as primeiras etapas desse processo aconteceram ainda dentro dos quadros da ordem feudal, se caracterizando pela elaboração de uma nova *Weltanschauung* pelos intelectuais orgânicos que se desenvolviam

vinculados à classe burguesa em formação, no contexto das comunas medievais[2]. Posteriormente, em decorrência do desenvolvimento da produção mercantil, a ordem feudal entra em crise. Nessa fase, o predomínio da visão de mundo da classe burguesa já é evidente, passando a fornecer as matrizes das novas relações sociais. Nesse momento ocorre a primeira ruptura política com a velha ordem estabelecida, iniciando a conformação da sociedade burguesa. Essas transformações tomam corpo nas formações sociais de transição da Europa ocidental do século XVI, onde as formas político-culturais da nova civilização começam a ser elaboradas. É esse o momento de construção das superestruturas embrionárias de dominação da nova classe que assume o seu protagonismo político, tomando a si efetivamente o papel de sujeito histórico. O que interessa destacar bem, é que a constituição do Estado unitário moderno representa o momento de "produção" da sociedade burguesa nos moldes modernos (contraposta à forma de organização política da cidade-Estado, sobretudo das cidades-Estados mercantis do Norte da Itália); já o seu momento de

[2] O próprio Gramsci alarga o conceito de "intelectual orgânico", que no seu sentido específico só se constituirá a partir de uma etapa mais desenvolvida das formações sociais européias. Na verdade, o conceito só adquire plena consistência quando aplicado às condições da sociedade burguesa desenvolvida. No entanto, o termo é também utilizado para se referir aos intelectuais que se constituíam na esteira do processo de formação da "primeira burguesia", responsável pela ascensão da civilização comunal na Europa Ocidental. Esse intenso processo de desenvolvimento social, iniciado após o século XI, culminará com a consolidação das Comunas ou Cidades-Estados por toda a Europa Ocidental, mas principalmente, no Norte da Itália. Ainda, segundo Gramsci, esse foi o impulso inicial das forças sociais progressivas que no século XVI levou à formação do Estado unificado moderno. O conceito de "intelectual orgânico" também é a peça fundamental utilizada para caracterizar os processos político-culturais de transição da Europa para a Idade Moderna, como veremos na seção seguinte.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

"consolidação", com a ruptura definitiva com os resíduos jurídicos do antigo regime, só ocorre através das revoluções políticas burguesas do século XVIII[3].

Assim, a constituição do Estado unitário moderno no século XVI representou a primeira ruptura com o ordenamento político feudal, dando início à fase de constituição do domínio efetivo da civilização burguesa[4]. É evidente que a cesura definitiva com a ordem feudal só ocorrerá muito tempo depois, através das

---

[3] O modelo de desenvolvimento do capitalismo em pequenas unidades territoriais (cidades-Estados, principados submonárquicos, etc.) entra em esgotamento a partir do final do século XV. O motivo principal disso decorreu da incapacidade desses pequenos domínios de incorporar territórios e populações em sua estrutura política, inviabilizando a resistência às investidas dos grandes estados territoriais já unificados. Tanto é assim que desapareceram completamente (sendo incorporados) ou foram subjugados pelas potências estatais da época, principalmente França e Espanha. Arrighi pode até ter razão quando afirma que a forma política das cidades-Estados não inviabilizava *strictu sensu* a expansão e a acumulação de capital nos primórdios do mundo moderno (Cf. As origens do moderno sistema interestatal. In: ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Ed. UNESP, 1996, pp. 36-47). No entanto, apesar do poderio econômico dessas cidades-Estados, sobretudo daquelas do Norte da Itália, que optaram pela estratégia de busca do controle financeiro em detrimento da expansão territorial como base de seu desenvolvimento, a sua decadência política a partir do século XVI demonstrou que o Estado unitário, sem sombra de dúvidas, se afirmou como a estrutura jurídico-política fundamental para alavancar o desenvolvimento do capitalismo nas novas condições de mercado alargado (a superação dos mercados locais pelo mercado nacional). O "territorialismo", na medida em que impulsionou a competição e a expansão territorial dos Estados nacionais europeus em formação, acabou *fagocitando* ou subordinando as cidades-Estados que não se constituíram em Estados unitários nacionais.

[4] No amplo debate travado ao longo do tempo sobre a origem do Estado nacional, as linhas interpretativas são bastante divergentes. Charles Tilly fala de quatro matrizes teóricas (análise estatista, análise geopolítica, análise com base no sistema mundial e análise segundo o modo de produção), além, também, de propor a sua própria explicação, ressaltando sobretudo o papel da guerra e da coerção na organização das várias estruturas estatais que surgiram na Europa a partir da Idade Moderna, com uma visão baseada exclusivamente na história administrativa (TILLY, Ch. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Ed. da USP, 1996). Não pretendemos fornecer uma nova interpretação alternativa sobre o processo histórico de constituição do Estado nacional, mas simplesmente realçar a importância da unificação política posta em marcha pelas monarquias absolutistas da Europa Ocidental do século XVI na conformação do modelo jurídico-político que se consolidaria na forma do Estado nação. No entanto, partimos de alguns pressupostos fundamentais que nos vinculam - assim como o próprio Gramsci, ao valorizar a unificação política instaurada pela monarquia absolutista como a gênese da vontade coletiva nacional-popular – à vertente teórica que concebe a origem do Estado como o resultado da lógica intrínseca ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Assim, o Estado seria o resultado da combinação de imperativos econômicos, tanto quanto de exigências políticas. Essa visão transcende a compreensão *fetichizada* do Estado (poder armado, governo, prisões, etc.), para apreende-lo como uma organização que emerge de uma determinada ordem social, estando inextricavelmente ligado à expansão do modo de produção capitalista. É claro que está fora de questão afirmar que existiu uma trajetória padrão condicionando o desenvolvimento de todos os conjuntos territoriais em vias de *nacionalização*, já que os processos singulares de constituição do Estado ocorreram dentro das condições específicas próprias de cada formação social.

unesp

revoluções burguesas, eventos que atestaram a maturidade da nova civilização, mas que acontecem já no crepúsculo do processo de transição. Então, durante um período de mais ou menos três séculos (espaço de tempo variável conforme o processo específico de transição de cada conjunto nacional) – do século XVI ao século XVIII – o aparelho de Estado responsável pela unificação territorial, que historicamente tomou a forma política da monarquia absolutista, foi ocupado diretamente pela aristocracia (nobreza feudal), mas funcionou efetivamente no sentido da expansão da ordem burguesa.

Esse aparente paradoxo – ou seja, a configuração histórica de um aparelho de Estado sob controle direto da nobreza feudal, mas cujo funcionamento histórico foi de caráter marcadamente burguês – se encontra na raiz da polêmica existente entre os estudiosos sobre a natureza de classe das monarquias absolutistas. Nesse campo, a discordância entre os diversos autores é muito grande. Na verdade, a classificação tipológica das monarquias absolutistas está imersa em uma acirrada disputa teórica, dividindo os próprios estudiosos marxistas do assunto em duas posições divergentes, nas quais a classificação do Estado absolutista aparece ora como burguesa, ora como feudal.

A polêmica sobre a natureza de classe do Estado absolutista decorre de uma certa ambigüidade já presente nos próprios escritos dos clássicos do marxismo. Em suas obras, Marx e Engels defendem o caráter burguês das monarquias absolutistas, mas a compreensão da estrutura desse Estado oscila entre duas coordenadas distintas: em alguns escritos o Estado absolutista é apresentado como o resultado do equilíbrio político entre a nobreza feudal e a nascente

burguesia mercantil, já em outros ele aparece como um instrumento controlado diretamente pela burguesia[5].

A existência dessa ambigüidade teórica na caracterização das monarquias absolutistas pelos fundadores do materialismo histórico exigiu que a questão fosse retomada e aprofundada pelos estudiosos marxistas subseqüentes, sem, contudo, solucionar definitivamente o problema. Ao contrário, contribuindo ainda mais para aumentar as controvérsias, já que algumas análises desenvolvidas negaram inclusive o caráter burguês do Estado absolutista.

Sem entrar numa discussão exaustiva sobre essa questão, já que o nosso objetivo não é contribuir diretamente para tentar solucionar essa polêmica[6], que tem tudo para se transformar em mais uma das muitas querelas dos historiadores sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, nos restringiremos a caracterizar a constituição do Estado absolutista como o momento embrionário da formação da vontade coletiva nacional-popular, que segundo Gramsci, encontrará no jacobinismo o seu grau máximo de desenvolvimento conseqüente ainda dentro dos marcos da ordem burguesa.

---

[5] A visão do Estado nacional absolutista como o resultado de um equilíbrio de classe entre a nobreza e a burguesia é desenvolvida por Engels, sobretudo em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Já em *O 18 Brumário* e *A Guerra civil na França*, Marx aponta as monarquias absolutistas do século XVI como Estados marcados pelo predomínio da classe burguesa no contexto da correlação de forças com a aristocracia feudal.

[6] A análise que qualifica o Estado absolutista como burguês parte de Marx e Engels, sendo aprofundada por Nicos Poulantzas (POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, cap 3 da segunda parte, pp. 153 e ss.). Por outro lado, a apreensão que define as monarquias absolutistas nacionais do século XVI como de natureza feudal teve seu desenvolvimento elaborado com maior rigor teórico no livro de Perry Anderson (ANDERSON, P. *Linhagens do Estado absolutista.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998).

unesp

Assim, a constituição do Estado unitário moderno – na forma da monarquia absolutista – representa o primeiro momento do processo de organização da vontade coletiva nacional-popular. Ou seja, o desenvolvimento político-cultural de ascensão da classe burguesa, iniciado com a emergência da burguesia comunal na vida sócio-econômica das cidades medievais, encontra sua primeira expressão política na organização do Estado territorial unificado sob a forma institucional histórica da monarquia nacional absolutista do século XVI.

No entanto, antes de expormos os princípios teóricos gramscianos que – acreditamos - possam contribuir para resolver algumas das dificuldades presentes no aparente paradoxo do Estado absolutista, convém situar a compreensão do problema segundo a literatura contemporânea sobre o assunto.

No magistral trabalho intitulado *Linhagens do Estado absolutista*[7], Perry Anderson inovou ao fazer um estudo historiográfico sobre o absolutismo, que conjugou simultaneamente à reflexão teórica, os conhecimentos históricos disponibilizados pelas pesquisas sobre os diversos Estados absolutistas nacionais europeus. Porém, não foi somente no método de abordagem que ele inovou, como veremos mais adiante, mas também nas conclusões a que chegou.

Para Anderson, discordando da concepção clássica do marxismo, o processo de constituição do Estado absolutista não respondeu a uma expansão da hegemonia burguesa no contexto da correlação de forças das formações sociais de transição da Europa renascentista, mas sim a uma recomposição do poder político da nobreza feudal, que naquele momento se encontrava ameaçado pela adoção

[7] ANDERSON, P. op. cit.

unesp

progressiva da renda monetarizada. Ou seja, a comutação generalizada das obrigações servis minava a coerção política direta dos senhores feudais, que anteriormente era assegurada pela vigência dos vínculos tradicionais de subordinação, suscitando novas formas de dominação. O Estado absolutista cumpre então essa nova função.

Em suas linhas gerais, o raciocínio desenvolvido por ele é o seguinte. Em primeiro lugar, recuperando o debate estabelecido entre Sweezy e Dobb em torno da revista americana *Science and Society*[8], sua argumentação ressalta que o fim da servidão – com a transformação dos tributos feudais em renda monetária – não significou o fim do feudalismo, já que servidão e feudalismo não são conceitos homólogos. E, portanto, o fim da servidão não alterou as relações fundamentais de propriedade: a comutação do sobretrabalho extraído na forma de trabalho direto ou de prestação em espécie para a forma monetarizada não modificou o sistema de produção, que continuou sendo essencialmente feudal, com o campesinato sendo mantido diretamente vinculado a terra, impossibilitando, neste momento, a separação entre produtores diretos e meios de produção, pressuposto fundamental para o desenvolvimento das relações

[8] Essa é a revista americana que abrigou o debate realizado nos anos 50 sobre o processo histórico de transição do feudalismo para o capitalismo. Esse debate foi suscitado pela crítica de Sweezy ao livro de Dobb (DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1976), que situava a origem do capitalismo nas relações estabelecidas entre senhores feudais e camponeses. Posteriormente, o debate se ampliou, envolvendo vários outros estudiosos. O destaque principal do debate ficou por conta das inúmeras polêmicas levantadas em torno da dinâmica do processo que levou à constituição do modo de produção capitalista. No entanto, mesmo passado todo esse tempo, as polêmicas desencadeadas naquele momento estão longe de se resolverem. A crítica original ao modelo mercantil de desenvolvimento do capitalismo – que ao contrário do que se poderia pensar, fornece o paradigma compartilhado pela maioria dos historiadores marxistas para explicar a gênese do capitalismo – fornecida pelo recente trabalho de Ellen Meiksins Wood (WOOD, E. M. *A origem do capitalismo.* Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001) é um indício contundente de que as polêmicas sobre a transição estão longe de se esgotarem.

unesp

capitalistas de produção. Esclarecendo melhor: a mudança na forma de extração de sobretrabalho - nos diz Anderson - não alterou a essência das relações de produção e nem modificou a classe social que detinha o poder político, que continuou a ser a nobreza[9].

Conseqüentemente, para Anderson, a monarquia nacional absolutista nada mais foi do que uma modalidade de monarquia feudal adaptada para a fase de extração de sobretrabalho na forma de renda monetária. Ou seja, a monarquia absolutista – segundo Anderson – se constituiu na forma necessária do Estado para a dominação feudal nas novas condições de difusão da produção mercantil no interior das formações sociais que emergiram da crise sócio-econômica dos séculos XIV e XV. Em suma, Anderson parece sugerir que o fim da servidão, com a introdução da renda monetária, longe de diminuir ou abolir o poder político da nobreza, levou – ao contrário – ao recrudescimento deste poder na forma do Estado absolutista.

Porém, apesar da abolição da servidão não significar o fim do feudalismo, Anderson afirma que esta forneceu o elemento fundamental responsável pela metamorfose da forma institucional feudal que desembocou na gênese do Estado absolutista. Em tal interpretação, podemos identificar, portanto, duas gradações no desenvolvimento do Estado feudal: ao primeiro momento, quando a extração do sobretrabalho se deu através da prestação direta do trabalho

[9] "Durante toda a fase inicial da época moderna, a classe dominante – econômica e politicamente – era, portanto, a *mesma* da época medieval: a aristocracia feudal. Essa nobreza passou por profundas metamorfoses nos séculos que se seguiram ao fim da Idade Média: mas desde o princípio até o final da história do absolutismo nunca foi desalojada de seu domínio do poder político" (ANDERSON, op. cit., p. 18).

nas terras do senhor ou do pagamento em espécie, correspondia uma soberania estatal fracionada e hierarquizada; já no segundo momento, com o fim da servidão e a adoção da renda monetária como forma de extração do sobretrabalho, ocorreu um "deslocamento da coerção político-legal no sentido ascendente, em direção a uma cúpula centralizada e militarizada – o Estado absolutista"[10]. Assim, para Anderson, durante os quase trezentos anos em que vigorou o Estado absolutista, sua estrutura básica permaneceu feudal e a sua natureza de classe não era dada por um equilíbrio entre nobreza e burguesia ou pela dominação exclusiva da burguesia comercial, mas sim pela permanência da nobreza feudal no controle do aparelho de Estado. Porém, apesar da crítica contundente de Anderson à natureza burguesa das monarquias que emergiram na Europa ocidental durante o século XVI, ele reconhece, no entanto, o seu profundo impacto positivo sobre o desenvolvimento das relações de produção mercantis, favorecendo a expansão do capital mercantil e manufatureiro e contribuindo significativamente para a ascensão política da classe burguesa.

Em resumo, abreviando e simplificando a tese de Anderson, podemos apreender o processo da seguinte forma. O fim da servidão rompeu a fusão entre exploração econômica e dominação política a nível molecular da aldeia. Em decorrência disso, o domínio dos senhores feudais sobre o campesinato entra em processo de corrosão, ameaçando se desintegrar. É deste impasse que surge o Estado absolutista, com a transferência do poder fracionado, que estava diluído entre os senhores feudais, para a pessoa do soberano. Nesta equação,

[10] ANDERSON, op. cit., p. 19.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Anderson reduz a influência da burguesia a um fator secundário do processo. Ou seja, ela aparece como um mero elemento de sobredeterminação na constituição do Estado absolutista.

Mas, se o Estado absolutista foi um órgão a serviço da nobreza, sendo operado diretamente pela classe nobiliárquica, como explicar a sua compatibilidade com os interesses da burguesia mercantil e manufatureira em ascensão? Como explicar, partindo da tese proposta por Anderson, o apoio ostensivo fornecido pela burguesia – pelo menos em sua fase inicial de desenvolvimento - ao Estado absolutista? E, mais ainda, como foi possível ao Estado absolutista – se pactuarmos com a tese de Anderson do absolutismo como "carapaça política" da nobreza feudal – implementar um programa político que preparou o caminho para a dominação burguesa?

A saída encontrada por Anderson está na separação das esferas política e econômica instaurada pelo Estado absolutista. Segundo ele, o Estado absolutista fracionou os dois momentos da exploração feudal, dissociando o processo de extorsão do excedente do processo de coerção política. Ao libertar a instância econômica dos grilhões do domínio político direto dos senhores feudais, o Estado absolutista criou as condições para que a economia mercantil se desenvolvesse segundo sua própria dinâmica. Assim, a mudança na estrutura do Estado aristocrático introduzida pelo absolutismo, com a ruptura da unidade entre economia e dominação política direta, acabou beneficiando – em longo prazo - mais a burguesia do que a nobreza.

unesp

Não obstante a elegância e a complexidade da argumentação desenvolvida por Anderson, a sua explicação apresenta alguns pontos falhos, sobretudo a sua caracterização do Estado absolutista como sendo um órgão de natureza feudal. A mera reivindicação de um "*campo de compatibilidade potencial*" entre a nobreza e a burguesia em ascensão parece insuficiente para justificar o suicídio histórico perpetrado por um Estado contra os imperativos de reprodução da classe que representa, ao preparar o caminho, se bem que longo e tortuoso, da dominação política da classe burguesa sobre a nobreza feudal.

É neste ponto que a contribuição de Nicos Poulantzas para esse debate aparece como fundamental. Em *Poder político e classes socais*[11], cuja primeira edição saiu na França ainda em 1968, ele postula uma posição diametralmente oposta à tese defendida por Anderson. Partindo de Marx e Engels, ele afirma que a ruptura entre Estado feudal e Estado burguês ocorre já no momento de constituição do Estado absolutista, ao ser substituída a dispersão fragmentária do poder político pela sua concentração na figura do soberano, lançando as bases para a centralização administrativa e a constituição de um espaço nacional-popular. Assim, a constituição do Estado absolutista representou a criação da forma institucional de transição – ainda marcada pela ambigüidade política própria deste período de desenvolvimento embrionário do Estado moderno, mas com indícios inequívocos de dominância dos traços burgueses - que já apresentava as estruturas fundamentais do Estado capitalista.

[11] POULANTZAS, op. cit.

Porém, a argumentação desenvolvida por Poulantzas é extremamente cuidadosa em demonstrar as especificidades e os limites desta primeira ruptura institucional entre o Estado aristocrático e o Estado burguês. O que ele afirma é que a substituição da soberania fracionada pela soberania concentrada já introduz os elementos essenciais característicos do Estado burguês. Ou seja, apesar de ser controlado pela nobreza, este novo tipo de Estado já apresentava *in nuce* os requisitos institucionais (os primórdios do poder centralizado, da burocracia profissional, da soberania exterior, etc) que iriam preparar as condições para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Assim, essa primeira ruptura se caracterizou pela ausência de domínio político por parte da burguesia. Ele deixa claro que a ruptura definitiva com a ordem feudal só ocorrerá muito tempo depois, segundo o desenvolvimento próprio de cada formação social, com a destituição do *ancien regime* pela revolução burguesa e a construção do domínio político da burguesia através da ocupação direta do aparelho de Estado. O modelo mais aproximado desse processo seria o da Revolução Francesa de 1789. No entanto, sem pretender homogeneizar o processo de desenvolvimento histórico, é preciso reconhecer que cada formação social européia específica trilhou um caminho próprio, dado pela configuração de suas particularidades político-culturais concretas, que levou às distintas formas de transição para o mundo moderno. É dentro desta perspectiva – nos quadros de uma classificação tipológica – que Poulantzas define o Estado absolutista como sendo de caráter burguês: são as suas estruturas fundamentais com traços tipicamente burgueses que permitem classificá-lo dessa forma.

unesp

O núcleo da argumentação de Poulantzas é o de que o caráter de classe de um determinado tipo de Estado não é dado diretamente pela classe social que ocupa o aparelho de Estado; mas sim pela natureza da estrutura jurídico-política que conforma esse Estado. Ou seja, é a estrutura jurídico-política do Estado – isto é, o caráter essencial de seus elementos estruturais (burocracia, direito, tipo de exército, etc.) – que molda e define a sua natureza de classe. A própria política executada pelo Estado - a orientação estratégica dada pela classe que detém o controle político ao aparelho de Estado (políticas econômicas, sociais, etc.) – é também, em larga medida, conformada pela estrutura fundamental do Estado. Essa é uma contribuição teórica fundamental de Poulantzas para o estudo marxista do Estado, ajudando a combater o reducionismo mecanicista que apreende o Estado como um mero "apêndice" da classe politicamente dominante.

Nessa acepção, a estrutura jurídico-política do Estado absolutista permite qualificá-lo como sendo de natureza burguesa. Uma breve enunciação das rupturas institucionais instauradas pelo Estado absolutista indica a sua cesura diante do Estado feudal: a soberania fracionada foi substituída pela soberania estatal centralizada, com o exercício absoluto do poder por parte do monarca, que passa a se identificar com o Estado e representa o germe de onde surgirá a noção de soberania do Estado; alteram-se progressivamente o papel do direito e da burocracia no interior do Estado, com os interesses privados perdendo espaço diante dos interesses públicos através da substituição do direito consuetudinário feudal pelo direito romano, criando as condições para a regulamentação

unesp

verdadeiramente política das relações do Estado com os seus súditos e não mais atrelando essa relação a privilégios extra-políticos; constituição de um exército mercenário a serviço do poder central, em oposição ao exército feudal formado por vassalos, possibilitando as condições para a criação do "exército nacional", etc. Porém, em última instância, a ruptura com o Estado feudal decorreu da constituição de um novo Estado em que o poder político adquiriu base nacional, superando a fragmentação territorial e o municipalismo característicos da feudalidade.

A argumentação de Poulantzas, ao recuperar a articulação dialética entre Estado e instância ideológica própria do período de transição, conseguiu apreender que a questão da natureza de classe do Estado absolutista não pode ser mecanicamente reduzida ao controle nominal do aparelho de Estado. Diremos que, entretanto, ele não desenvolve até as últimas conseqüências as implicações teóricas do papel dirigente da burguesia nas formações sociais de transição do século XVI, e de sua hegemonização cultural das estruturas jurídico-políticas do Estado absolutista.

A nebulosa reivindicação poulantziana de um descompasso cronológico entre a instância ideológica e a infra-estrutura econômica do período de transição como fundamento da natureza burguesa do Estado absolutista, pode ser melhor esclarecida através das formulações teóricas presentes nos *Quaderni del carcere* sobre o papel dos intelectuais na dinâmica do processo histórico. É necessário reconhecer que os intelectuais orgânicos da classe burguesa ascendente - sobretudo os intelectuais laicos anticlericais - desempenharam uma importante

unesp

função político-cultural na difusão da nova visão de mundo que se impôs progressivamente, contribuindo para unificar o campo social em torno de suas concepções, ao fornecer as matrizes culturais das novas relações sociais. O que significa dizer que a classe burguesa já era dirigente, sobretudo culturalmente, ao difundir de forma hegemônica a sua visão de mundo para o conjunto da sociedade, antes mesmo de ser dominante politicamente.

É claro que a reflexão desenvolvida por Gramsci se centrou na análise de uma formação social concreta. Ou seja, apesar de se propor a produzir uma investigação *fur ewing*[12], como pode ser atestado pela carta endereçada a sua cunhada, ele jamais teve a pretensão de produzir um discurso sobre os princípios gerais do desenvolvimento das formações sociais, mas estava interessado, sobretudo, no desenvolvimento específico do processo histórico de transição da sociedade italiana para o mundo moderno. Mas mesmo assim, por ser um discurso teórico sobre o desenvolvimento de um *objeto empírico* (a formação social italiana), podemos abstrair de sua obra princípios teóricos válidos para delinear o processo histórico de ascensão política da classe burguesa em sua generalidade. Ao extrairmos do conhecimento concreto gramsciano os conceitos abstratos que ele contém, poderemos recuperar o processo de construção do domínio político da burguesia.

[12] Cf. a carta endereçada a Tatiana Schucht, datada de 19 de março de 1927: "Estou dominado (e esse será um fenômeno comum aos encarcerados, segundo penso) por essa idéia: que precisaria fazer alguma coisa *für ewig*, segundo uma complexa concepção de Goethe que recordo ter atormentado muito o nosso Pascolini " (GRAMSCI, A. *Cartas do cárcere*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1991, pp. 49-53).

unesp

Nas formações sociais de transição do século XVI – ou pelo menos nas "formas clássicas" que tomaram o processo de transição, assim entendidas num sentido mais específico, como aquelas que confluíram para a constituição do Estado unitário moderno ainda durante a época do Renascimento – a *Weltanschauung* da burguesia emergente, num primeiro instante, redefiniu aquilo que pode ser qualificado de "*superestruturas subjetivas*"[13] dos diversos grupos sociais, inclusive da própria aristocracia feudal, na medida em que *conformou* (isto é, deu nova forma) os valores, os fins, os interesses, as virtudes, a ética, etc.da época, selecionando os novos valores que moldariam o dinamismo social burguês. Ou seja, entre os séculos XI e XV, a *Weltanschauung* criada pelos intelectuais orgânicos da burguesia ascendente se difundiu progressivamente para todo o conjunto dos grupos sociais, contribuindo para a destruição dos valores e da concepção de mundo feudal, com suas tradições, normas de comportamento e instituições orgânicas. Assim, o Renascimento europeu é concebido por Gramsci como a conformação ideológica desse processo de transição político-cultural em curso, levando à rejeição progressiva da ideologia feudal, corporificada no Catolicismo romano, com a afirmação de uma ideologia consoante aos imperativos burgueses: a legitimação do lucro, a valorização da iniciativa pessoal, do egoísmo monetário, etc. O desdobramento ulterior foi a constituição das *superestruturas objetivas* do domínio cultural da burguesia, precisamente, a organização do Estado unitário moderno na forma histórica da monarquia

[13] A distinção entre superestruturas subjetivas e objetivas é tomada no seguinte sentido: as primeiras se referem sobretudo aos valores; enquanto as segundas, constituem as instituições. Para um maior aprofundamento da questão, cf. as indicações presentes em Michel Debrun (DEBRUN, M. *Gramsci: filosofia, política e Bom Senso.* Campinas: Ed. da Unicamp, 2001, p. 27-28).

unesp

absolutista, viabilizado através da hegemonização cultural precedente das *superestruturas subjetivas* das formações sociais de transição. Os novos imperativos que a expansão da produção capitalista no interior das formações sociais de transição impunham, conduziram à elaboração de novas superestruturas, tanto *subjetivas* quanto *objetivas*, resultando na universalização da concepção de mundo própria da burguesia e na hegemonização da estrutura jurídico-política do Estado absolutista, que pôde funcionar no sentido do desenvolvimento da sociedade burguesa. É essa a explicação para o paradoxo da monarquia absolutista, que foi um organismo político cujo aparelho de Estado permanece nas mãos da nobreza, mas cujo caráter de classe é claramente burguês.

Assim, o Estado absolutista pode ser considerado a primeira forma de Estado burguês – ou seja, a forma burguesa de Estado própria do período de transição para o capitalismo – exatamente porque as *superestruturas subjetivas* do tecido social já se encontravam hegemonizadas pela concepção de mundo da burguesia ascendente. O que permitiu que a estrutura jurídico-política da monarquia nacional absolutista, cujo aparelho de Estado se encontrava nas mãos da aristocracia feudal, pudesse funcionar no sentido da expansão da ordem burguesa. Em certa medida, a própria classe aristocrática já se encontrava absorvida pela concepção de mundo da burguesia. Está claro, no entanto, que a cesura definitiva com os resíduos jurídicos feudais só ocorrerá com a constituição da forma madura do Estado burguês, cujo modelo paradigmático reside no Estado francês pós-revolucionário. E que o papel do Estado absolutista assumiu graus variáveis nos diversos processos nacionais de constituição ou produção da

sociedade burguesa, já que o desenvolvimento do processo histórico nunca é *de fato* homogêneo, sendo as formas "clássicas" meras balizas para facilitar a reflexão do historiador.

É precisamente através da elaboração e difusão de uma nova *Weltanschauung* entre o tecido social que os intelectuais contribuem para a dinâmica do processo histórico. Dessa forma, foram os intelectuais orgânicos da burguesia ascendente, que ao perscrutarem as potencialidades presentes no desenvolvimento histórico da sociedade burguesa, traduziram as aspirações da burguesia mercantil e manufatureira na constituição de uma nova visão de mundo adequada aos novos tempos. A burguesia comunal italiana – ou primeira burguesia, como se refere Gramsci algumas vezes – foi capaz de elaborar sua própria categoria de intelectuais orgânicos. Ou seja, conseguiu criar uma classe de intelectuais vinculados diretamente ao processo de ascensão política da burguesia, fornecendo expressão orgânica à concepção de mundo dessa classe. Essa categoria de intelectuais deveria se incumbir do processo de hegemonização do campo social, unificando o conjunto das classes sociais sob a direção da classe progressiva da época.

Mas a mera elaboração de uma categoria distinta de intelectuais orgânicos da classe em ascensão é insuficiente para criar as *superestruturas objetivas* necessárias à expressão política da nova classe, se os intelectuais tradicionais ligados às classes regressivas não forem assimilados ideologicamente. Para superar aquilo que Gramsci designa de fase "econômico-corporativa", momento no processo de desenvolvimento da classe em que a unidade é dada

pelos interesses econômicos comuns, a classe social deve se empenhar na conquista ideológica das outras classes, transformando-se em dirigente tanto das classes aliadas quanto das classes dominantes tradicionais, construindo assim a sua hegemonia política. Somente desse modo, com a nova classe ascendente universalizando sua visão de mundo para o conjunto da sociedade, é que se criam as condições apropriadas para superar a fase "econômico-corporativa", ingressando na fase "ético-política", colocando assim a questão do Estado nacional unificado. É aqui que entra o papel do intelectual na dinâmica do processo histórico, articulando dialeticamente *forma* e *conteúdo* através da difusão da nova *Weltanschauung* burguesa, criando as condições para a formação de um novo bloco histórico que garanta a preponderância hegemônica da nova concepção de mundo. Portanto, é preciso universalizar no plano das instituições aquilo que já vinha se universalizando no plano dos valores e da prática social cotidiana (ou seja, os valores ético-mercantis da burguesia) desde o alvorecer do século XI, com a emergência das Comunas na vida social européia e a difusão progressiva da produção mercantil.

Somente nos conjuntos nacionais onde os intelectuais tradicionais, isso é, os clérigos e os intelectuais cortesãos ligados aos interesses feudais, foram assimilados ideologicamente pelos intelectuais orgânicos da burguesia ascendente – o que não ocorreu na península itálica na época do Renascimento, como veremos mais adiante – foi possível a instauração do novo Estado que viabilizou o ordenamento jurídico-político necessário à expansão da nova dinâmica social. Conseqüentemente, a constituição do Estado unitário

moderno nos marcos do século XVI só foi possível porque em grande parte da Europa Ocidental e do Norte – onde predominou a via "clássica" de unificação territorial -, os intelectuais orgânicos da burguesia já haviam assimilado ideologicamente a categoria dos intelectuais tradicionais, universalizando a concepção de mundo burguesa para o conjunto das classes sociais e iniciado o processo de construção das superestruturas da dominação política burguesa (centralização do poder, criação do exército nacional, etc.). Assim, a superação dos particularismos feudais, com a criação do Estado territorial unificado, aparece como diretamente dependente da atuação dos intelectuais orgânicos da burguesia em ascensão. E representa o primeiro momento de configuração de uma vontade coletiva já de caráter nacional-popular, pois inicialmente se apoiou na classe burguesa em sua luta contra os resíduos feudais corporificados nos interesses da nobreza e do clero[14].

O caráter nacional-popular do Estado unitário moderno decorre do fato de que a unificação territorial possibilita o elemento essencial para o desenvolvimento inicial do projeto burguês[15]. Ou seja, fornece as condições sociais, políticas e jurídicas necessárias ao desenvolvimento da produção mercantil e manufatureira da burguesia emergente. Sem a unidade territorial, a gênese do mercado "nacional", no sentido da ampliação geográfica dos mercados

---

[14] O caráter nacional-popular da monarquia absolutista, segundo Gramsci, decorre do fato de ser essa "uma forma de regime popular" que "se apoiava nos burgueses contra os nobres e também contra o clero" (GRAMSCI, op. cit., *Q 13, § 25, p. 1618*).

[15] A esse respeito, sobre o papel do Estado moderno na constituição inicial do projeto burguês de nação, cf. ALTHUSSER, L. Teoria e prática política. In: *Machiavelli e noi*. Roma: Manifesto Libri, 1999.

unesp

locais, não se completa, impossibilitando a homogeneização dos conjuntos nacionais e favorecendo a perpetuação da fragmentação cultural. De uma certa forma, a ausência da unidade territorial inviabiliza os impulsos políticos e culturais necessários para a expansão do ordenamento burguês. Em sua ausência, o processo de desenvolvimento burguês das formações sociais de transição se estagna ou entra em colapso, legando às fases do desenvolvimento subseqüentes todas as mazelas sociais que as formas passivas de revolução burguesa do século XIX irão perpetuar. O próprio caráter passivo dessas revoluções – isto é, o fracasso na constituição de uma força jacobina atuante no interior da revolução política da burguesia - é possivelmente uma conseqüência direta do fracasso na etapa inicial da formação da vontade coletiva nacional-popular quando da constituição do Estado unificado no século XVI.

Nesse sentido, a constituição do Estado absolutista representou o primeiro elo de um processo histórico mais longo de formação de uma vontade coletiva nacional-popular, cujo desdobramento mais consistente pode ser localizado no exemplo emblemático da formação de uma força jacobina, já num estágio mais avançado do processo de ascensão política da burguesia. O que significa que a constituição do Estado absolutista, ao favorecer o desenvolvimento do projeto inicial burguês, forneceu as condições políticas e culturais que possibilitaram um avanço eficiente das forças progressivas da história levando a uma ruptura radical com os resíduos jurídicos do antigo regime e a uma revolução burguesa de caráter ativo. Assim, o Estado unitário aparece como a forma política historicamente necessária para garantir a vitória sobre os resíduos da

fragmentação feudal, favorecendo o desenvolvimento do modo de produção capitalista e contribuindo para criar as condições adequadas para o processo histórico de constituição de uma vontade coletiva nacional-popular eficiente.

Os elementos de caráter nacional-popular do Estado unitário moderno decorrem de seu papel ativo como artífice da nação, ao assegurar as condições militares da unificação territorial, com a criação dos organismos populares de controle, sobretudo o exército nacional e o poder político centralizado na figura do monarca. Mas vai além disso, ao possibilitar também, por outro lado, as condições logísticas (políticas, jurídicas e ideológicas) que fundamentam a expansão do mercado e a homogeneização cultural do povo. Portanto, na ótica gramsciana, é principalmente a tarefa histórica desempenhada pelo Estado absolutista – sua função de artífice das fases iniciais do projeto burguês de constituição da nação diante das forças fragmentárias do Estado feudal – que o transforma no primeiro núcleo de organização de uma vontade coletiva nacional-popular capitaneada pela burguesia ascendente. O Estado absolutista tem um caráter de classe já marcadamente burguês – apesar de ser controlado diretamente pela nobreza feudal -, porque a burguesia mercantil e manufatureira era a classe culturalmente dirigente, com a sua *Weltanschauung* já irradiada para as estruturas jurídico-políticas do novo organismo estatal, condicionando também a sua política efetiva, dirigida assim para o desenvolvimento das forças produtivas burguesas.

O príncipe teorizado por Maquiavel é a expressão simbólica dessa vontade coletiva que se encarna na figura do soberano absoluto a fim de dar

forma ao Estado unitário nacional. É, portanto, a representação alegórica do organismo político encarregado da tarefa histórica de criar os elementos embrionários do projeto nacional. O desenvolvimento do modo de produção burguês *exige* a superação da organização política de base comunal (cidade-estado), com a instauração do Estado territorial unificado. Assim, a monarquia absolutista surge como a forma política histórica em que se configurou o Estado responsável pela destruição dos resíduos feudais e pela eliminação dos entraves à expansão da produção burguesa.

Precisemos melhor a função do Estado unitário no processo de desenvolvimento da transição burguesa. Consoante a nossa interpretação de Gramsci, o desenvolvimento da ordem burguesa se constitui em um longo processo de formação de uma vontade coletiva nacional-popular, cuja etapa inicial ocorre com a fundação do Estado territorial unificado, mas que só atinge o seu desenvolvimento orgânico conseqüente nos países em que a revolução política da burguesia foi operada por uma força jacobina eficiente, capaz de mobilizar não apenas os estratos populares da burguesia, mas também as grandes massas camponesas, como ocorreu na França. Assim, o jacobinismo representa para Gramsci o modelo paradigmático da formação de uma vontade coletiva no plano da história. Ou seja, Gramsci localiza no jacobinismo um exemplo concreto da formação de uma vontade coletiva *ex novo* – como ele diz -, que vai além de sua fase negativa, de cisão meramente ideal com as estruturas sociais existentes, sendo capaz de se constituir em programa de partido, com a afirmação de metas concretas e racionais na edificação de uma nova estrutura social.

Porém, a fase inicial de constituição dessa vontade coletiva nacional-popular, que se localiza no momento de aparecimento do Estado unitário moderno, não é suficiente para assegurar o desenvolvimento sem retrocessos do projeto burguês. Isso significa que o processo de formação da vontade coletiva nacional-popular iniciado com o Estado nacional unitário não é de caráter irreversível; em suas primeiras etapas, algumas formações sociais de transição que se *nacionalizavam*, sofreram retrocessos em seu percurso burguês. Por exemplo, o processo de desenvolvimento burguês da Espanha, que conseguiu se constituir em um dos primeiros Estados nacionais unificados, ao fracassar na constituição de uma vontade coletiva de caráter jacobino, a partir de um determinado momento entra em colapso.

No entanto, e é isso que nos interessa destacar, se a unificação territorial nos marcos do século XVI – por si só - não representa necessariamente a salvaguarda de um desenvolvimento dinâmico das forças burguesas, por outro lado, a sua ausência se constitui num verdadeiro empecilho histórico ao desenvolvimento nacional. Além dos entraves objetivos que a fragmentação territorial representa para o desenvolvimento das forças produtivas burguesas, ao fracassar a unificação política, os conjuntos nacionais acabam se tornando reféns da ingerência das demais potências já centralizadas, tendo seu desenvolvimento histórico subordinado aos interesses externos, sobredeterminando o impedimento da constituição de um Estado nacional autônomo. E o círculo vicioso se fecha, já que sem Estado nacional a nação não se constitui.

unesp

É nesse sentido que a constituição da unidade territorial através da monarquia absolutista nacional do século XVI se apresenta como o momento inicial de desenvolvimento do Estado burguês, ao contrapor a centralização política ao fracionamento da soberania estatal característico da organização política feudal, proporcionando as condições apropriadas para o desenvolvimento inicial do modo de produção capitalista. Então, o que Gramsci faz é destacar o papel transformador da constituição do Estado unitário na fase inicial do processo de transição para o capitalismo, ao destacar a sua contribuição para a consolidação das instituições jurídico-políticas da civilização burguesa e para a difusão generalizada do modelo estatal nacional como a instituição norteadora da vida em sociedade.

unesp

1.2 Renascimento e Reforma

Seguindo as notas gramscinas sobre o desenvolvimento histórico italiano, nos deparamos com duas noções centrais nos *Quaderni del carcere*, que apontam para a definição das duas formas distintas de transição político-cultural para o mundo moderno: o Renascimento e a Reforma.

No entanto, como regra geral dos escritos do cárcere, a caracterização conceitual dessas duas categorias se encontra enredada num verdadeiro labirinto de notas fragmentárias - sujeita a constantes oscilações aproximativas - fruto de um pensamento em construção que se insurge contra a absolutização conceitual, exigindo que o sentido dos conceitos seja recolocado conforme aumenta a própria compreensão dos problemas analisados pelo autor.

Mas essa, afinal de contas, não é uma novidade no universo categorial presente nos *Quaderni del carcere*. Aliás, como já é amplamente reconhecido pelos leitores de Gramsci – e nisso reside uma das maiores dificuldades no estudo de sua obra, levando muitas vezes a interpretações equivocadas - as formulações presentes em seus escritos do período carcerário devem ser apreendidas como categorias sujeitas a desdobramentos sucessivos, que exigem da parte do leitor uma verdadeira reconstrução semântica dos conceitos tendo em vista o espírito geral da obra gramsciana. Todavia, isso não denota qualquer indício de deficiência de ordem lógica, ou mesmo filológica, na articulação conceitual; porém, diversamente, traduz uma maneira original própria da reflexão carcerária, de acompanhar o movimento dialético de apreensão da realidade pelo pensamento,

unesp

buscando sempre equacionar os conceitos elaborados com o aprofundamento do conhecimento da realidade estudada. E, nesse caso particular, os conceitos de Renascimento e de Reforma acabam transcendendo o seu uso localizado, servindo para indicar duas vias diferenciadas de desenvolvimento político-cultural que instauraram a modernidade no continente europeu[1].

Ampliando o sentido original dos enunciados, na reflexão gramsciana os conceitos de Renascimento e de Reforma ultrapassam o conteúdo conceitual convencional consagrado a esses dois termos pela historiografia. Não que os conceitos não estejam diretamente vinculados aos processos históricos efetivos aos quais se referem – quer seja ao Renascimento, entendido como o movimento de renovação cultural que se irradiou pela Europa entre os séculos XIV e XVI; quer seja à Reforma protestante, compreendida como a reação político-religiosa de revisão dos preceitos praticados pela Igreja Católica, que teve início no século XVI na Alemanha, se espalhando por grande parte da Europa -, contudo, na elaboração posta em marcha por Gramsci ao longo de sua reflexão, os sentidos e os focos originais dos termos são alargados para exprimir uma nova concepção. Ou seja, os significados conceituais dos termos Renascimento e Reforma transcendem os seus conteúdos historiográficos específicos passando a designar

[1] Essa já é uma interpretação consensual entre os estudiosos de Gramsci, Cf. FROSINI, F. Riforma e Rinascimento: il problema della "unità ideologica tra il basso e l'alto". In: *Scuola, intellettuali e identità nazionale nel pensiero di Antonio Gramsci.* Roma: Gamberetti, 1999, p. 91: "No léxico gramsciano "Reforma" e "Renascimento" não se reduzem a designar um movimento ideal determinado (a Reforma protestante) ou uma época histórica (o Renascimento italiano), mas, por apreender o movimento de ambos, os termos são empregados como exemplares de duas formas ou modalidades diversas – e, tendencialmente opostas – com as quais ocorreu na Europa a liquidação da Idade Média e o início da Idade Moderna".

unesp

duas formas históricas político-culturais diversas de constituição do mundo moderno.

Por outro lado, indo além desse significado, que aqui nos interessa mais de perto, Gramsci aprofunda ainda mais a elasticidade desses conceitos, utilizando-os para distinguir o caráter nacional-popular de qualquer processo histórico. Assim, qualquer desenvolvimento histórico marcado pela inserção ativa das massas pode ser qualificado de Reforma. Ao passo que, antiteticamente, o predomínio da alta cultura numa determinada situação de isolamento das aspirações populares serve para indicar a natureza de Renascimento desse fenômeno social. Logo, a contraposição dos dois elementos do par antitético, ao ultrapassar os limites estreitos da particularização historiográfica, serve para destacar o caráter nacional-popular ou cosmopolita de qualquer processo social em função da amplitude e da radicalidade dos interesses populares intrínsecos a esses. O predomínio do Renascimento leva à produção de uma cultura formalmente elaborada, mas de caráter elitista e distanciada dos anseios das massas populares. Já a preponderância da Reforma, mesmo quando o processo social toma a forma de um movimento cultural pouco elaborado, leva à constituição de uma cultura de base nacional, vinculada diretamente aos interesses coletivos nacionais-populares e inserindo as massas na ação política.

Contudo, apesar dessa amplitude de aplicações dos conceitos no interior da reflexão desenvolvida nos *Quaderni del carcere*, o que nos interessa recuperar em nossa exposição - como já dissemos - é sobretudo o aspecto mais preciso que a contraposição entre Renascimento e Reforma permite elucidar sobre

as duas alternativas históricas de encaminhamento da questão nacional tomadas pelo desenvolvimento político europeu da modernidade. É com base nessa contraposição que Gramsci desenvolve o paradigma *par excellence* de explicação da singularidade do desenvolvimento histórico italiano, mostrando como o divorcio entre intelectuais e forças populares afetou a evolução do quadro histórico da península itálica: falência da unificação no século XVI, revolução passiva durante o *Risorgimento*, etc. É a antítese entre Renascimento e Reforma que torna possível contrapor a via italiana de desenvolvimento histórico à via européia, explicando a gênese diferenciada da transição italiana para a modernidade, com todo o seu cortejo de anomalias sociais.

E é exatamente nisso – nessa nova configuração operada nos conceitos de Renascimento e Reforma – que reside toda a fecundidade teórica dessas formulações gramscianas para a compreensão do desenvolvimento histórico singular da Itália. Os novos conceitos permitem destacar os modos diversos de afirmação da *Weltanschauung* burguesa, mostrando que a vontade coletiva nacional-popular necessária à unificação territorial não se formou na Itália nos marcos do século XVI devido ao papel cosmopolita desempenhado pelos intelectuais italianos, que se mantiveram distanciados das massas, qualificando a transição italiana como típica do Renascimento. Somente a Reforma, que para Gramsci representou o embrião de uma reforma intelectual e moral, pôde produzir um novo tipo de intelectual, já vinculado aos interesses populares, assinalando a ruptura radical com a concepção de mundo medieval. Essa transformação histórica, com o grau de radicalidade necessária para romper com o cosmos

medieval, só foi possível graças à inserção dos intelectuais junto ao povo: assim a nova concepção de mundo pôde se tornar política, "filosofia em ato", realidade vivente e se apropriar das massas, transformando a nova ideologia em força material. Por conseguinte, a contraposição entre Renascimento e Reforma é a fórmula utilizada por Gramsci para distinguir o desenvolvimento histórico italiano. O Renascimento manteve a cultura como patrimônio de poucos, impedindo que essa se tornasse política. Enquanto a Reforma se caracterizou por transformar a cultura – mesmo se menos elaborada - em patrimônio do povo, permitindo a criação das novas estruturas sociais. Dessa forma, a preocupação historiográfica é subordinada à necessidade analítica de apreensão das duas formas de desenvolvimento político, identificando assim as correntes político-ideológicas que moldaram o nascimento do mundo moderno.

Assim, o conceito de Renascimento não é reduzido apenas ao desenvolvimento artístico, mas abarca também o desenvolvimento político, econômico e cultural das formações sociais européias. Em oposição à visão mítica burckhardtiana, que apresenta o Renascimento como uma verdadeira idade de ouro da humanidade, Gramsci se propõe a fornecer uma visão histórica. A influência de De Sanctis[2], ao contrapor desenvolvimento artístico e fragmentação política, foi determinante para o desenvolvimento da concepção gramsciana do Renascimento. Mas Gramsci vai além de De Sanctis, transcendendo os aspectos morais e patrióticos de sua crítica, para buscar as conseqüências sociais e políticas da relação estabelecida entre os intelectuais e as forças populares que acabaram

[2] De SANCTIS, F. *Storia della letteratura italiana.* Torino: Einaudi, 1958.

por moldar os contornos regressivos do Renascimento para a história italiana. A herança política do Renascimento – segundo Gramsci – foi a fragmentação territorial, a impossibilidade de formação de uma vontade coletiva nacional-popular que constituísse o Estado nacional italiano, como ocorreu nos principais países da Europa Ocidental e do Norte no século XVI. O movimento progressivo da burguesia italiana que emergiu com o desenvolvimento das Comunas medievais chega ao fim durante o Renascimento e na Contra-Reforma.

Porém, para entendermos as formulações gramscianas – bastante originais e diversas das concepções ideológicas difundidas pela historiografia do século XX, particularmente aquelas hegemonizadas pela concepção burckhardtiana -, torna-se necessário distinguir sua apreensão do Renascimento.

Segundo Gramsci, o Renascimento se constitui em uma etapa fundamental da civilização ocidental. No entanto, esse é visto como um processo histórico muito mais amplo do que aquele que a historiografia geralmente circunscreve aos três séculos de duração, compreendidos entre o século XIV e o século XVI. Para ele, o Renascimento remonta aos impulsos históricos que se iniciaram a partir do século XI, período no qual ocorre a gestação das forças sociais que deram origem à civilização burguesa comunal:

> "(...) parece mais justa a opinião de que o Renascimento seja um movimento de grande alcance, que se inicia após o ano Mil, do qual o Humanismo e o Renascimento (em sentido restrito) são dois momentos conclusivos, que tiveram na Itália a sede

principal, enquanto o processo histórico mais geral seja europeu e não somente italiano"[3].

Nessa acepção, a emergência da burguesia comunal, iniciada a partir do século XI, demarca o período de eclosão do Renascimento. Os séculos XIV, XV e XVI, que na concepção historiográfica convencional constituem a época do Renascimento, não podem ser confundidos com o Renascimento *tout court*, mas representam tão somente o Renascimento em sentido restrito, isto é, o coroamento do processo de desenvolvimento social cujas origens mais remotas residem no século XI. Esses séculos representam a conclusão do Renascimento, coincidindo com o momento de irrupção da classe burguesa na arena política das formações sociais da Europa Ocidental, encabeçando um vigoroso movimento que leva à formação dos grandes Estados territoriais modernos. Assim, o Renascimento em seu sentido restrito representa o momento decisivo do processo histórico que se iniciou com a emergência da burguesia comunal.

Na Europa Ocidental e do Norte, a conclusão do Renascimento produziu a efetivação do potencial político-cultural de *nacionalização* das formações sociais latente no movimento. Porém, na Itália, o desfecho do Renascimento adquiriu o caráter de "restauração", porque não superou a velha tradição cosmopolita que mantinha o divórcio entre classe dirigente e massas populares, impedindo a formação de uma cultura nacional-popular. Segundo Gramsci, o Renascimento italiano (é claro que entendido em seu sentido restrito)

[3] GRAMSCI, op. cit., *Q. 17, §8, p. 1913.*

acabou negando as suas próprias raízes originais, assumindo a forma de um movimento regressivo.

Assim, Gramsci faz uma distinção entre Renascimento espontâneo e Renascimento em sentido restrito (a conclusão do Renascimento): o Renascimento espontâneo teve um caráter progressista para todo o continente europeu, inclusive para a Itália, já que representou uma reação contra o regime feudal iniciada após o século XI, criando não só as bases da civilização comunal, como também elaborando os próprios grupos urbanos que se constituíram na burguesia; e outra, de sentido restrito ou cultural, que representa o crepúsculo do Renascimento espontâneo entre os séculos XIV e XVI, que é aquela comumente aceita pela historiografia, que foi progressista para a Europa Ocidental, mas regressiva para a história italiana, na medida em que tomou a forma da elaboração de uma cultura cosmopolita e cortesã. É nesse caráter elitista da cultura renascentista italiana e no cosmopolitismo de seus intelectuais, que se mantiveram isolados das massas populares em processo de *nacionalização*, que residem as raízes da concepção do Renascimento italiano (no seu sentido restrito) como um tipo de revolução passiva *avant la lettre*. A conclusão do Renascimento na Europa levou à formação dos Estados nacionais (França, Inglaterra, Espanha, Portugal, etc.), adquirindo o estatuto de uma autêntica reforma intelectual e moral das massas populares que se *nacionalizaram*. Ao passo que na Itália, as forças progressivas do Renascimento foram neutralizadas a partir do século XIV, com o momento conclusivo do processo de longa duração que foi o Renascimento, tomando a forma de uma autêntica restauração.

unesp

Então, com base na leitura de Gramsci, podemos afirmar que a conclusão conseqüente do Renascimento é a reforma intelectual e moral[4] que possibilitou a formação da vontade coletiva nacional-popular necessária à constituição do Estado unitário moderno na Europa Ocidental; e, por outro lado, que a conclusão bloqueadora das potencialidades nacionais-populares é o Renascimento (em seus moldes italianos). Ou ainda, que na Itália predominou a matriz *aristocrático-feudal* sobre a matriz *burguesa-popular* no processo histórico de conclusão do Renascimento, imprimindo assim o caráter reacionário que marcou o desenvolvimento político da península durante o início da Idade Moderna. O desfecho final da via do Renascimento ocorre sob a forma de um fenômeno cultural e literário, esvaziando as potencialidades políticas de *nacionalização* presentes no movimento.

---

[4] O que Gramsci parece pretender ao se apropriar, se bem que à sua maneira, e dando um novo sentido aos conceitos historiográficos de Reforma e Renascimento, é proceder a uma leitura político-cultural que explique a emergência do Estado nacional na Europa Ocidental. Então, como já adiantamos, o seu conceito desse par antitético transcende a caracterização historiográfica *strictu sensu*. Por exemplo, em Portugal e na Espanha, a reforma intelectual e moral que levou à criação do Estado unitário não adiquiriu o caráter da *reforma religiosa*, mas sim de uma reforma secular da política entre as massas que possibilitou a sua mobilização para tal empreendimento. E justamente na Alemanha, berço da Reforma protestante, a unificação política só ocorreu tardiamente e não no horizonte do século XVI. Segundo Gramsci, na Alemanha as "bases" do Estado nacional já estavam dadas desde aquela época (GRAMSCI, op. cit., *Q. 4, §3, p. 423)*, sobretudo em função da integração religiosa e lingüística, resultante da Reforma protestante, que levou à constituição de uma comunidade homogênea de fiéis. Mas na Alemanha, e isso é uma conseqüência imediata da compreensão gramsciana de que a cultura não se afirma em um vazio sociológico, a reforma intelectual e moral representada pela *reforma religiosa* só se manifestará tardiamente na forma da filosofia idealista alemã e não na unificação política (Cf. ARANTES, P.E. Uma reforma intelectual e moral. Gramsci e as origens do Idealismo Alemão. In: *Presença*, n. 17, nov.91/mar.92, pp. 141-209). Assim, a reforma intelectual e moral pode se manifestar na forma do desenvolvimento político ou do desenvolvimento filosófico. Nesse sentido, Gramsci apreende o desenvolvimento da Europa moderna como um longo processo de *reforma intelectual e moral* tanto política quanto filosófica: "Renascimento-Reforma-Filosofia Alemã-Revolução Francesa-Laicismo (liberalismo)-Historicismo-Filosofia moderna-Materialismo Histórico. O materialismo histórico é o coroamento de todo esse movimento de reforma intelectual e moral, na sua dialética cultura popular-alta cultura" (GRAMSCI, op. cit., *Q. 4, §3, pp. 423-24*). Fica evidente, portanto, que em última análise a *reforma intelectual e moral* inclui, mas necessariamente transcende, o caráter da reforma religiosa: a Reforma protestante serve apenas como indicador do caráter popular de uma determinada transformação historicamente localizada que teve dois desdobramentos possíveis: político ou filosófico.

unesp

Entretanto, se por um lado, o Renascimento italiano falhou em produzir uma cultura nacional-popular, ligando os intelectuais às aspirações do povo que então se constituía em comunidades nacionais homogêneas; por outro lado, não há como negar que a matriz aristocrática seguida pelo Renascimento italiano também produziu bons frutos. O próprio Gramsci, apesar de toda a sua crítica à herança política renascentista, reconhece que justamente na Itália, em decorrência do caráter elitista do desenvolvimento dos intelectuais, pôde ser elaborada uma cultura sem rival no restante do mundo.

É que nas condições da formação social de transição própria do Renascimento italiano, o alvorecer do modo de produção burguês, na medida em que liberou um enorme potencial de versatilidade social em decorrência da "dissolução da comunidade natural" típica do feudalismo, encontrou nas classes dominantes hegemonizadas pela visão de mundo aristocrática (alta burguesia financeira e nobreza feudal aburguesada) uma disposição sem igual para o patrocínio das artes e da cultura, produzindo uma extraordinária aproximação entre gênero humano e individualidade, entre riqueza social da espécie e potencial de desenvolvimento dos indivíduos. Portanto, o elemento principal da riqueza das individualidades renascentistas italianas – basta pensar em homens como Da Vinci, Michelangelo, Maquiavel, etc. – parece residir justamente na matriz aristocrática tomada pelo desenvolvimento do Renascimento italiano em sua etapa conclusiva, o que permitiu a criação de uma cultura formalmente elaborada, porém, restrita a uma pequena elite cortesã e distanciada da vida da maioria do povo italiano.

unesp

Em última instância, parece ter sido o tipo híbrido de desenvolvimento capitalista – ou seja, o predomínio de uma matriz aristocrática de desenvolvimento burguês – típica da península itálica, o elemento fundamental na determinação dos altos investimentos realizados pela burguesia no financiamento das artes, possibilitando o florescimento de uma cultura extremamente elaborada, mas restrita a pequenos círculos cortesãos. Um forte argumento a favor dessa tese se encontra no alto grau de desenvolvimento do mecenato no contexto da península itálica. Se o mecenato, em certa medida, pode ser considerado como uma instituição comum a toda a Europa renascentista, foi somente na Itália que essa instituição criou raízes profundas, se transformando em uma verdadeira estrutura "orgânica" do desenvolvimento sócio-econômico. Nesse sentido, ganha força a qualificação gramsciana do Renascimento italiano como sendo o resultado da atividade de pequenos grupos cortesãos distanciados da vida efetiva da maioria do povo, impedindo a reforma intelectual e moral necessária para a *nacionalização* da península itálica.

Portanto, paradoxalmente, parece que o esplendoroso desenvolvimento cultural do Renascimento italiano só foi possível em virtude do triunfo na península de uma vertente de desenvolvimento capitalista de matriz aristocrático-burguesa, que esvaziou o potencial latente de *nacionalização* das forças burguesas, encaminhando esse fluxo de energias históricas para o desenvolvimento artístico-cultural das classes oligárquicas italianas, com base nos padrões estéticos inspirados pela antiguidade greco-romana.

unesp

Por isso, somente a Reforma, que conseguiu produzir um novo tipo de intelectual, organicamente ligado aos interesses populares, foi capaz de despertar as forças necessárias para criar as novas estruturas sociais exigidas pelo desenvolvimento da sociedade burguesa. Assim, a Reforma foi capaz de levar à formação de uma vontade coletiva nacional-popular, na medida em que transformou radicalmente a visão de mundo tradicional, inserindo os intelectuais diretamente no movimento social popular. Mesmo sendo pouco elaborada, quando comparada com a cultura produzida pelo Renascimento, a nova cultura gestada pela Reforma foi capaz de vincular os estratos mais altos da burguesia aos interesses ideológicos nacionais-populares, servindo para direcionar os movimentos sociais que levaram à formação dos Estados modernos da Europa Ocidental.

A conclusão gramsciana é a de que na história italiana sempre faltou o elemento Reforma. E, mais especificamente, no contexto dos séculos XV e XVI, a reforma intelectual necessária para romper com os resquícios da fragmentação política medieval não foi possível na Itália, exatamente devido ao papel cosmopolita desempenhado pelos intelectuais italianos renascentistas. Nesse sentido, uma das poucas exceções a essa regra se encontra na figura de Nicolau Maquiavel, o autêntico representante italiano de uma tentativa de reforma da vida política da península, de busca de aproximação dos intelectuais com as massas populares.

É nesse sentido que Maquiavel aparece aos olhos de Gramsci como o único representante italiano do movimento progressivo europeu que levou à

constituição do Estado territorial unificado corporificado nas monarquias absolutistas européias do século XVI. Conseqüentemente, Maquiavel aparece como a verdadeira antítese do intelectual renascentista italiano, representando a Reforma e a busca da fusão entre cultura e aspirações populares.

2 . A ação de fundação e a estratégia política do príncipe-*condottiere*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

2-1 *O Príncipe* e a formação da vontade coletiva nacional-popular

O livro *De Principatibus*, que originalmente tinha o seu título assim, grafado em latim, foi publicado pela primeira vez em 1532, já com seu título italianizado. Porém, se a datação da primeira edição da obra é tida como consensualmente aceita, o mesmo não se verifica com relação à data de sua composição. A opinião mais aceita contemporaneamente é aquela postulada por Federico Chabod, que afirma que *O Príncipe* foi escrito de uma só vez, num intervalo de tempo de quatro ou cinco meses, na segunda metade do ano de 1513. Se essa é a tese comumente aceita, não faltam discordâncias. Para outros autores, como por exemplo, para O.Tommasini e para F. Meinecke, a obra foi iniciada realmente em 1513, mas somente concluída em 1515, apresentando diversas fases intermitentes no processo de sua composição[1].

A estrutura de *O Príncipe* é composta de vinte e seis capítulos, que podem ser agrupados de diversas maneiras, conforme o critério de classificação utilizado. A intenção da obra, no entanto, é clara: seu objetivo é transmitir o conhecimento necessário para a execução de um projeto político determinado. Ou seja, os diversos capítulos nos quais a obra está dividida visam operacionalizar as ações necessárias para a unificação da península itálica. Enquanto os capítulos que vão do primeiro ao vigésimo terceiro analisam as formas possíveis de Estado, a questão das milícias e as qualidades necessárias para o sucesso na ação política, os capítulos finais, do vinte e quatro ao vinte e

[1] Sobre o trabalho de datação de *O Príncipe*, cf. a Nota Introdutória, presente em MACHIAVELLI, N. *Il Principe*. Milano: Libri & Grandi Opere, 1995, pp. 43-58.

unesp

seis, explicitam o "manifesto de partido" sob o qual se fundamentou a reflexão de Maquiavel para formular o processo de constituição da vontade coletiva que inaugura a *nacionalização* das formações sociais européias de transição do século XVI.

Por conseguinte, a reflexão desenvolvida pelo "Secretário florentino" em *O Príncipe* pode ser traduzida "(...) como uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar sua vontade coletiva"[2]. Embora adotando a forma artística e antropomorfizada, *O Príncipe* emerge como uma elaboração teórica diretamente vinculada ao processo histórico de constituição do Estado nacional em sua fase inicial de desenvolvimento. Logo, representa a emergência no plano da teoria política, concomitante à explicitação das novas forças em luta no cenário social, da filosofia da época que buscava constituir as novas estruturas estatais que favorecessem o dinamismo das forças de produção burguesas em ascensão.

No entanto, a tarefa de elucidar a leitura gramsciana de Maquiavel impõe algumas dificuldades. O primeiro problema que se apresenta decorre de uma particularidade própria da exposição adotada por Gramsci em sua reflexão carcerária. Ou seja, a estruturação de sua exposição na forma de notas fragmentárias cria uma arquitetura textual dificilmente reduzível à forma acadêmica de argumentação. Na verdade, vendo dessa perspectiva, no plano formal, não existe uma interpretação sistemática do pensamento de Maquiavel nos

[2] GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci, a cura de Valentino Gerratana, Torino: Einaudi, 2001 (Ed. Tascabili), Q. 13, § 1, p. 1556.

unesp

Quaderni del carcere[3]. Não obstante, se formalmente ela não existe, dada à diversidade de direções percorridas pelo pensamento, todavia é possível apreender uma interpretação coerente e bastante original do pensamento de Maquiavel no movimento geral da reflexão gramsciana. Essa interpretação se encontra difusa nas muitas notas fragmentárias que abordam a figura histórica de Maquiavel e nas discussões críticas das leituras sobre o assunto efetuadas por Gramsci na prisão. Assim, considerando-se essa ressalva, uma leitura atenta das notas presentes nos *Quaderni* nos revelará uma interpretação bastante original da obra de Maquiavel que transparece majoritariamente nos *Quaderni 13* e *8*; se bem que inclua outras notas, esparsamente distribuídas ao longo de toda a obra.

No momento, visando uma análise mais técnica da interpretação gramsciana, sem abordar ainda sua distinção político-filosófica, que funda a leitura na historicização da obra de Maquiavel, cumpre destacar a importância que Gramsci atribui ao último capítulo de *O Príncipe*. Na apreensão de Gramsci, é a exortação final do livro que permite localizar historicamente a reflexão desenvolvida por Maquiavel. Outra singularidade da leitura gramsciana é dada pela reivindicação da unidade de conjunto da obra maquiaveliana. Esse

---

[3] A esse respeito, cf. La première figure de la philosophie de la práxis- une interpretation d'Antonio Gramsci. In: LEFORT, C. *Le travail de l'oeuvre – Machiavel*. Paris: Gallimard, 1972, pp. 237-258. Em que pese os méritos do trabalho de Lefort, inegáveis por sinal, discordamos veementemente de sua crítica de que, ao estabelecer um destinatário e uma função para a obra de Maquiavel, Gramsci tenha "domesticado" o discurso do "Secretário florentino". Não negamos as várias possibilidades metodológicas de interpretação de uma obra clássica; mas, fundamentalmente, se queremos compreende-la em *sentido amplo*, e não interpreta-la arbitrariamente, não resta outra saída senão identificar o seu papel e o seu destinatário no momento de sua produção. Pois mesmo a obra clássica, antes de falar à posteridade, foi motivada pelos imperativos anteriores impostos por seu tempo histórico. Isso é ainda mais necessário no caso de Maquiavel, transformando-se numa das poucas possibilidades metodológicas de superar os malefícios de um *maquiavelismo* (isto é, a leitura moralista da obra de Maquiavel) originado há séculos.

unesp

posicionamento descarta a possibilidade de uma contraposição entre *O Príncipe* e os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, muito comum entre os intérpretes de Maquiavel. Além disso, ao concordar com Russo[4], Gramsci reafirma que se essas obras tratam de momentos distintos do processo de constituição das novas estruturas políticas – isto é, o momento da força é destacado em *O Príncipe*, ao passo que a busca da hegemonia se sobressai nos *Discursos* -, nem por isso Maquiavel deixa de abordar a necessidade de ambos os momentos em *O Príncipe*, já que a busca do consenso é complementada pela utilização da autoridade ou da força como base da ação política[5]. Essa diretriz adotada por Gramsci sugere que *O Príncipe, A arte da Guerra* e *História de Florença* formam uma unidade temática que gira em torno da análise da realidade histórica da época, elaborada por Maquiavel em função do projeto político a que estava vinculado.

Outro ponto de destaque da análise gramsciana é aquele que distingue *O Príncipe* das demais obras do pensamento político da época pelo seu caráter "vivente", diretamente vinculado às forças históricas atuantes no alvorecer da formação do Estado moderno. Concebido assim, o príncipe-*condottiere* aparece então como a encarnação da figura do "mito":

> "O caráter fundamental do Príncipe é aquele de não ser um tratado sistemático, mas um livro"vivo", no qual a ideologia

[4] RUSSO, L. *Prolegomeni a Machiavelli*. Firenze: Le Monnier, 1931.
[5] GRAMSCI, op. cit, *Q. 13, § 5, p. 1564.*

política e a ciência política se fundem na forma dramática do "mito"[6].

Mas o que significa conceber o príncipe-*condottiere* como "uma exemplificação histórica do "mito"? Em que medida a concepção de Sorel sobre o "mito" pode contribuir para elucidar a compreensão da obra de Maquiavel?

Essas são duas questões importantes que devem ser respondidas, se queremos apreender a originalidade da interpretação gramsciana da obra de Maquiavel. E para isso, torna-se necessário, antes de tudo, recorrermos ao próprio Georges Sorel, para compreendermos qual o papel do mito presente em seu pensamento.

Para Georges Sorel[7], o mito se constitui num conjunto de imagens capazes de antecipar o futuro, elaboradas para orientar a ação das massas populares, sem a necessidade de recorrer diretamente à análise racional e discursiva. Segundo ele, o mito teria a vantagem, se comparado a uma obra analítica sistemática, de clarificar imediatamente na consciência das massas as tarefas necessárias para um determinado objetivo político, pois ao contrário da racionalidade discursiva, ele institui a compreensão *imediata* e *intuitiva* que predispõem à ação transformadora. O exemplo paradigmático do mito para Sorel se encontrava na proposição da "greve geral revolucionária" – tida como o "mito" por excelência da Revolução - como parte da estratégia de unificação das forças proletárias em direção à construção do socialismo. Desconfiado da capacidade do

[6] GRAMSCI, op. cit., *Q. 13, § 1, p. 1555.*
[7] SOREL, G. *Reflexões sobre a violência.* São Paulo: Martins Fontes, 1992.

unesp

discurso racional em despertar a ação revolucionária, pois a conjuntura política da França de sua época mostrava as dificuldades concretas do movimento operário em superar o reformismo, Sorel concebe então o recurso do mito:

> "A linguagem não poderia ser suficiente para produzir tais resultados de forma segura [a necessidade da Revolução]. É preciso recorrer a conjuntos de imagens capazes de evocar *em bloco e por mera intuição*, antes de toda análise reflexiva, a massa dos sentimentos que correspondem às diversas manifestações da guerra travada pelo socialismo contra a sociedade moderna"[8].

Assim, em Sorel, o mito tem a função de induzir as massas à ação através de imagens que despertem espontaneamente as suas energias revolucionárias. Mas, no entanto, percebe-se aí, de forma clara, a influência das correntes irracionalistas de fins do século XIX - sobretudo da filosofia de Henri Bergson - que atuaram sobre o marxismo francês, contribuindo para criar a convicção de que a riqueza criativa ilimitada do movimento histórico inviabilizaria a possibilidade de qualquer forma de previsão na atividade política.

Em decorrência disso, passou-se a privilegiar a atuação do movimento espontâneo das forças sociais, em contraposição a qualquer forma de organização mais desenvolvida que ultrapassasse os limites do sindicato operário, já que a criatividade da ação popular é que deveria guiar a construção do socialismo. Sorel foi o representante teórico mais ilustre dessa tendência

[8] SOREL, op. cit., p. 141.

unesp

espontaneísta que negava a possibilidade de um plano na condução da atividade revolucionária, da necessidade do partido como elemento de organização da vontade coletiva. Para ele, a função do marxismo se reduzia principalmente ao propósito de criar na mente do proletariado a mística da Revolução, isto é, o impulso necessário para negar a ordem estabelecida, sem a pretensão de contribuir para a "fase positiva" de afirmação da nova vontade coletiva. Portanto, a concepção soreliana do "mito" se esgotava na tarefa de aglutinar as forças sociais para a destruição da ordem estabelecida, sem jamais poder estabelecer – mesmo que em linhas gerais – os contornos da construção da nova ordem. O marxismo é assim reduzido a uma espécie de metafísica da ação política.

Apesar da forte influência de Sorel no pensamento socialista italiano das primeiras décadas do século XX, maior do que aquela verificada na própria França é, porém, Gramsci o único a desenvolver de forma válida as contribuições da leitura soreliana do marxismo[9]. Entretanto, como regra geral do relacionamento com suas fontes teóricas, Gramsci realça os limites da concepção soreliana do mito, criticando o seu caráter abstrato, distante da compreensão de que a política – principalmente a "grande política" – exige a superação do espontaneísmo, colocando a necessidade do elemento organizativo na formação da vontade coletiva. Conseqüentemente, a apreensão gramsciana do "mito" adquire uma nova conotação, ao superar o papel "negativo" do "mito", de mera

---

[9] Sobre a influência de Sorel no pensamento de Gramsci, cf. BADALONI, N. Gramsci: a filosofia da práxis como previsão. In: HOBSBAWM, E. *História do marxismo. O marxismo na época da Terceira Internacional: de Gramsci à crise do stalinismo(vol.10).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 13-128. Já sobre a localização de Sorel no contexto da história do marxismo, cf. DE PAOLA, G. Georges Sorel, da metafísica ao mito. In: HOBSBAWM, E. *História do marxismo: O marxismo na época da Segunda Internacional (vol.04).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp. 51-83.

unesp

destruição de uma vontade coletiva já existente, que se expressaria na greve geral, propondo também uma fase "ativa e construtiva" para a atuação do "mito":

> "Porém, pode um mito ser "não construtivo", pode-se imaginar, na ordem de intuições de Sorel, que seja produtor de realidades um instrumento que deixa a vontade coletiva na sua fase primitiva e elementar de sua mera formação, por distinção (por "cisão"), ainda que com violência, isto é, destruindo as relações morais e jurídicas existentes? Mas esta vontade coletiva, assim formada de modo elementar, não deixará imediatamente de existir, pulverizando-se numa infinidade de vontades singulares, que na fase positiva seguem direções diversas e contrastantes?"[10].

Assim reformulada, a apreensão gramsciana de *O Príncipe* como exemplificação do mito soreliano implica em conceber o livro em questão como a encarnação simbólica do processo de formação de uma nova vontade coletiva, agora de caráter nacional-popular, já que buscava construir as bases da unificação política nacional. A utilização da forma artística, metafórica, para apresentar o processo de formação da vontade coletiva necessária à constituição do Estado nacional não elimina a necessidade de um elemento concreto organizativo, como acontecia com Sorel. Ou seja, o próprio príncipe-*condotiere*, símbolo do processo da organização dessa nova vontade coletiva, passa a ser

[10] GRAMSCI, op. cit., *Q. 13, § 1, p. 1557.*

unesp

responsável ainda pela fase "ativa e construtiva", que agora também compete ao "mito".

O espontaneísmo contido na concepção do mito em Sorel é substituído pela necessidade de um programa de partido, que Gramsci encontra no epílogo contido em *O Príncipe*, que caracteriza o pequeno livro como similar a um "manifesto político"[11]. Entendida dessa forma, a função da obra é vista como sendo a de mobilizar as consciências individuais para a aceitação do uso dos meios necessários para se atingir um fim político determinado. A imagem do príncipe-*condottiere* serve para explicitar o processo de formação de uma vontade coletiva através da indicação dos traços de personalidade, das qualidades pessoais, etc., que deve possuir o *condottiere* ideal para fundar o Estado unitário. Por isso, *O Príncipe* pode ser apreendido como uma exemplificação do "mito" soreliano, já que apresenta um determinado conhecimento político (ideologia + ciência) veiculado através da utilização de uma imagem artística (a imagem do príncipe-*condottiere*), se encarregando de enunciar os mecanismos de funcionamento do poder e a estratégia para a construção da vontade coletiva nacional-popular, apelando principalmente ao conhecimento intuitivo de seus leitores.

Em grande parte, reside na utilização da expressão mítica dada à sua exposição o grande impacto que a obra causa, pois contribui de forma imediata para negar a antiga visão de mundo estabelecida pelo cristianismo (a ideologia dominante até então), recorrendo diretamente ao estímulo da sensibilidade de seus leitores. A comparação proposta por Gramsci é bastante

[11] GRAMSCI, op. cit., *Q. 13, § 1, p. 1556.*

unesp

pertinente, pois ainda hoje, mesmo passados todos esses séculos que nos separam da época vivida por Maquiavel, uma parcela do mecanismo do "mito" embutido na obra continua atuante, pois o livro fala primeiro ao sentimento, procurando convencer da evidência iniludível do realismo da ação política através de imagens impactantes, para só depois atingir a razão.

Portanto, o recurso dramático presente na imagem do príncipe-*condottiere* funciona para criar uma associação estreita e direta entre o conhecimento racional de busca da *verità effettuale* e a necessidade de mobilizar as consciências individuais para a ação política prática. Assim, o modo apropriado de agir, que decorre de uma análise acurada da realidade, é apresentado através das qualidades necessárias à personalidade de um príncipe-*condottiere* providencial, mostrando que a estratégia para a construção do poder da nova classe exige a adoção de uma reforma moral da sociedade imprescindível para possibilitar a adoção da política realista pelas massas populares.

De modo que – de metáfora – o príncipe-*condottiere* se transforma em elemento mediador entre o movimento social (burguesia ascendente) e o processo de conscientização da necessidade de novas estruturas sociais (Estado unitário). É somente assim, ao funcionar como elemento de mediação entre o conhecimento e a condição objetiva de expansão das forças burguesas, que o livro de Maquiavel pode ser apreendido como um "mito", no sentido de afirmar a unidade das vontades particulares em uma vontade coletiva que libere o protagonismo político da burguesia ascendente no interior das formações sociais de transição da Europa Ocidental moderna.

unesp

A forma mítica de apresentação da teoria política maquiaveliana forneceu concreticidade a um discurso que de outra forma permaneceria abstrato e excessivamente intelectualizado; portanto, "livresco", o que não era o objetivo de Maquiavel. Assim, ele utiliza-se do mito para mostrar a *chi non sa* a *verità effettuale delle cose*, já que o seu objetivo é intervir na realidade política e conclamar a ação[12].

É nesse sentido que o príncipe-*condottiere* simboliza o processo de formação da vontade coletiva nacional-popular em sua fase inicial. A obra de Maquiavel é a expressão teórica dos interesses sociais da nova classe em expansão no século XVI. Logo, ela deve ser vista como parte do processo progressivo de redefinição da visão de mundo em elaboração pela filosofia da época, a cargo dos intelectuais orgânicos da nova classe ascendente, que buscavam traduzir as matrizes que já forjavam as "superestruturas subjetivas" (valores, ideais, crenças, etc.) dominantes na sociedade, em novas "superestruturas objetivas", que convergiam para a constituição do Estado unitário na forma histórica da monarquia absolutista nacional. Ela representa a criatividade filosófica da época posta em marcha pelo avanço da produção mercantil e pela difusão das aspirações burguesas como conformadoras da nova visão de mundo que então se hegemonizava.

Portanto, a reflexão maquiaveliana se funda na busca da *verità effettuale* não porque se contenta com a realidade factual que a análise empírica

[12] "Mas Maquiavel não é um mero cientista; ele é um homem de partido, de paixões poderosas, um político em ato, que quer criar novas relações de força e, por isso, não pode deixar de se ocupar com o "dever ser", não entendido evidentemente em sentido moralista" (GRAMSCI, op. cit., *Q. 13, § 16, p. 1577).*

unesp

propicia, mas sim porque reconhece conscientemente as dificuldades objetivas que a nova classe deve enfrentar para construir as suas estruturas sociais. É desse modo que podemos caracterizar a reflexão de Maquiavel como um instrumento teórico a serviço da burguesia na fase inicial do processo de construção de sua consciência política[13]. O mito do príncipe-*condottiere* indica, portanto, uma tendência do desenvolvimento histórico que se realizou efetivamente naquela época, senão na Itália, pelo menos em grande parte da Europa Ocidental.

Podemos afirmar, ampliando as intuições presentes em Gramsci, que a obra do "Secretário florentino" reflete, no plano da teoria política, o processo de difusão da *Weltanschauung* da burguesia que já se impunha como classe culturalmente dirigente. É a direção cultural burguesa no interior das formações sociais de transição que permite difundir a sua concepção de mundo para o conjunto das classes sociais. Portanto, isso demarca claramente que a burguesia já iniciara o processo de superação dos limites do policentrismo político feudal através da busca da constituição do Estado territorial unificado.

O mito do príncipe-*condottiere* aparece então como o símbolo do processo de unificação das forças burguesas em ascensão em sua luta contra os entraves do feudalismo. É nisso que reside o vigor teórico de *O Príncipe*: mesmo que os estímulos que pesam sobre Maquiavel sejam mais europeus que italianos, sua obra – ao perceber a necessidade da unidade territorial como o pressuposto para a sobrevivência política independente da Itália – pode ser qualificada como a primeira reflexão política realmente moderna, exatamente porque apreendeu os

[13] "Em todo o pequeno volume, Maquiavel trata de como deve ser o Príncipe para conduzir um povo à fundação do novo Estado (...)" (GRAMSCI, op. cit., *Q. 13, § 1, p. 1556*).

unesp

novos imperativos políticos que exigiam a organização do Estado unitário como fator de afirmação do desenvolvimento das novas forças sociais que despontavam no cenário histórico. E, mais ainda, da necessidade de se apoiar nessa classe como a base objetiva da realização de tal projeto[14].

Assim, a obra de Maquiavel deve ser vista como inserida historicamente em sua época. Isto é, a sua "ciência política" faz parte do acervo da filosofia da época que tinha como função principal resolver os problemas colocados pelo desenvolvimento histórico das forças produtivas burguesas. A obra não se esgota em si mesma, mas está imersa na temporalidade histórica de formação do Estado unitário moderno, representando os interesses da classe burguesa que emergia como força política autônoma no século XVI. Portanto, configura e modela os novos interesses sociais que estavam sendo redefinidos pela "filosofia da época", que indicavam tendencialmente para a constituição de novas superestruturas sociais. Os novos valores e princípios éticos mercantis que se difundiram amplamente, condicionando as novas "superestruturas subjetivas" dominantes nas formações sociais européias do século XVI, passam a exigir a transformação da dominação "econômico-corporativa" em hegemonia "ético-política".

---

[14] Luciano Gruppi tem razão quando afirma que o pensamento de Maquiavel não foi ainda adequadamente valorizado pela tradição marxista, pelo menos no que se refere à sua incidência central. Parece que Gramsci foi o pioneiro em reconhecer o mérito de Maquiavel de pensar a política levando-se em conta as forças históricas concretas que atuam na sociedade humana. É claro que a compreensão de Maquiavel era limitada ao progresso filosófico-científico de sua época; mas existe nele uma profunda intuição histórica que o permite captar as forças políticas efetivas, sem lançar mão dos expedientes ideológicos típicos do pensamento político contratualista posterior, tais como "direito natural", "estado de natureza", "razão", etc. Cf. GRUPPI, L. Machiavelli e Gramsci. In: *Critica Marxista*, n. 03, 1969, pp. 81-91.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Essas transformações da estrutura estatal que ocorriam naquela época eram o coroamento desse longo processo histórico, durante o qual foram redefinidos os interesses sociais que levaram à consolidação da produção burguesa típica do período de constituição do capitalismo mercantil e manufatureiro do século XVI. Em consonância a isso, no plano de elaboração de uma nova *Weltanschauung* própria dessa época, a filosofia renascentista européia difundiu para a "mente coletiva" os elementos ideológicos que desencadearam a reforma moral e intelectual necessária para implementar as estruturas do Estado unitário através da monarquia absolutista. Com efeito, é nesse sentido, enquanto herdeira da tradição filosófica européia, mais do que italiana, que a obra de Maquiavel reflete a tendência histórica de formação do Estado unitário moderno[15]. A sua função só pode ser adequadamente apreendida no quadro da luta histórica da classe burguesa européia contra os entraves da fragmentação política do mundo feudal, particularmente da superação da forma comunal do Estado feudal, que inibia o desenvolvimento eficiente das forças produtivas burguesas.

Portanto, essa compreensão gramsciana da obra de Maquiavel só foi possível porque Gramsci via a sociedade como uma totalidade orgânica equilibrada, isto é, determinada pela interação dialética entre a infra-estrutura e a superestrutura, sem privilegiar o determinismo econômico característico do pensamento marxista hegemônico na época da Segunda Internacional. Essa

[15] "Ou seja, Maquiavel serviu realmente aos Estados absolutos em sua formação, porque era a expressão da "filosofia da época", européia mais do que italiana". (GRAMSCI, op. cit., *Q. 13, § 50, p. 723*)

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

perspectiva inovadora abre então espaço para a filosofia na dinâmica do processo histórico.

Segundo Gramsci, na complexa interação entre as instâncias infra-estrutural e superestrutural, compete sempre à filosofia de cada época a função de solucionar os problemas colocados pelo desenvolvimento das forças produtivas. Assim, cada época histórica produziria a sua própria filosofia, cuja tarefa seria moldar o desenvolvimento social da época. A noção gramsciana de filosofia é mais extensa do que aquela que reduz a filosofia a um tipo especializado de conhecimento, distanciado da vida social; ela compreende a atividade cognitiva de todos os homens de uma dada época, portanto, também dos filósofos profissionais, mas, da mesma forma, dos indivíduos sem formação especializada, posta a serviço do encaminhamento de soluções aos problemas que o desenvolvimento histórico recoloca constantemente. A filosofia, segundo Gramsci, representa o caudal de energia criativa que brota perenemente da interação entre a realidade histórica factual e a necessidade imperiosa que move a consciência humana de projetar teleologicamente o seu desenvolvimento social. Então, para Gramsci, a função da filosofia é a de promover a organização da cultura (superestruturas) com vistas à solução dos problemas colocados pelo desenvolvimento das forças produtivas (infra-estrutura).

Nessa concepção, a filosofia é vista principalmente como uma abordagem teórica da realidade histórica em processo de configuração, já que se ocupa em captar os problemas ainda em sua forma embrionária, nascente. Sem, contudo, desvalorizar a sua função prática, que reconhecidamente é aquela de

unesp

conformar a ação política através da constituição das ideologias. Sendo assim, é a filosofia de cada época, em última instância, que molda a apreensão objetiva do mundo difundida para o conjunto da sociedade nos diferentes períodos da história humana, atuando diretamente na seleção da *Weltanschauung* que se imporá como hegemônica. A filosofia desempenha esse papel arquitetônico porque redefine as "superestruturas subjetivas". Portanto, em cada período histórico, é a filosofia da época que redireciona os interesses dos diversos grupos sociais, selecionando inclusive os rumos tomados pelas relações de produção dentro dos limites das potencialidades da época.

Em decorrência, o conhecimento político presente na obra de Maquiavel é visto por Gramsci como parte desse processo mais amplo de redefinição dos interesses sociais colocado em marcha pela filosofia da época de constituição do Estado nacional. A teoria maquiaveliana apresenta a cristalização de uma visão de mundo própria de uma etapa do início do desenvolvimento da consciência política da burguesia. Consoante a isso, a sua compreensão exige a identificação de seu destinatário imediato, do sujeito que suscitou a reflexão elaborada por Maquiavel.

O próprio conhecimento presente na obra de Maquiavel, que decorre, em parte, da interação entre a reflexão teórica e o processo concreto de constituição de um novo sujeito histórico, já aponta para a burguesia ascendente como o seu destinatário privilegiado. Ou seja, se as forças sociais às quais ele se dirige não existissem, pelo menos em sua forma inicial de constituição, a sua reflexão não teria sentido. Sem a emergência da burguesia enquanto classe que

unesp

aspira ao poder, o conhecimento do realismo político continuaria sendo patrimônio das classes dirigentes tradicionais, como vinha ocorrendo há muitos séculos ininterruptos. E qualquer tentativa de refletir sobre o realismo seria vã, já de antemão condenada a permanecer simplesmente como um exemplo de literatura exótica. É a decisão de expandir esse conhecimento para além dos círculos tradicionais de controle do poder, permitido pela nova configuração de forças sociais, teorizando sobre o caráter realista inevitável da ação política, que faz de Maquiavel o protótipo do novo tipo de intelectual em formação. Esse intelectual, organicamente ligado à nova classe progressiva, representa o elo de ligação que difunde as aquisições da "filosofia da época" para o conjunto do tecido social, transformando a filosofia em ideologia. É só assim, ao se transformar em ideologia, é que a filosofia perde a sua legalidade própria de busca da verdade e se transmuta em política. É, também em decorrência disso, que Gramsci designa a política de "filosofia em ato".

Em resumo, com base na perspectiva gramsciana, a teoria de Maquiavel é a expressão da nova configuração das forças sociais burguesas em sua fase de ascensão política que culminou com a formação das monarquias absolutistas nacionais. Ele reconhece que o conhecimento teórico da política não pode ser produzido isolado da realidade histórica, estando sempre ligado a uma determinada configuração de forças sociais atuantes num determinado momento. O conhecimento produzido por Maquiavel é visto então como o produto de um sujeito que se encontra ativamente inserido no mundo, na práxis social. Assim, a

unesp

sua teoria demonstra claramente as marcas da interação dialética entre o sujeito que conhece e as condicionalidades históricas que atuam sobre ele.

Em função disso, Gramsci sugere que a teoria de Maquiavel já introduz uma nova *Weltanschauung* que aponta para a constituição do "povo" em uma nova força política. A formação de uma vontade coletiva nacional-popular – nacional em função da unificação política em conjuntos culturalmente homogêneos e popular em decorrência da aliança entre as classes subalternas capitaneadas pela burguesia – se expressaria na liberação do protagonismo político da burguesia em torno da constituição da monarquia absolutista. Então a monarquia absolutista, mesmo reconhecendo a presença de uma série de elementos jurídicos de caráter feudal ainda operando em sua estrutura, caracteriza exatamente a configuração da vontade coletiva nacional em sua gênese histórica. Nessa fase, a criação da vontade coletiva requer a constituição de um sujeito político articulado, resultante da transformação da massa dispersa, cujas vontades individuais se encontram no estágio de "mônadas", em um novo corpo coletivo disciplinado e mobilizado para equacionar os *meios* aos *fins*. É a necessidade de formação do *povo*, colocada na ordem do dia pelo processo de nacionalização em curso na Europa Ocidental do século XVI, que leva Maquiavel a considerar como central no plano político a aliança das classes urbanas com as massas camponesas, através do expediente de formação da "milícia nacional"[16].

Mas é claro, porém, que uma vontade coletiva só pode se afirmar em função de metas concretas. Assim, a obra de Maquiavel se caracteriza

[16] O termo "milícia nacional" é utilizado por Gramsci para designar o tipo de milícia que Maquiavel pretendia organizar. Cf. GRAMSCI, op. cit., *Q. 18, § 3, p. 1955.*

unesp

não só pela divulgação de uma nova ideologia, mas, de forma ainda mais importante, pela proposição da implantação de novos princípios e de novas estruturas sociais (*nuovi ordini e modi*).

No entanto, sem promover a reforma intelectual e moral necessária para romper com o monolitismo ideológico medieval, o projeto do príncipe-*condottiere* não se afirmaria. Por essa razão, a função de *O Príncipe* é primeiramente a de conclamar a vontade das massas de seu tempo – sobretudo a burguesia popular em aliança com os camponeses – em torno de um projeto determinado, mostrando a necessidade de se orientarem pelo realismo político como o único caminho para alcançar os objetivos visados. A transformação social, a história prova isso à exaustão, mesmo contando com fatores objetivos favoráveis, só se viabiliza com a difusão generalizada de uma nova consciência política capaz de substituir as antigas ideologias arraigadas na mente coletiva. Sem a formação de uma subjetividade antagônica à ordem estabelecida, a mudança social não se efetiva. A formação e difusão dessa subjetividade alternativa, que é tarefa político-cultural dos intelectuais orgânicos da classe em ascensão, é que torna possível transformar a filosofia da época em ideologia. Na medida em que os desenvolvimentos sociais, mediados pela filosofia, se difundem para a mente coletiva, o palco histórico é então ocupado pela política. No entanto, a política só é revolucionária se representar os anseios sociais racionalizados pela filosofia representativa dos interesses progressistas de cada época histórica. E era isso o que propunha Maquiavel ao tentar convencer o "povo" da necessidade de apoiar sem reservas o projeto corporificado na figura do príncipe-*condottiere*.

unesp

Na Europa Ocidental do Renascimento a generalização dessa nova subjetividade estava em pleno curso: os intelectuais renascentistas, salvaguardando a situação específica italiana, foram os responsáveis pela difusão das conquistas da razão humana para as massas, tornando possível a reforma intelectual e moral que levou à constituição do Estado unitário. Essa reforma, ao romper a estabilidade do cosmos medieval através da mobilização das massas, contribuiu decisivamente para fazer avançar o processo de secularização da política vislumbrado por Maquiavel, levando à erradicação das bases do universalismo medieval. O papel da filosofia – entendida por Gramsci como o elemento responsável pela articulação entre economia e cultura -, pode nos ajudar a entender o desenvolvimento desse processo "capilar" de constituição dessa vontade coletiva nacional-popular.

Em princípio, podemos dizer que o processo de formação da vontade coletiva nacional-popular resulta do amadurecimento político da burguesia da necessidade progressivamente consciente de se construir novas estruturas sociais adequadas aos interesses "gerais". É claro que esses pretensos "interesses gerais" são, na verdade, os interesses da classe fundamental (no caso específico, a burguesia) envolvida no processo de constituição de sua hegemonia. Mas, em função da atuação de seus intelectuais orgânicos, esses interesses "particulares" são ampliados e difundidos como os autênticos interesses "gerais", conseguindo assim unificar o campo social sob o domínio da visão de mundo dessa classe. O que está em processo, portanto, é a modelação da própria forma

unesp

objetiva de apreensão do mundo, que é "universalizada" pela filosofia da época, perpassando todo o tecido social.

No primeiro momento, a gênese dessa "consciência operosa" se funda na redefinição dos interesses sociais próprios de cada época histórica: isto é, os elementos embrionários da nova vontade coletiva são formados difusamente pela seleção de novos valores, de novas convicções, de novos costumes, etc., surgidos em consonância com o desenvolvimento histórico concreto. Então, no tempo de constituição de uma nova época histórica – entendida como a expressão cultural das diversas fases de desenvolvimento da hegemonia de uma classe social – esse conjunto de elementos extremamente cambiantes da vida social são racionalizados e fixados numa nova *Weltanschauung*.

Posteriormente, numa fase mais adiantada do processo de constituição da nova vontade coletiva, surge então a necessidade de mediação da política. Somente quando as aquisições da razão humana são difundidas para a mente coletiva, transformando-se em ideologias, é que o *status quo* histórico pode ser questionado e substituído. Essa fase do processo coincide com a transformação das "superestruturas subjetivas" em "superestruturas objetivas", o que se traduz na superação da dominação econômico-corporativa pela instauração da hegemonia ético-política dessa classe sobre o conjunto da sociedade. Nessa fase, os valores sociais adquirem então objetividade, isto é, afloram à consciência de modo sistematizado, se transformando em "programa de partido". É a partir desse momento que se coloca verdadeiramente a questão do Estado – ou seja, a

construção das "superestruturas objetivas" encarregadas de regulamentar a nova dinâmica social que substitui aquela existente anteriormente.

Conseqüentemente, o processo de formação de uma nova vontade coletiva - principalmente da vontade coletiva nacional-popular, que levou à fundação do Estado unitário na forma da monarquia absolutista – só se viabilizou nas formações sociais em que o desenvolvimento político-cultural favoreceu a emergência de um novo tipo de intelectual: o intelectual organicamente ligado às aspirações da burguesia popular. Esse novo intelectual funcionou como elemento de mediação entre a filosofia da época e a mente coletiva, tornando possível a reforma intelectual e moral necessária à constituição da nova estrutura estatal.

A partir do século XVI - com a configuração do domínio cultural da burguesia mercantil nas formações sociais de transição da Europa Ocidental – a base objetiva de apreensão do mundo passa a ser dada pela filosofia elaborada pelos seus intelectuais orgânicos. Assim, progressivamente, a classe burguesa passa a se apresentar como a porta-voz "natural" dos interesses coletivos nacionais-populares, aglutinando sob o seu comando as diversas classes subalternas que constituíam as massas populares da época. Os problemas suscitados pelo desenvolvimento das formações sociais de transição renascentistas são abordados e dimensionados pela filosofia elaborada por seus intelectuais, contribuindo para a proposição de soluções, que quando mediadas pela política, se constituirão nas superestruturas que moldarão o desenvolvimento político-social das formações sociais européias: a unificação política, a constituição dos

unesp

mercados de base nacional, a construção do poder político secularizado e a organização das instituições que inauguram a noção da soberania nacional, principalmente, com a formação embrionária do que posteriormente viria a se constituir no exército nacional. Na Itália, a obra de Maquiavel representa a elaboração teórica da superação das limitações da forma municipal do Estado feudal, exigida pela necessidade de transcender os particularismos do policentrismo político italiano em direção a um grande Estado de base nacional.

Portanto, segundo as indicações fornecidas por Gramsci, ao contrário da leitura da imensa maioria dos intérpretes de Maquiavel, tanto antigos quanto modernos, a sua obra não se destina à classe dominante tradicional. Sendo assim, cai por terra aquela leitura que localiza em *O Príncipe* uma espécie de *manual de tiranos*. Segundo Gramsci, o alvo de Maquiavel se encontra nas classes progressistas de sua época. Ele se dirige às massas populares e à burguesia mercantil ascendente[17]. A teoria maquiaveliana representa a cristalização de uma forma de consciência determinada, própria de uma fase específica do desenvolvimento político da burguesia. A nova *Weltanschauung* da qual ele se faz anunciador redefine completamente a compreensão da política, fornecendo os elementos para a secularização da ação política que se expressará na constituição da monarquia absolutista de base nacional.

[17] "Portanto, "quem é que não sabe"? A classe revolucionária da época, o "povo" e a "nação" italiana, a democracia urbana que produz os Savonarola e os Pier Soderini e não os Castruccio e os Valentino. Pode-se supor que Maquiavel queira persuadir estas forças da necessidade de ter um "líder" que saiba o que quer, e de aceita-lo com entusiasmo, ainda que as suas ações possam estar ou parecer estar em contradição com a ideologia difusa na época, a religião" (GRAMSCI, op. cit., *Q. 13, § 20, pp. 1600-1601*).

unesp

A obra de Maquiavel fornece o conhecimento necessário para a ação política da classe progressiva de sua época. A sua ambição é conscientizar as massas populares da necessidade de se fazer protagonista de uma ação política de fundação: destruir os entraves do anacrônico Estado feudal corporificado nas Comunas e constituir um Estado nacional na forma da monarquia absolutista. A profunda intuição histórica de Maquiavel lhe permite perceber que a unificação política só era possível através da criação de um novo principado, visto que a formação do "homem coletivo" na época se dava através de um elemento mediador externo.

Como o processo de formação dos Estados nacionais na Europa demonstrou, a figura de um príncipe excepcional, que representava o símbolo do líder militar, foi fundamental para aglutinar as vontades políticas dispersas em uma vontade coletiva necessária para permitir a intervenção política do príncipe-*condottiere* que progressivamente pôs fim à anarquia feudal. Mas para permitir a formação da vontade coletiva que constituísse o Estado unitário era preciso convencer as massas da necessidade imperiosa de se adotar o realismo político. Somente com a adoção do realismo político, nos conjuntos nacionais onde isso foi possível, pôde-se superar as concepções medievais teológicas da política, permitindo o equacionamento dos *meios* aos *fins*.

Ou seja, o "manifesto de partido" que sistematiza as linhas tendenciais do desenvolvimento político da época da formação do Estado nacional, que é *O Príncipe*, visa conscientizar a burguesia italiana da necessidade de se colocar ao lado do príncipe e de apoiá-lo nas ações necessárias para se

unesp

atingir os fins almejados, mesmo quando essas ações contradigam os preceitos religiosos do cristianismo romano. Portanto, a concepção de Estado de Maquiavel, como não poderia deixar de ser, é aquela intrínseca ao desenvolvimento alcançado pelas forças de caráter nacional-popular da época, que tende para a estrutura estatal que representa o consenso ativo das massas populares em torno da monarquia absolutista como instrumento para destruir a anarquia da organização política feudal.

Para concluir essa rápida análise preliminar da leitura gramsciana de Maquiavel, ressaltamos que será com base nesse aporte teórico desenvolvido nos *Quaderni del carcere* que procuraremos interpelar a reflexão desenvolvida em *O Príncipe*, mostrando que o conhecimento ali disponibilizado tem a função de operacionalizar as ações necessárias ao processo de constituição da etapa inicial da vontade coletiva nacional-popular. Então, o nosso objetivo a partir de agora, será mostrar como a obra de Maquiavel providencia o conhecimento para a criação das novas estruturas sociais de poder típicas do período de surgimento do Estado unitário de base nacional.

unesp

2.2 A estratégia maquiaveliana para a ascensão política da burguesia

Se a obra de Maquiavel é o resultado da interação dialética entre o autor e os problemas colocados pela "filosofia da época", isto é, se a sua reflexão resultou da necessidade de conceber teoricamente o processo de constituição do Estado unitário italiano, torna-se imprescindível destacar o conhecimento disponibilizado em *O Príncipe* como um esforço consciente de influir nos acontecimentos históricos em curso, operacionalizando no plano da teoria as ações necessárias para a constituição da vontade coletiva para a unificação política italiana. Assim, de acordo com essa perspectiva, a objetividade dos escritos maquiavelianos só transparece plenamente se contextualizados no conjunto de problemas históricos colocados pela fase inicial de constituição das estruturas fundamentais do Estado moderno.

É evidente, porém, que não estamos advogando uma relação mecânica entre o contexto histórico e a obra de Maquiavel, pois, em hipótese alguma, o simples fato de se compartilhar uma dada época histórica é suficiente para que todos expressem os mesmos questionamentos. Nem, por outro lado, estamos afirmando que a "filosofia da época" pode explicitar os problemas fundamentais do momento histórico com o mesmo grau de clareza a todos. O processo é muito mais complexo, mas, em linhas gerais, podemos conceber essa interação como sendo a resposta fornecida pelo intelectual – resposta cujo limite, em última instância, também é histórico – aos problemas impostos pela conjuntura histórica mais ampla na qual está inserido. Conseqüentemente, um dos elementos

unesp

principais que determinam essa redefinição dos interesses sociais pela "filosofia da época", reside, sobretudo, na sintonia afinada que o intelectual orgânico da classe historicamente progressiva mantém com os problemas delineados pelo seu tempo. É isso, mais do que qualquer outro fator, que faz do intelectual comprometido com as forças progressivas de seu tempo, um interlocutor privilegiado dos problemas colocados pela "filosofia da época".

A época na qual Maquiavel viveu representa um dos momentos mais grandiosos e, ao mesmo tempo, dramáticos da história italiana. *O Príncipe* personifica exatamente esse momento crítico da história italiana. A contradição entre o desenvolvimento da produção em bases já marcadamente burguesas e a impossibilidade de romper os entraves políticos da organização estatal feudal (cidades-Estado ou principados regionais), motivou de forma vívida a reflexão do "Secretário florentino", fornecendo o eixo temático desenvolvido em seu opúsculo escrito no exílio forçado de San Casciano. É nesse interregno, quando se viu impossibilitado de participar da política prática como funcionário do governo florentino, que ele passou a se dedicar a refletir teoricamente sobre a política.

A sua experiência dos assuntos políticos, no entanto, já vinha de longa data. Em 1498, com 29 anos de idade, ele já assumira o cargo de Chanceler (ou secretário) da Segunda Chancelaria florentina, daí o epíteto que passou a utilizar para se identificar (Secretário florentino). Apenas um mês depois, passou a acumular também a função de secretário dos Dez da Liberdade e da Paz (comitê executivo do governo de Florença para assuntos militares e relações externas). Portanto, é no trato com as questões práticas da política, de certa forma,

unesp

na "militância" política pelos interesses florentinos, que Maquiavel começa a se sintonizar com os novos imperativos políticos que se delineavam na época. Não só motivado pelos acontecimentos internos da península, transformada a partir de 1494, quando se inicia o período de dominação estrangeira da Itália, em um tabuleiro onde se disputava a hegemonia dos interesses expansionistas da França e da Espanha. Mas, principalmente, pelos acontecimentos externos, pelos rumos tomados pelo processo de centralização do poder político na Europa Ocidental, que impuseram uma reordenação do equilíbrio de forças em toda a região.

Assim, consciente dos novos princípios que norteavam a política contemporânea desses Estados já centralizados, e do poderio insuspeito que a estrutura estatal de base nacional demonstrava diante da fragilidade política e militar das cidades-Estados italianas, Maquiavel forjou os elementos interpretativos da política e da história que lhe permitiram vislumbrar o desenvolvimento tendencial do Estado unitário, apontando para a necessidade de unificação da península itálica em torno de uma monarquia absolutista nacional.

Então, *O Príncipe* pode ser considerado como um livro inovador por dois motivos principais. Em primeiro lugar, ele se destaca dos manuais destinados à educação cristã dos príncipes, comuns entre os séculos XV e XVI, que tinham o intuito de fornecer os preceitos cristãos pra o exercício do poder pelos governantes. Como bem demonstrou Gramsci[1], nessa obra Maquiavel rompe definitivamente com as duas maneiras até então tradicionais de tratar a questão política. Ao superar a abordagem da política fundada na proposição dos

[1] GRAMSCI, op. cit., *Q. 13, §1, p. 1555.*

unesp

valores morais cristãos como sendo o fundamento da ação política do príncipe, sua análise transcende os tratados políticos escolásticos típicos do Renascimento. Mas, por outro lado, também supera a forma utópica de discorrer sobre a política, ao rejeitar enveredar pela análise de instituições e ordenamentos políticos tidos como ideais, porém, inexistentes na realidade histórica concreta. Em segundo lugar, a ruptura da obra se destaca pela veiculação de uma nova *Weltanschauung*, que privilegia uma abordagem completamente secularizada da natureza humana e da ação política, mostrando à classe progressiva da época a necessidade de adoção da política realista.

Nesse sentido, ao ser motivado pela análise da realidade concreta, Maquiavel se vincula a uma apreensão criteriosa dos acontecimentos que presenciava a sua volta, imprimindo à reflexão o critério da observação cuidadosa do comportamento político e dos valores estabelecidos pela prática política de seu tempo. Ademais, esse preceito foi enormemente facilitado pelo rico convívio estabelecido por Maquiavel com algumas das personalidades centrais da política da época. Ou seja, pelo reconhecimento mais ou menos direto dos novos imperativos políticos estabelecidos, graças às suas várias missões diplomáticas realizadas junto à França, ao Papado, César Bórgia etc. Além, é claro, de ter sempre presente o conhecimento histórico do passado de Roma. Conseqüentemente, foi com base na interação desses dois conjuntos de fatores que ele chegou a percepção da necessidade histórica de constituição da nova estrutura estatal: a urgência da unificação política da península itálica decorre da compreensão de que a fragmentação política do Estado feudal representava a ruína

unesp

iminente da Itália diante do poder militar conferido pela centralização política em curso na Europa Ocidental.

Essa nova síntese reflexiva elaborada por Maquiavel adquire então o estatuto de uma nova instauração teórica. Segundo Althusser[2], a nova abordagem de Maquiavel se caracteriza pela intenção paradoxal de "pensar o impensável", isto é, criar uma teoria que consiga dar conta de compreender a prática política. Assim, a teoria, que por natureza pertence à dimensão universal do pensamento, deveria servir para explicar a conjuntura política, que pertence à instância da dimensão do particular, do movimento sempre cambiante.

Se o objetivo de Maquiavel era "pensar o impensável", podemos concluir que ele obteve um alto grau de sucesso nessa empreitada, pois a sua obra conseguiu cumprir o objetivo de fazer da prática política de sua época uma autêntica elaboração teórica. A nova instauração epistemológica maquiaveliana rompeu definitivamente com a filosofia política medieval, criando as bases da ciência política moderna. Ao contrapor a situação conjuntural italiana ao processo de desenvolvimento político em curso na Europa Ocidental, Maquiavel acabou por esboçar a teoria da prática política que levou à constituição do tipo de Estado historicamente necessário para garantir a implementação política da unidade nacional: isto é, da monarquia absolutista nacional. É em função disso, que segundo Gramsci, Maquiavel pode ser reconhecido como o verdadeiro precursor da "filosofia da práxis", já que foi o primeiro pensador político moderno a perceber, graças a sua profunda intuição histórica, as

[2] ALTHUSSER, L. *Machiavelli e noi*. Roma: Manifestolibri, 1999.

unesp

verdadeiras forças sociais que atuavam sob o envoltório ideológico da política, tanto do envoltório ideológico próprio de sua época, a teologia; quanto aquele de seus predecessores imediatos, que se enredaram na metafísica do contratualismo, se perdendo no fetichismo da "razão", do "estado de natureza", do "contrato social", etc.

Em vista do que foi dito até aqui, e com base no aporte teórico fornecido por Gramsci nos *Quaderni*, podemos então propor uma divisão de *O Príncipe* que classifica o conhecimento disponibilizado na obra em quatro partes distintas[18]. A preocupação inicial de Maquiavel, que ocupa os onze primeiros capítulos (cap. I-XI), é examinar as formas possíveis de configuração do Estado.

O segundo problema focalizado, e que acaba se constituindo no problema central da reflexão teórica de Maquiavel, além de ocupar também uma grande parcela do seu trabalho junto ao governo de Florença, é a preocupação em criar as bases para a organização da milícia nacional. Assim, a discussão sobre as milícias é feita em quatro capítulos da obra (cap. XII-XV).

Após discutir o problema das milícias, os nove capítulos seguintes procuram mostrar através dos "traços de personalidade", isto é, do recurso de antropomorfização do processo de formação da vontade coletiva, a necessidade de adoção da política realista, enumerando as qualidades necessárias

---

[18] Não pretendemos inovar na compreensão de *O Príncipe*. Essa classificação da obra que propomos é simplesmente um desenvolvimento conseqüente de nossa interpretação da leitura gramsciana de Maquiavel. O que destacamos em nossa leitura, baseado na visão desenvolvida nos *Quaderni*, é a apreensão de *O Príncipe* como parte da elaboração de uma nova visão de mundo - posta em prática pela "filosofia da época" - que levou à constituição do Estado unitário na Europa renascentista. No entanto, a obra de Maquiavel já é também reconhecida por outros autores, sobretudo italianos, como representando o início da reflexão sobre o Estado moderno. A esse respeito, cf. TORRESANI, A. "IL Principe" e la genesi dello statalismo moderno. In: *Rivista di orientamento bibliografico*, ano I, n. 2/3, maggio/agosto, 1984, pp. 71-91.

unesp

para o sucesso na ação política, tornando possível a concretização efetiva do programa contido na obra.

A última parte da obra, compreendida pelos capítulos que vão do XXIV ao XXVI, vão progressivamente enunciando o projeto político que motivou a análise de Maquiavel. Ou seja, a exortação final de libertação da Itália dos bárbaros se transforma em "fanatismo de ação", evidenciando o significado de "manifesto político" que caracteriza todo o conjunto da obra.

unesp

2.2.1 As formas possíveis de Estado

Em sua obra Maquiavel se dispõe a apreender a realidade concreta da política. No entanto, a busca da *verità effettuale* não se vincula a uma perspectiva academicista, tradição comum entre os intelectuais renascentistas italianos de sua época, mas se insere no contexto de uma reflexão que visa orientar a ação prática. Assim, tão ou mais importante do que o conhecimento objetivo disponibilizado diretamente nos diversos capítulos de *O Príncipe*, é necessário reconhecer que a nova *Weltanschauung* que perpassa toda a argumentação presente na obra é o indício mais consistente da vinculação estreita do "Secretário florentino" com o problema colocado pela "filosofia da época" de constituição do Estado unitário.

Ou seja, o conhecimento político maquiaveliano não se enquadra na categoria de um conhecimento técnico, com validade para qualquer situação histórica, mas se caracteriza por ser o resultado da unidade entre conhecimento e ideologia. O processo de conhecer só adquire sentido nessa obra se colocado à serviço de uma ideologia específica (a unificação italiana). Assim, a análise empírica serve para perscrutar a possibilidade de concretização de um projeto político determinado. E o conhecimento enunciado aparece permeado por uma nova concepção de mundo cuja difusão fornece não só o pressuposto para a sua aplicação prática, como também fornece a chave para que o seu destinatário compreenda a necessidade imperiosa da adoção do realismo político.

Nos primeiros onze capítulos da obra a preocupação central de Maquiavel é classificar os diversos tipos de Estados. Segundo ele, os Estados se dividem em repúblicas e principados. Porém, ao introduzir o seu tema, ele restringe a sua atenção somente à análise dos principados, já que implicitamente reconhecia os limites que a forma republicana impunha ao projeto de unificação da península itálica. A constituição de um novo Estado que englobasse a maior parte, senão toda a extensão da península, só poderia ser efetivada através da monarquia absolutista. A sintonia de Maquiavel com os problemas decorrentes do período inicial de formação do Estado nacional indicava que uma ação de fundação da envergadura daquela que vinha se constituindo na França e na Espanha impunha a exigência do Estado monárquico absolutista como o artífice por excelência do processo de unificação nacional. A expansão dos limites dos pequenos Estados feudais para a formação de um grande Estado de base territorial nacional exigia a conquista ou anexação desses pequenos domínios, tarefa que competiria a um príncipe-*condottiere* e não a um simples legislador republicano.

A classificação que se segue dos diversos tipos de principados serve mais para evidenciar as dificuldades que serão enfrentadas pelo príncipe na execução de seu projeto – de conquista e de ampliação de seu domínio territorial -, do que para introduzir uma nova classificação tipológica da monarquia. Em vista disso, o que interessa a Maquiavel é alertar para os graus variáveis de dificuldades presentes na conquista desses domínios. Segundo ele, os principados podem ser divididos em principados hereditários e principados novos. Esses últimos, por sua vez, podem ainda ser subdivididos em principados inteiramente novos e

unesp

principados mistos[1]. Como vemos, a tônica da análise recai muito mais na indicação das formas de conquista mais adequadas a cada tipo de Estado, do que na proposição de uma classificação detalhada dos diversos tipos de principados. Tanto, que no final da apresentação do objeto sobre o qual discorrerá, Maquiavel enfatiza sobretudo os quatro modos de conquista dos principados, prenunciando que cada tipo de principado exige uma estratégia distinta de conquista. Os modos de conquista dos principados se dão através do uso de forças militares alheias, de forças militares próprias, pelo talento do príncipe ou pela *fortuna*.

Prosseguindo em sua análise, Maquiavel inicia a abordagem dos tipos de Estados existentes, começando pela investigação detalhada das características dos principados hereditários[2]. Como o que lhe interessa de fato é tratar da ação de fundação de um novo Estado, a sua perspectiva de abordagem gira sempre em torno da disponibilização dos conhecimentos que permitam ao novo príncipe expandir o seu território. Assim, a ótica de análise dos principados hereditários é dada pelo objetivo de mostrar como esses principados podem ser conquistados e mantidos. Segundo Maquiavel, os Estados que são governados por

---

[1] MACHIAVELLI, N. IL Principe. In: *Tutte le opere: storiche, politiche e letterarie.* Roma: Newton & Compton editori, 1998, cap. 1, p.7. A tradução dos trechos citados da obra de Maquiavel foi feita pelo autor do presente trabalho. Não porque inexistam boas traduções de *O Príncipe* entre as várias disponíveis no Brasil (para citar algumas, poderíamos relacionar a tradução de Maria Júlia Goldwasser para a Ed. Martins Fontes; a tradução de Olívia Bauduh para a Ed. Nova Cultural; a tradução de Roberto Grassi para a Ed. Civilização Brasileira e a bem cuidada tradução de Lívio Xavier para a coleção *Os Pensadores*, da Ed. Abril Cultural), mas essa nova tradução se justifica em função das características do texto maquiaveliano, escrito em italiano antigo (aliás, um toscano bastante vigoroso) que exige de seus tradutores o recurso ao uso do expediente técnico que em tradutologia se denomina de "modulação". Esse procedimento se torna imprescindível nos trechos da obra em que é impossível a tradução literal, exigindo aproximações que tornem a mensagem compreensível na língua para a qual a tradução é feita (no nosso caso, o português). Para apreender o sentido "exato", pelo menos em minha perspectiva, a única maneira possível era recorrer a uma nova tradução dos trechos citados no presente trabalho.

[2] MACHIAVELLI, op. cit., cap. 2,p. 7.

unesp

uma monarquia hereditária de antiga tradição dinástica são mais difíceis de serem conquistados, pois são mais facilmente mantidos pelos seus governantes:

> "Digo, assim, que nos Estados hereditários e afeiçoados à dinastia de seu príncipe, são menores as dificuldades em mantê-los do que os novos, pois basta somente que não seja abandonados os métodos de governo dos antecessores, e depois que se contemporize com os imprevistos"[3].

Portanto, o que Maquiavel está realçando é que o consenso social gerado pela tradição dinástica de uma determinada casa reinante cria uma forte estabilidade para o poder, possibilitando que mesmo príncipes medíocres mantenham o controle de seus Estados. As razões dessa estabilidade política do principado hereditário são dadas logo em seguida: o longo tempo de existência da linhagem reinante cria as condições que salvaguardam a legitimidade do poder do príncipe, propiciando um relacionamento amigável entre o príncipe e seus súditos. É por isso que ele é sempre mais querido pelo seu povo do que um príncipe novo. O que Maquiavel está sugerindo explicitamente é a necessidade de busca de um determinado consenso estabelecido entre o príncipe e o povo como a base mais segura para a consolidação do poder do príncipe.

Ao tratar dos principados mistos[4], Maquiavel começa a apontar as dificuldades que o príncipe encontrará para expandir os seus domínios territoriais. A dificuldade maior reside na manutenção dos principados recém-conquistados. Se um Estado já existia anteriormente, e foi recentemente

---

[3] MACHIAVELLI, op. cit., cap. 2, p. 7.
[4] Ibid, cap. 3, p. 8.

unesp

conquistado por um Estado hereditário, esse novo domínio será qualificado de principado misto. A dificuldade de manutenção desses Estados surge da necessidade do emprego maciço da violência por parte do conquistador para estabelecer o seu novo poder. Ou seja, a conseqüência lógica do raciocínio de Maquiavel, iniciado logo no primeiro capítulo, começa a tomar corpo: é o exercício da violência que funda a conquista e a expansão dos Estados, mas a estabilidade do novo poder, que permite a manutenção do principado recém-conquistado, jamais pode se basear totalmente no exercício da violência. Para garantir a manutenção de suas novas posses, o príncipe-*condottiere* deve legitimar o uso da violência que será empregada, através da construção do consenso popular. Tarefa bastante difícil no caso dos principados mistos, já que imediatamente os partidários do governo anterior se colocarão contra o novo príncipe, e o apoio de seus aliados internos se mostrará insuficiente para contornar a situação, exigindo maior uso da violência. Nesses casos, a manutenção dos novos Estados conquistados se torna muito difícil. Porém, se os Estados mistos se rebelam, e mesmo assim são reconquistados, eles podem ser mais facilmente mantidos, já que a rebelião instaurada contra o novo príncipe justifica o emprego da violência em larga escala, tornando possível silenciar a oposição interna. Mas, mesmo assim, torna-se problemática a manutenção desses Estados, dadas as dificuldades na constituição do consenso que legitime o poder do novo príncipe junto ao povo.

Na seqüência de sua análise, Maquiavel introduz uma classificação dos graus de dificuldades no estabelecimento do poder do príncipe

unesp

conforme as características dos domínios anexados. Nos Estados marcados já por uma certa homogeneidade cultural, nos quais se verifica uma semelhança de língua ou de costumes com o Estado conquistador – e aqui não há como não pensar que Maquiavel se refere veladamente à situação encontrada na península itálica, que mesmo diante de toda a fragmentação política do século XVI, mesmo assim ainda mantinha um certo sentimento de unidade cultural – a consolidação do novo poder é mais fácil. Principalmente se esses Estados anteriormente já se encontrassem privados se sua autonomia. O conselho de Maquiavel é direto: para se garantir a conquista desses territórios, há muito tempo acostumados à sanha dos tiranetes feudais, a melhor estratégia política consiste na eliminação de seus antigos senhores. E o exemplo citado por Maquiavel não poderia deixar de ser mais esclarecedor de seus intentos. Ele toma o processo de centralização política da França[5], mostrando que o mecanismo inicial de formação do Estado unitário residiu principalmente na conquista dos pequenos domínios políticos até a consumação do Estado territorial de base nacional:

> "Digo, portanto, que a dificuldade em manter estes Estados conquistados e anexados a um Estado antigo, depende de serem ou não pertencentes a uma mesma província e a uma língua comum. Quando são, a dificuldade em mantê-los é mínima, principalmente quando não estão acostumados a viver livres. Basta, para que se assegure a posse desses Estados, fazer desaparecer a linha dos príncipes que os dominava, pois

[5] MACHIAVELLI, op. cit., cap.3, p. 8.

unesp

> mantendo-se nas outras coisas a condição antiga, e não havendo disparidade de costumes, os homens vivem calmamente. Assim se viu na França no caso da Borgonha, Bretanha, Gasconha e na Normandia, e, ainda que haja alguma dessemelhança na língua, os costumes são idênticos, de sorte que esses Estados podem viver juntos muito facilmente"[6].

Essa passagem ilustra claramente o objeto preferencial contra o qual deveria ser dirigida a violência do príncipe-*condottiere*. Como já percebido por Gramsci anteriormente[7], motivado pelo reconhecimento ilimitado que Maquiavel devotara à ação de César Bórgia na Romanha, a "ferocidade" do príncipe-*condottiere* é dirigida não contra o "povo" (as classes comerciantes e produtoras da época: isto é, a burguesia popular), mas sim contra as classes que representavam os entraves do policentrismo do mundo feudal (os senhores que teimavam em manter as formas já anacrônicas dos pequenos domínios).

Ou seja, se a conquista é o mecanismo através do qual se iniciou o processo de constituição da centralização política que levou à formação da monarquia absolutista, então compete ao príncipe-*condottiere* estabelecer as bases para a fundação e consolidação do novo poder na península itálica, mesmo que sua ação esteja em contradição com os preceitos da religião cristã. Em decorrência disso, a fim de garantir o processo de expansão do novo Estado, o príncipe-*condottiere* não deverá vacilar diante de inibições morais, pois se os valores cristãos são condizentes com a ética religiosa, esses não dizem respeito à

---

[6] MACHIAVELLI, op. cit., cap. 3, p. 8. Essas províncias foram incorporadas, passando a constituir o Estado unitário francês.
[7] GRAMSCI, op. cit., *Q 13, §13, p. 1572.*

unesp

verità effettuale da política. Assim, a conclusão de Maquiavel, calcada na observação criteriosa dos novos imperativos éticos da política de sua época, é que a manutenção dos principados mistos exige a aplicação de duas regras básicas: a eliminação dos vestígios do antigo poder existente através da extinção da linhagem reinante e a manutenção das antigas leis vigentes anteriormente.

Esses procedimentos advogados por Maquiavel, que se vistos fora do contexto original da época e desligados do projeto ao qual se vinculou a sua reflexão, podem parecer brutais e próprios de tiranos, forneceram o combustível que alimentou a leitura moralizante de sua obra. Mas não há como negar, que de uma perspectiva crítico-realista, esses procedimentos indicados por Maquiavel traduziram com perfeição a prática política efetiva adotada no início da constituição do Estado unitário na Europa. E se o reconhecimento aberto do uso da violência pode chocar os seus leitores mais sensíveis, uma rápida recapitulação da história européia do início da época moderna mostra que Maquiavel sempre teve razão. Não somente quanto à compreensão dos rumos que o processo tomaria, mas, sobretudo, pela indicação dos meios necessários que a etapa inicial do projeto de unificação nacional viria a se utilizar. Com efeito, se queremos compreender realmente a obra de Maquiavel, torna-se necessário não perder de vista o seu condicionamento social, apreendendo que ela se vincula estritamente aos problemas colocados por uma determinada fase do desenvolvimento histórico da Europa moderna. E qualquer julgamento de sua obra deve ser feito em função disso.

unesp

Por outro lado, a conquista de territórios culturalmente heterogêneos em relação ao Estado do príncipe-*condottiere* apresenta outros tipos de dificuldades, exigindo a adoção de uma estratégia diferente. Primordialmente, a melhor maneira de se garantir a posse desses novos Estados é através da transferência da sede do governo para o território récem-conquistado. A residência do príncipe dentro dos marcos do novo Estado conquistado permite um melhor controle da situação interna e criará as condições para a legitimação de seu poder. Se a transferência da residência do príncipe para os novos domínios não for possível, a alternativa indicada por Maquiavel é o estabelecimento de colônias na província ocupada. O último dos recursos indicados por Maquiavel para garantir a posse desses domínios é a utilização de tropas de ocupação. Esse método é desaconselhado por dois motivos principais. Em primeiro lugar, porque a presença de tropas de ocupação num determinado território é tremendamente dispendiosa para o tesouro do príncipe. Em segundo lugar, e como fator principal de seu desabono, a presença de soldados estrangeiros tem o inconveniente de unir o povo do território ocupado contra o governo do príncipe conquistador, tornando impraticável a manutenção do novo Estado anexado.

E aqui, mais uma vez chamamos a atenção para a necessidade de contextualização da leitura de *O Príncipe*. Sem termos em mente o contexto da época, isto é, a explicitação histórica do processo de unificação nacional posto em marcha pela constituição da monarquia absolutista na Europa Ocidental do século XVI, não poderemos entender a perspectiva realista adotada por Maquiavel. Assim, era claro e notório para a ética política da época que a conquista de novos

unesp

territórios era algo legítimo aos interesses dos Estados já em processo de unificação. Portanto, essa política de conquistas se constituiu em um elemento importante do processo de centralização política – senão a sua forma *par excelence* no seu período inicial – que levou à constituição dos conjuntos nacionais culturalmente homogêneos da Europa Ocidental moderna.

No entanto, a conquista e manutenção de novos domínios pelo príncipe-*condottiere* podem ainda, segundo Maquiavel, ser influenciadas pela forma administrativa adotada pelo Estado conquistado. Segundo Maquiavel, os Estados da época se caracterizam pela adoção de duas formas distintas de administração: na primeira forma, a administração do Estado é feita através de um corpo de ministros livremente escolhidos pelo príncipe, em função de sua preparação técnica ou confiança exigida pela função. Nesse caso, o príncipe tem o domínio completo sobre os seus subordinados, podendo nomear e demitir os seus auxiliares ao seu bel prazer. Na segunda forma de administração do Estado, a seleção dos auxiliares diretos do príncipe é feita de outra maneira. Eles são escolhidos em função de sua origem nobiliárquica, o que lhes dá uma parcela de poder bastante razoável: são nobres de antiga linhagem, que por sua independência relativa em relação ao príncipe, já que possuem também jurisdição sobre os seus pequenos domínios de origem, acabam por cercear a soberania do governante. Nesse último caso, a soberania do poder do príncipe (portanto, do Estado) ainda não atingiu a sua maturidade típica que viria a ser alcançada com a consolidação da monarquia absolutista, já prenunciado no modelo tomado por

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Maquiavel do governo da Turquia[8], tornando possível a ingerência de contra-poderes na administração do Estado. Os senhores feudais são ainda muito fortes, exercendo um controle mais ou menos intenso sobre as ações do príncipe[9].

A diferença entre os dois tipos de organização da estrutura administrativa dos Estados influencia a maior ou menor facilidade em sua conquista e manutenção. Se o Estado é administrado da primeira maneira, torna-se mais difícil a sua conquista; mas, uma vez que essa seja estabelecida, a manutenção do Estado anexado se torna muito mais fácil. Já, por outro lado, se o Estado é administrado da segunda maneira, a conquista é facilitada, na mesma medida em que aumentam as dificuldades em manter esses domínios récem-conquistados.

Essas diferenças decorrem do fato de que o controle absoluto do monarca sobre a escolha de seus auxiliares, ao concentrar o poder de escolha dos funcionários em suas mãos, facilita o controle da máquina estatal e agiliza a organização da defesa militar do Estado. Mas, se inicialmente esses elementos podem ser considerados como vantajosos, ao mesmo tempo, criam dificuldades para a construção do consenso popular sobre o qual deveria estar alicerçado o

---

[8] MACHIAVELLI, op. cit., cap. 4, pp.12-14.

[9] É claro que a nossa compreensão do poder absoluto das monarquias que surgem na Europa Ocidental à partir do século XVI é sempre relativa. Não se pode falar em um poder absoluto total por parte dos soberanos; a qualificação de monarquia absolutista serve mais para indicar a transferência do poder fracionado do antigo Estado feudal para o poder concentrado na figura do Rei, característico desse novo tipo de Estado. Isto é, serve para nomear a identificação progressiva, posta em marcha a partir de então, da figura do governante com o Estado centralizado. É claro que novas instituições formuladoras do consenso popular foram criadas para mediar o poder do Rei, que funcionaram ao lado daquelas herdadas do Estado anterior. Em hipótese alguma, o conceito de monarquia absolutista pode ser equiparado à constituição de um poder total centrado no soberano, isento, portanto, da mediação de outras instituições oriundas da organização das classes sociais, principalmente da burguesia ascendente, mas também das instituições representativas dos interesses da nobreza, que subsistiram ainda por mais alguns séculos.

unesp

governo do príncipe. Pois esses funcionários, ao se vincularem somente aos interesses do príncipe, perdem a sua legitimidade diante do povo. E em caso de derrota das forças militares do príncipe, o conquistador não teria dificuldades em manter o novo território porque a defesa popular estaria desarticulada.

Ao passo que na forma tradicional de governo, cujo exemplo tomado por Maquiavel ainda é o do Estado francês, ao dividir o poder do príncipe com os seus auxiliares nobiliárquicos, a conquista é facilitada, a manutenção do território anexado é dificultada. Isso se dá devido à possibilidade de surgimento de focos de insatisfação junto aos barões que auxiliam o príncipe, tornando possível a formação de alianças com as forças estrangeiras, que facilitariam a conquista. Mas, uma vez conquistados, esses Estados contariam com uma poderosa força de resistência que dificultaria em muito a sua manutenção. Essa reserva de forças se encontraria principalmente na legitimidade dos barões junto aos seus súditos, que permitiria mobilizá-los contra a presença de tropas estrangeiras.

Assim, uma vez mais, o que Maquiavel faz é chamar a atenção para a necessidade de legitimação popular do governo do príncipe-*condottiere*. Ele reconhece que na empreitada de fundação do novo Estado, às vezes, se torna imprescindível a utilização de alguns meios típicos de tiranos. O que Maquiavel parece sugerir, encoberto por seu raciocínio meio sibilino, é que o príncipe-*condottiere* tem à sua disposição ambos os métodos de governo: tanto pode fazer uso de meios ditatoriais, se impondo diante das forças feudais ainda poderosas; quanto utilizar as formas tradicionais de governo, ampliando a sua hegemonia para o conjunto dessas classes tradicionais. A única preocupação que norteará a

unesp

sua ação será, contudo, a busca do apoio das classes populares ao projeto que representa. Em função disso, qualquer forma de atuação será validada.

Enfim, a forma histórica do novo Estado responsável pela etapa inicial de constituição da nação seria descoberta na configuração da monarquia absolutista européia: ela representou a síntese entre o governo tradicional e o despotismo oriental, proporcionando o equilíbrio entre força e consenso necessário para garantir a legitimação do príncipe-*condottiere* como o representante dos interesses das classes populares (burguesia popular e demais classes subalternas). Conseqüentemente, a contraparte das indicações fornecidas por Maquiavel também se viabilizou, já que também o príncipe – como ele recomendou repetidamente – passou a reconhecer no povo o fundamento da estabilidade de seu próprio poder.

No caso da conquista de um Estado livre, acostumado a viver em liberdade há longo tempo e regido por leis próprias, Maquiavel sugere três modos distintos para se garantir a sua manutenção[10]: o primeiro modo consiste na utilização da tática da "guerra total", arruinando assim a sua capacidade administrativa e militar; o segundo modo decorre da transferência da sede do governo para o novo território conquistado; o terceiro, recomenda ao príncipe incorporar o novo Estado indiretamente, mantendo a sua antiga estrutura administrativa, mas criando mecanismos que viabilizem a sua subordinação. O Estado em questão continuaria sendo regido por suas próprias leis e costumes, mas pagaria ao Estado conquistador os tributos fixados. A lealdade seria

[10] MACHIAVELLI, op. cit., cap. 5, p. 14.

unesp

assegurada através da indicação de elementos confiáveis para compor o governo local, ficando esses encarregados da administração em benefício do Estado conquistador.

No capítulo VI[11], Maquiavel discorre sobre os principados absolutamente novos (*principati al tutto nuovi*). Os principados inteiramente novos são aqueles Estados recentemente criados ou governados por príncipes sem tradição dinástica. A conquista e manutenção desse tipo de Estado impõem uma série de dificuldades cuja superação Maquiavel relaciona diretamente à capacidade política do príncipe conquistador. Assim, em decorrência disso, ele afirma que existem duas formas possíveis para um cidadão se tornar um príncipe novo: pela *virtù* ou pela *fortuna*. Das duas formas, a primeira representa uma garantia maior que a posse do Estado será mantida. E já que o novo príncipe não possui outros domínios, o fato de ter que residir no Estado conquistado facilita a sua manutenção.

É também nesse capítulo que Maquiavel elabora a sua compreensão de que o sucesso na ação política resulta da interação entre *virtù*, *fortuna* e *occasione*. No momento não entraremos na análise detalhada desses conceitos, já que posteriormente trataremos especificamente de sua função na ciência política de Maquiavel. No entanto, por ora, basta dizer que eles traduzem a equação que fundamenta a estratégia maquiaveliana de expansão do poder do príncipe-*condottiere*: ou seja, é o movimento contingente da política (*fortuna*) que fornece à capacidade do novo príncipe (portanto, à sua *virtù*) as condições

[11] MACHIAVELLI, op. cit., cap. 6, pp. 14-16.

unesp

conjunturais (*occasione*) apropriadas para que as suas ações sejam desencadeadas com chances reais de êxito. Conseqüentemente, para Maquiavel, qualquer forma de previsibilidade na ação política deve se submeter à conformação resultante da interação desses três elementos. É com base nesse critério de ação que o novo príncipe – isto é, a encarnação concreta do mito do príncipe-*condottiere* – deve se pautar para assegurar a posse de seu Estado e expandir o seu domínio através de novas conquistas. Além do mais, Maquiavel volta a reiterar a enorme importância de constituição de um corpo militar diretamente controlado pelo príncipe (forças militares próprias), como um dos fatores essenciais de salvaguarda da estabilidade de seu poder: os profetas armados venceram e os desarmados fracassaram (*"Di qui nacque che tutti e' profeti armati vinsono, e li disarmati ruinorono"*).

O conselho de Maquiavel é claro. Se o príncipe-*condottiere* deve criar as novas estruturas políticas (o Estado unitário moderno), forçosamente terá que contar com duas bases principais: o apoio que as massas populares certamente darão ao projeto de unificação (consenso) e a organização de uma "milícia nacional" necessária à persuasão das classes sociais que terão seus interesses contrariados pelo novo poder (coerção). A citação do exemplo do frei Girolano Savonarola serve para ilustrar que qualquer tentativa de reforma da ordem social existente fundada somente nos bons propósitos, mas alijada do apoio das armas, estará de antemão condenada ao fracasso. Portanto, o príncipe-*condottiere* deverá fazer uso tanto do consenso quanto da coerção na instituição da nova ordem social.

unesp

O próximo capítulo[12] fornece a continuação da argumentação de Maquiavel sobre os fundamentos do poder do príncipe. Segundo ele, o poder que se baseia somente nos caprichos da *fortuna*, seja pela elevação do príncipe ao poder por um favor da sorte ou pelas graças do auxílio de tropas alheias, permanece sempre frágil. O novo príncipe, cujo exemplo é sempre representado por César Bórgia, tido por Maquiavel como o protótipo do príncipe-*condottiere* ideal, só pode estabelecer uma base sólida para o seu poder se possuir *virtù*. A campanha do Duque Valentino na Romanha é utilizada para mostrar que a *virtù* do príncipe-*condottiere* deverá se expressar sob a forma de uma ação política resoluta capaz de enfrentar qualquer forma de oposição que faça frente à expansão da nova ordem política em gestação. Por conseguinte, a conduta do Duque é sempre julgada apropriada para qualquer príncipe novo, estando acima de todas as suspeitas morais que a religião possa objetar. Sendo assim, segundo Maquiavel não lhe faltou *virtú*, e a causa de sua derrota deve ser imputada principalmente ao seu erro em apoiar a eleição do Cardeal Giuliano della Rovere – seu antigo desafeto e causa de sua ruína final – para o cargo de papa (Júlio II). Por outro lado, o elogio da conduta de César Bórgia reside também no reconhecimento de seu papel no processo temporário de unificação da Romanha. Ao deduzir que os particularismos regionais e a fragmentação política em pequenos domínios eram a principal causa da ruína da Itália, Maquiavel considera como válidos todos os meios que possam pôr fim a essa situação, mesmo se alguns desses meios possam parecer brutais. Porém, em sua ótica, a brutalidade máxima era dada pelo

[12] MACHIAVELLI, op. cit., cap. 7, pp. 17-20.

unesp

desgoverno dos pequenos tiranos feudais que ainda proliferavam na Itália, enquanto parte da Europa já superara em larga medida essa instabilidade através da instituição da monarquia absolutista de base nacional. Mas, se a unificação italiana é assim tão vital para Maquiavel, ele não deixa de reconhecer certos limites no uso da violência para se garantir a expansão territorial.

Segundo ele, existem ainda duas formas de se tornar um novo príncipe que não dependem diretamente da *virtù* ou da *fortuna*: são as vias de ascensão ao poder através de meios vis ou criminosos (*via scelerata e nefaria*) e por intermédio do favor de seus concidadãos (*com il favore de gli altri suoi cittadini*)[13]. Nesse capítulo, Maquiavel trata especificamente dos meios celerados para se atingir o poder. Mas reconhece, porém, que se esses meios podem elevar alguém da condição de cidadão à condição de príncipe, não são jamais suficientes para honrar o nome desses homens no panteão da História. Como conseqüência, Maquiavel passa a refletir sobre os limites do uso da crueldade pelo príncipe: assim, se a crueldade é cometida de uma só vez e motivada por fatores que visam garantir a segurança do Estado, pode-se dizer que ela é bem empregada; agora, se a crueldade se torna a prática comum de governo, sendo adotada como recurso de uma política permanente, é forçoso reconhecer que ela é mal usada, transformando o príncipe em um tirano digno do ódio do povo. Essa reflexão sobre os limites do uso da crueldade serve para indicar que o príncipe-*condottiere* teorizado por Maquiavel estava bem distante do padrão dos pequenos tiranos comuns na península itálica durante o Renascimento. O seu príncipe, ao contrário,

[13] MACHIAVELLI, op. cit., cap. 8, pp. 21-23.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

deveria ter a gravidade e a prudência que marcavam os monarcas dos conjuntos europeus que se constituíam em Estados nacionais. Portanto, nada mais distinto em natureza dos tiranetes feudais italianos da época.

O principado civil, anunciado anteriormente, só é apresentado no capítulo IX[14]. Esse se constitui quando um determinado indivíduo, recusando o uso dos meios celerados ou violentos, se torna príncipe através do apoio dos seus concidadãos. Conseqüentemente, a ascensão ao poder não depende diretamente da *virtù* nem da *fortuna*, porém, ocorre como obra de uma contingência do acaso. Na verdade, tudo indica que essa forma de ascensão ao poder deveria ser típica das Repúblicas. Se persiste alguma dúvida sobre qual a relação entre o principado civil e a República – ou seja, será que ambos os termos designam um mesmo objeto? -, ao refletir sobre o principado civil Maquiavel fornece um interessante *insight* sobre a essência da atividade política. Segundo ele, e esse se torna um dos exemplos mais emblemáticos de sua capacidade intuitiva de apreender as verdadeiras forças sociais por detrás dos fenômenos históricos, o fundamento da política encontrar-se-ia na divisão da sociedade em dois partidos contrários: o partido do povo, que não deseja ser oprimido e o partido dos grandes, que quer oprimir o povo. Essa concepção revolucionária da política, fundada no reconhecimento do antagonismo das classes sociais, só seria desenvolvida de forma conseqüente com a maturação da "filosofia da práxis" muitos séculos depois. Mas estava ali, em germe no pensamento do "Secretário florentino" desde

[14] MACHIAVELLI, op. cit., cap. 9, pp. 23-25.

unesp

o alvorecer do século XVI, já no momento em que a classe burguesa iniciava a sua jornada rumo à autoconsciência política.

O conselho explícito de Maquiavel é que o apoio do povo – quem era o povo na época, senão a burguesia popular? – deve se constituir na base de sustentação sobre a qual deverá se assentar o poder do príncipe-*condottiere*. Pois, se o príncipe tem o apoio do povo, ele jamais deve temer a inimizade dos grandes. Mesmo se o príncipe chegar ao poder através do apoio dos grandes, ele necessita conquistar a amizade do povo, pois esse representa a única garantia da estabilidade de seu poder.

Em seguida, no capítulo X[15], Maquiavel se propõe a examinar como se deve avaliar o poder de um Estado. Como já salientamos anteriormente, se é a conquista de novos domínios e a expansão do Estado do príncipe-*condottiere* que fornecerão a base territorial para o estabelecimento de um grande Estado unificado, a previsão da capacidade do poder de defesa dos diversos Estados se torna um dos conhecimentos mais valiosos para assegurar o sucesso de sua empreitada. Com efeito, segundo Maquiavel, a força de um Estado pode ser avaliada como diretamente proporcional aos recursos militares disponíveis para garantir a sua defesa. A conseqüência imediata disso é que o efetivo militar e o caráter das milícias disponíveis (se próprias, auxiliares ou mistas) ao príncipe aparecem como os fatores determinantes de qualquer política de defesa. O príncipe que dispõe de força militar própria pode assegurar a independência de sua política, garantindo a manutenção de seu Estado e enfrentando diretamente as

[15] MACHIAVELLI, op. cit., cap. 10, pp. 25-26.

unesp

ameaças externas. Já se o príncipe não possui as condições de constituir um exército forte, só lhe resta a utilização de táticas defensivas (fortificações) para proteger o seu Estado. Mas mesmo assim, se o consenso entre o príncipe e o seu povo está assegurado, suas chances são grandes de manter o seu domínio.

Finalizando a primeira parte do livro, já no capítulo XI, Maquiavel apresenta as características do último tipo de Estado analisado: o principado eclesiástico. A característica principal desse tipo de Estado é que a sua posse já está assegurada de antemão. Devido ao fato de se basear em instituições religiosas seculares, já entranhadas nos costumes do povo, esse tipo de Estado dispensa a preocupação com a sua manutenção.

Ao discorrer sobre os Estados da Igreja, Maquiavel diz que os papas "(...) possuem Estados e não os defendem; e súditos que não governam"[16]. Porém, essa singularidade do principado eclesiástico não invalida a regra geral de que a política da época, mesmo a política temporal do papado, está sujeita: é a busca da expansão do Estado que fornece os imperativos para a ação política nesse momento de nascimento do Estado unitário de base nacional.

À guisa de uma conclusão preliminar, poderíamos dizer que esse conhecimento objetivo disponibilizado na primeira parte de *O Príncipe* só adquire sentido se compreendido à luz do projeto de Maquiavel: como fica claro na conclusão de seu livro, o projeto que move a sua reflexão é a busca da constituição do Estado unitário italiano. No entanto, historicamente esse Estado só poderia se constituir na forma da monarquia absolutista nacional. É isso o que faz

[16] MACHIAVELLI, op. cit., cap. 11, p. 26.

unesp

de Maquiavel, mesmo dando ao processo concreto de constituição da vontade coletiva necessária para tal intento a forma artística do "mito", o primeiro teórico do Estado unificado moderno.

2.2.2 As milícias próprias: os fundamentos da constituição do exército nacional

Após considerar os diversos tipos de Estados e a melhor estratégia para a conquista, manutenção ou defesa desses domínios, segundo as suas características específicas, Maquiavel se propõe a analisar a questão da constituição da força militar mais adequada aos propósitos do projeto corporificado pelo príncipe-*condottiere*. Apesar do espaço reduzido dedicado a esse tema em *O Príncipe*, não podemos deixar de considerar que o interesse pela questão militar perpassa todo o conjunto da obra, indo além dos três capítulos que abordam diretamente a discussão sobre a organização das milícias (capítulos XII, XIII e XIV).

Além do mais, a questão militar abordada em *O Príncipe* é posteriormente desenvolvida em *Dell'arte della guerra*[1]. É com base nisso que Gramsci defende que as duas obras se completam, devendo ser vistas pelo intérprete como parte de um conjunto orgânico no que se refere ao tema abordado. Assim, seguindo a indicação de Russo[2], Gramsci reafirma a complementaridade da reflexão desenvolvida por Maquiavel nesses dois livros. Mas, no entanto, combate a leitura tecnicista dessa obra, afirmando que se Maquiavel trata da arte

[1] MACHIAVELLI, N. Dell'arte della Guerra. In: *Tutte le opere: storiche, politiche e letterarie.* Roma: Newton & Compton editori, 1998.
[2] RUSSO, L. *Prolegomini a Machiavelli.* Firenze: Le Monnier, 1931.

militar em *Dell'arte della guerra*, ele o faz somente sob uma perspectiva política[3], não devendo ser interpretado como um teórico militar *tout court*.

Assim, a questão das "milícias próprias" se insere no contexto da nova concepção de Estado defendida por Maquiavel. A sua abordagem da questão militar é sempre feita tendo por base a constituição do novo Estado como a tônica de sua argumentação. Ele se preocupa principalmente em demonstrar como deveria se organizar as "milícias próprias" para que a unificação italiana pudesse ser constituída. Ou seja, a sua preocupação central é fornecer as indicações da forma adequada de organização das forças militares para se atuar sobre o processo histórico que se desenrolava à sua volta. É por isso que a interpretação gramsciana toma como fio condutor da reflexão presente na obra do "Secretário florentino" a busca da unidade entre a cidade e o campo, indicada através da proposta de reforma da milícia. A fragmentação e a anarquia feudais só poderão ser erradicadas com a formação de tal aliança, possibilitando à classe burguesa em ascensão iniciar o processo de construção de sua hegemonia política.

A tese gramsciana de que o livro *Dell'arte della guerra* é um desdobramento direto da reflexão política de Maquiavel sobre a questão das milícias tratada em *O Príncipe* tem bastante consistência. Apesar do intervalo de tempo que separa a composição das duas obras, já que a datação definida da redação de *O Príncipe* se situa entre 1513-1515 e a de *Dell'arte della guerra* é

---

[3] "Russo (nos *Prolegomini a Machiavelli*) observa justamente que a *Arte da guerra* completa *O Príncipe*, mas não extrai todas as conclusões de sua observação. Também na *Arte da guerra* Maquiavel deve ser considerado como um político que se ocupa da arte militar; seu unilateralismo (com outras "curiosidades" como a teoria da falange, que dão lugar a ironias fáceis, como aquela mais difundida, extraída de Bandello) decorre do fato de que a questão técnico-militar não constitui o centro do seu interesse e de seu pensamento, ele trata dela somente enquanto isso é necessário para a sua construção política"(GRAMSCI, op. cit., *Q. 13, §13, p. 1573*).

unesp

localizada entre os anos de 1519-1520, a unidade temática da reflexão é bastante explicita. A idéia da "milícia própria" ou "milícia nacional" (segundo Gramsci) apresentada ligeiramente nas páginas de *O Príncipe* é desenvolvida amplamente em *Dell'arte della guerra*, mostrando através de diálogos fictícios estabelecidos entre os freqüentadores dos jardins do palácio Rucellai as instruções técnicas detalhadas para a organização dos primórdios do que viria a se constituir, num futuro não muito distante do desenvolvimento histórico europeu, nas bases da instituição do exército nacional. O principal desenvolvimento teórico que se sobressai em relação às teses militares apresentadas em *O Príncipe* é, sobretudo, a defesa intransigente da necessidade de constituição das "milícias próprias" através do recrutamento das massas camponesas, criando as condições para uma aliança política entre a burguesia e o campesinato. Com efeito, também procuraremos conduzir nossa análise interpretativa levando em consideração a necessidade de ligar as duas obras. Acreditamos que somente dessa forma os conhecimentos acerca das "milícias próprias", apenas delineados em *O príncipe*, poderão ser plenamente apreendidos em sua elaboração definitiva.

Segundo Maquiavel, as principais bases de sustentação dos Estados são as boas leis e as boas armas. No entanto, afirma que as boas leis só serão possíveis se o Estado contar com uma força militar bem organizada capaz de instituí-las. Conseqüentemente, a discussão sobre a estabilidade do poder de Estado pode ser fundamentalmente vinculada à organização de uma força militar eficiente, capaz de assegurar as condições adequadas à constituição dos *nuovi ordini e modi*. Portanto, para que existam as leis necessárias para o

unesp

estabelecimento das novas estruturas sociais torna-se necessária a criação de uma força militar formada por elementos recrutados entre a população camponesa e sob controle direto do príncipe. Provavelmente, mesmo contando com uma forte dose de especulação em nossa afirmação, poderíamos indicar que a escolha da população camponesa como fornecedora prioritária dos soldados da "milícia nacional" decorreu da compreensão de Maquiavel de que as classes urbanas sozinhas não poderiam enfrentar a luta contra os entraves políticos do feudalismo. Por conseguinte, além do fator eminentemente técnico - isto é, da maior proporção da população camponesa sobre a população urbana – deve ter pesado sobre Maquiavel a necessidade de uma integração política, mesmo se reduzida à sua expressão militar, como o principal fator da proposição dessa aliança. As insistentes exortações presentes nas duas obras (*O Príncipe* e *Dell'arte della guerra*) da necessidade de politizar a formação militar através da emulação cívica são os indícios mais contundentes a favor de nossa afirmação.

Em sua classificação das formas de organização das forças militares – forças essas que na concepção de Maquiavel se confundem com o exército – se destacam quatro tipos: as forças militares podem ser mercenárias, próprias, auxiliares ou mistas. As forças militares mercenárias – isto é, aquelas contratadas pelo príncipe e sob o comando direto de um capitão independente (*condottiere*), que constituíam a base das forças militares empregadas na península itálica na época – não são consideradas confiáveis. Da mesma forma, as forças auxiliares – ou seja, aquelas tomadas de empréstimo de um outro príncipe – são contra-indicadas para salvaguardar a segurança do Estado. E, finalmente, o

uso de tropas mistas, que são aquelas formadas por regimentos próprios e por tropas mercenárias ou auxiliares, também é considerado problemático. Segundo Maquiavel, a melhor forma de organização das forças militares se dá através da organização das "milícias próprias", recrutadas dentro do próprio Estado e sob o controle direto do príncipe.

O que desabona o uso de tropas mercenárias é o fato de que são motivadas pelo interesse puramente financeiro, sem demonstrar um vínculo cívico maior com o Estado que deveriam defender. Os inconvenientes do uso desse tipo de milícia decorrem ainda da heterogeneidade de sua composição, já que são formadas por regimentos oriundos de regiões distintas, com alguns de seus comandantes sendo adversários entre si. No entanto, o inconveniente principal que desabona o uso das tropas mercenárias apontado por Maquiavel é a sua cautela excessiva no desempenho da ação militar, prolongando em demasia a guerra e evitando os riscos de um ataque resoluto que poderia resolver uma disputa em questão. Por conseguinte, o diagnóstico preciso de Maquiavel é o de que a ruína da Itália é decorrente, sobretudo, da utilização de tropas mercenárias para se garantir a defesa de seu território:

> "Não será difícil demonstrar que a ruína da Itália não é causada por outra coisa senão pela prática do uso prolongado de exércitos mercenários. Estes alcançaram algum resultado e pareciam aguerridos quando combatiam entre si; mas, chegando o estrangeiro, logo mostraram o que eram. De modo que a Carlos, rei da França, foi extremamente fácil conquistar a

> giz a Itália inteira. E quem dizia que a culpa era de nossos pecados [referência velada de Maquiavel às pregações religiosas de Savonarola], tinha razão; não aqueles pecados em que se acreditava, mas sim estes expostos acima. E, como eram culpados os príncipes, foram eles que sofreram a pena"[4].

A recusa do uso de tropas mercenárias decorre do fato de que essas não são motivadas politicamente para a defesa do Estado. Por esse motivo, suas armas poderão se voltar contra o próprio príncipe que as contrata. Além disso, pelo fato de lutarem para defender causas alheias, a energia demonstrada por essas tropas durante as batalhas fica aquém do necessário. E, nesse sentido, o fator que talvez mais tenha influenciado a opinião de Maquiavel sobre a ineficiência militar das tropas mercenárias tenha sido o caso Paolo Vitelli. Esse *condottiere*, estando a serviço da cidade de Florença na campanha pela recuperação de Pisa, se recusa a desfechar o ataque final que poria fim à batalha, mesmo com as fortificações defensivas da cidade já seriamente comprometidas pelos ataques anteriores. Com a desculpa de evitar a perda de homens, ele desiste da investida que poderia ter levado à vitória final dos florentinos, dando tempo aos pisanos de recuperar suas fortificações. Esse incidente da guerra de Florença contra Pisa, na qual Maquiavel esteve diretamente envolvido como secretário dos Dez da Paz, determinará definitivamente sua posição perante o uso de tropas mercenárias.

---

[4] MACHIAVELLI, op. cit., cap. 12, p. 28.

unesp

Assim, em resumo, a crítica de Maquiavel ao uso das tropas mercenárias se fundamenta principalmente no seu baixo desempenho militar em situações de combate. Mas, porém, a causa principal de seu desabono reside na excessiva autonomia dessas tropas diante do príncipe. É que Maquiavel tinha clareza de que sem a subordinação do exército ao controle direto do príncipe, a coordenação das ações militares se tornaria difícil, pondo em risco a segurança do Estado. As tropas mercenárias – mesmo quando são eficientes militarmente –, ainda assim, representam uma ameaça ao príncipe, já que a ambição de seus capitães, que visam somente a sua própria glória e não aos interesses do Estado, pode representar riscos para a estabilidade do poder do príncipe. Porém, em sua maioria, as tropas mercenárias são ineficientes, levando à ruína qualquer empresa militar que dependa de seu emprego. Ou seja, percebe-se com clareza a firmeza de Maquiavel na condenação do uso de tropas mercenárias. Segundo ele, o exército deveria ser subordinado exclusivamente à direção do príncipe. Na ausência desse controle direto das forças militares, o Estado se tornaria refém dos capitães mercenários: seja pela ameaça ao poder de Estado decorrente da ambição dos *condottieri*, seja pela ineficiência militar na condução da guerra:

> "A experiência demonstra que somente os príncipes e as repúblicas dotados de exércitos próprios alcançam grandes progressos, ao passo que as armas mercenárias só causam danos"[5].

[5] MACHIAVELLI, op. cit., cap. 12, p. 28.

unesp

Se as tropas mercenárias são ineficazes e perigosas para o príncipe, a utilização de tropas auxiliares se constitui numa verdadeira ameaça à soberania do Estado que as solicita[8]. O que Maquiavel está julgando não é a capacidade militar das tropas auxiliares – que podem até ser bastante hábeis e aguerridas -, mas sim o perigo potencial que a sua utilização acarreta ao Estado auxiliado. Pois se essas tropas são vencidas, o príncipe que as solicitou estará perdido. Mas se vencem, da mesma forma, ele se encontrará em uma situação delicada, pois ficará à mercê de sua ingerência.

O exemplo da constituição do exército francês, utilizado por Maquiavel, é bastante ilustrativo para evidenciar o valor das tropas próprias diante das tropas auxiliares. Durante a Guerra dos Cem Anos, o rei Carlos VII foi forçado a constituir um exército nacional, formado por soldados recrutados nas diversas províncias francesas. Esse expediente contribuiu bastante para a vitória da França, expulsando os ingleses de seu território. A criação desse exército nacional embrionário colocou a força militar sob o controle direto do soberano, influenciando positivamente no processo de centralização política que levaria à constituição do Estado nacional francês. Segundo Maquiavel, enquanto perdurou a existência das "milícias próprias", a França venceu todas as batalhas que enfrentou. Porém, no momento em que recomeçou a incorporar tropas mercenárias ao seu efetivo militar, constituindo as "tropas mistas", os seus problemas começaram a aparecer. Assim, sem sombra de dúvidas, Maquiavel

[8] MACHIAVELLI, op. cit., cap. 13, pp. 30-32.

unesp

reconhece que a organização do exército nacional é a única base segura para a defesa da estabilidade do Estado.

Se a utilização dos exércitos mercenários é identificada por Maquiavel como a principal causa da ruína da Itália, a conclusão lógica dessa premissa só pode ser a seguinte: a constituição da unidade política da península, que restaurará a antiga glória italiana, só se viabilizará através da criação da "milícia nacional" (termo utilizado por Gramsci para designar as tropas próprias de Maquiavel). Ou seja, é a incorporação dos camponeses à milícia que tornará possível firmar uma aliança política entre a cidade e o campo, criando as condições para a constituição da vontade coletiva nacional-popular que levará à formação do Estado nacional absolutista. A função da "milícia nacional" transcende então os seus aspectos diretamente militares, passando a fornecer a base social que permitirá a burguesia ascendente passar da fase de seu domínio econômico-corporativo para a fase inicial de domínio ético-político (Estado unitário).

Assim, a criação da "milícia nacional", ao incorporar os camponeses na aliança com as classes urbanas, transforma o treinamento militar em um empreendimento político. Essa é a inovação fundamental da questão militar introduzida por Maquiavel: ao reivindicar que o treinamento militar não é uma atividade exclusivamente técnica, mas também de formação política, ele demonstra ter compreendido a necessidade da reforma intelectual e moral das massas populares como o fundamento da constituição do novo Estado. Nesse sentido, a reforma da milícia proposta por Maquiavel é apreendida por Gramsci

unesp

como uma parte importante do processo de constituição da vontade coletiva nacional-popular, porque ampliaria a participação das classes subalternas no novo bloco de poder a ser constituído.

Como se vê, a apreensão da questão militar por Maquiavel transcende o seu aspecto estritamente técnico, realçando a importância política da organização de um exército de base nacional. Não que a eficiência militar na guerra não lhe interesse; interessa, e muito, mas a sua reflexão sobre a arte militar está subordinada diretamente ao objetivo político de constituição do Estado unitário nacional. Assim, todas as suas idéias militares estão vinculadas ao problema colocado pela "filosofia da época": qual é a melhor forma de organização do exército que favoreça a formação do Estado unitário? A sua concepção da questão militar, portanto, é determinada pela necessidade histórica de subordinar o exercício da violência militar ao controle exclusivo do príncipe-*condottiere*. A formação do Estado unitário só se viabilizará na Itália - sugere Maquiavel explicitamente em *O Príncipe* – se forem criadas as condições para que o príncipe exerça pessoalmente o controle da força militar, tornando possível aplica-la contra os entraves do mundo feudal (principalmente contra os absolutismos sub-monárquicos comunais e regionais) e no favorecimento dos interesses das classes progressivas da época (a unificação territorial que permitiria ampliar os mercados regionais, constituindo o "mercado nacional", imprescindível para a expansão das forças produtivas burguesas).

Conseqüentemente, a obra de Maquiavel representa a emergência na Itália do novo intelectual que se constituía nos países da Europa

unesp

Ocidental, já vinculados às forças sociais em processo de *nacionalização*. Ele aparece como o principal intelectual orgânico da burguesia italiana *Cinquecentesca*, e essa posição se afirma principalmente em seu posicionamento sobre a questão militar. A sua reflexão representa a consciência dos interesses da burguesia popular, a percepção de que as exigências da classe progressiva da época apontavam para a *nacionalização* da política e da questão militar. Então, a conclusão lógica de seus argumentos é a de que o Estado unificado só se desenvolverá caso a "milícia nacional" possa ser organizada.

Mas, porém, o que é revolucionário em Maquiavel, e que ultrapassa inclusive os limites históricos imediatos dados pela "filosofia da época", é a sua antecipação da forma madura de organização do exército nacional. Ou seja, ao reivindicar a formação de um exército com base no recrutamento da população local (mesmo se constituída majoritariamente de camponeses), ele antecipa teoricamente os fundamentos do exército nacional típico de uma fase já bastante desenvolvida do processo de constituição da civilização burguesa. Por um bom espaço de tempo os Estados em processo de nacionalização continuarão ainda majoritariamente a utilizar tropas mercenárias para garantir a sua defesa e expansão. No entanto, graças à genialidade de sua intuição histórica, Maquiavel pôde compreender *avant la lettre* que a "milícia nacional" era a forma adequada de organização das forças militares exigida pela estrutura do novo Estado nacional que então se constituía.

Portanto, mesmo representado a consciência intelectual do momento de formação do Estado nacional, às vezes Maquiavel supera esses

limites, apreendendo as linhas tendenciais do desenvolvimento do Estado nacional que só se efetivariam no plano histórico numa etapa mais adiantada de seu processo de constituição. É o que se verifica também com relação à incorporação dos camponeses na vida política nacional, que em Maquiavel tem expressão puramente militar, mas que os jacobinos franceses quase três séculos depois transformarão no eixo de sua política de afirmação da nação francesa. É graças a essa profunda intuição histórica – só pode ser mesmo intuição, já que lhe faltavam não apenas os recursos conceituais, como também a própria explicitação histórica dos rumos tomados pelo desenvolvimento do novo Estado, que ele presenciou em sua fase incipiente – que Maquiavel pôde apresentar em sua reflexão aquilo que Gramsci qualifica de "jacobinismo precoce" ou de elementos precursores de uma concepção de "revolução nacional"[6].

Ao recusar a forma tradicional de organização das forças militares, Maquiavel também nega toda a ideologia presente na "arte militar" feudal. O recrutamento de camponeses para compor a "milícia nacional" ampliaria – como de fato ampliou, no curso do desenvolvimento histórico do Estado nacional – a hegemonia da burguesia sobre o conjunto das classes subalternas. A sua crítica é dirigida à situação que se instalou na Itália a partir do *Quattrocento*, com a conformação progressiva de uma elite dirigente formada pela união entre a alta burguesia financeira e a aristocracia fundiária. Essa nova elite, já distanciada

[6] GRAMSCI, op. cit., *Q. 13, § 1, p. 1560:* "Qualquer formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas de camponeses cultivadores não irrompem *simultaneamente* na vida política. Isso é o que Maquiavel pretendia através da reforma da milícia, isso é o que fizeram os jacobinos na Revolução Francesa; nesta compreensão, deve-se identificar um jacobinismo precoce de Maquiavel, o germe (mais ou menos fecundo) de sua concepção da revolução nacional".

unesp

dos ideais da burguesia popular, é que continuava a privilegiar a contratação de tropas mercenárias com medo de armar os seus cidadãos para a defesa do Estado. A sua reflexão é a negação de tal situação, fornecendo a proposta de formação de um novo bloco de poder, congregando a burguesia urbana, os camponeses e um príncipe-*condottiere* como mediador dessa convergência das forças sociais progressistas do período inicial de constituição da vontade coletiva nacional-popular.

Com efeito, mesmo refletindo sobre a questão militar, na verdade Maquiavel está refletindo sobre a política, já que reduz tudo (guerra, religião, tributação, etc) à política necessária para a unificação da península itálica. Isso fica evidente na recusa do uso de tropas mercenárias. A conclusão de Maquiavel é que a causa da ruína da Itália decorre da utilização exclusiva de tropas mercenárias como força militar: "(...) como resultado disso [do uso de tropas mercenárias], a Itália foi invadida por Carlos VIII, depredada por Luis XII, atacada por Fernando, o Católico, e ultrajada pelos suíços"[7].

A conquista, manutenção e expansão dos Estados se funda no exercício da arte da guerra. Portanto, se é através da guerra que o Estado unitário moderno em sua gênese pode se afirmar, é tarefa primordial do príncipe-*condottiere* a preocupação constante com a guerra:

> "Por isso, um príncipe não deve ter outro objetivo, nem outro pensamento, nem se dedicar a outra arte, senão à guerra, seu

[7] MACHIAVELI, op. cit., cap. 12, p. 29.

unesp

regulamento e sua disciplina; porque essa é a única arte que se espera de quem comanda"[8].

Ora, pode se ver nessas palavras uma preocupação justificada, já que a explicitação da nova dinâmica histórica, específica do período inicial de constituição do Estado moderno, levou a um recrudescimento sem limites dos conflitos entre os diversos conjuntos europeus em processo de nacionalização. Essa preocupação premonitória de Maquiavel com a centralidade da questão militar na gênese do Estado nacional seria posteriormente confirmada com a maturação das monarquias absolutistas européias: esse período foi profundamente marcado por constantes conflitos entre as diversas monarquias, elevando a capacidade militar dos Estados nacionais em formação à condição de um dos elementos fundamentais na garantia da manutenção da autonomia política. E aqueles Estados, como foi o caso da própria Itália, que não conseguiram criar as condições para a formação de uma vontade coletiva nacional-popular, tiveram seu processo de *nacionalização* interrompido pela onda de incursões militares expansionistas dos Estados já unificados. Assim, apesar do acerto do diagnóstico de Maquiavel, o desenvolvimento histórico da península frustrou o seu projeto de unificação da península itálica, e a constituição das "milícias nacionais" só se efetivou muito mais tardiamente, no período em que o Estado-nação já se consolidara na Europa Ocidental.

---

[8] MACHIAVELLI, op. cit., cap. 14, p. 32.

unesp

2.2.3 A necessidade da política realista

Na terceira parte da obra, Maquiavel se preocupa em determinar os fundamentos da ação política necessária para garantir a implantação dos *nuovi ordini e modi* a cargo do príncipe-*condottiere*. Como ele deixa claro no capítulo XV[1], o seu método de estudo difere do modelo seguido pela tradição medieval e renascentista (humanismo neoplatônico) da filosofia política, se destacando pela busca da *verità effettuale* da ação política. Essa afirmação demonstra que Maquiavel tinha plena consciência da originalidade de sua abordagem, destacando a observação da prática política como o critério de validação do conhecimento produzido, ao contrário da abordagem escolástica ou utópica:

> "Mas sendo a minha intenção a de escrever algo útil para quem se interessar, pareceu-me mais conveniente buscar a verità effettuale da coisa [da política], do que me basear na imaginação"[2].

No entanto, além de recorrer prioritariamente à observação da *verità effettuale*, Maquiavel também se preocupa em utilizar os conhecimentos disponibilizados pela história na tarefa de educar politicamente o príncipe-*condottiere* e as forças sociais das quais era a consciência teórica. É esse o sentido da história para Maquiavel: conhecendo em pormenores os fatos que ocorreram

[1] MACHIAVELLI, op. cit., cap. 15, pp. 33-4.
[2] Ibid, p. 33: "Ma sendo l'intenzione mia stata scrivere cosa que sia utile a chi la intende, mi è parso più conveniente andare drieto alla verità effetuale della cosa che alla immaginazione di essa".

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

anteriormente, o príncipe-*condottiere* (novo príncipe) poderia utilizar os exemplos fornecidos pelos grandes homens do passado e pelos acontecimentos de outrora como um poderoso guia na condução de suas ações. Assim, paralelamente à observação empírica da política de seu tempo, a instrumentalização do conhecimento histórico aparece como o complemento metodológico que levou à constituição da abordagem realista adotada por Maquiavel. Portanto, o conhecimento historiográfico adquire uma função estritamente operacional, pois é, sobretudo, da instrumentalização prática desse conhecimento que depende o sucesso do novo príncipe.

Porém, por trás dessa abordagem que institui a instrumentalização do conhecimento histórico para a educação política, se encontram os ecos de uma filosofia da história de caráter cíclico, recuperada dos antigos historiadores clássicos, especialmente de Políbio, que recusa o fluxo linear do tempo, característico da concepção cristã, afirmando que as mesmas situações históricas – ou situações muito semelhantes – se repetirão constantemente. Conseqüentemente, com base nesses parâmetros, o estudo da história torna-se a fonte *par excellence* de instrução do príncipe-*condottiere*. Contudo, se a busca dos exemplos grandiosos do passado clássico como fonte de inspiração era a norma entre os historiadores renascentistas, convém distinguir a originalidade maquiaveliana no uso do conhecimento histórico. Os historiadores renascentistas se preocupavam em recuperar os acontecimentos do passado como forma de educar o príncipe dentro dos cânones da formação cristã. Entretanto, Maquiavel, ao recusar a ficção da filosofia política cristã, se preocupa em utilizar o

unesp

conhecimento histórico para legitimar as ações políticas práticas do príncipe-*condottiere*, mesmo quando essas ações contradigam os ensinamentos da religião. Assim, a história é também secularizada, perdendo a sua função de legitimar ideologicamente a visão de mundo feudal, passando a ser vista mais como um reservatório inesgotável de ensinamentos que o príncipe-*condottiere* pode dispor para inspirá-lo em sua ação de reforma das estruturas políticas estatais. O recurso de utilização das ações de figuras bíblicas, sem considerar suas filiações privilegiadas com a divindade, recuperando apenas os resultados de suas ações concretas, demonstra bem a recusa de todo elemento transcendente operando na história humana. Apesar de se vincular a uma filosofia da história fundada no *eterno retorno*, que poderia abrir espaço para a formulação de um *sistema* rígido e mecanicista do desenvolvimento histórico, a concepção maquiaveliana, na medida em que concebe a história de forma laica, como o resultado da práxis que os homens estabelecem entre si no decurso da produção da vida social, estabelece um terreno seguro para a sua abordagem do fenômeno político.

Assim, essa nova concepção da história – mesmo sendo considerada tendencialmente de natureza cíclica – abre espaço para a práxis humana como seu elemento dinamizador, tornando possível que a vontade do político de *virtù* (o príncipe-*condottiere* idealizado), ao atuar sobre as condições históricas concretas, possa condicionar os seus desdobramentos e evitar a simples repetição mecânica de seus ciclos. Nesse sentido, fica então descartada a inexorabilidade dos ciclos históricos, desde que a iniciativa política possa ser dirigida pelo elemento mediador do processo de constituição da vontade coletiva

unesp

(o príncipe-*condottiere*), tornando possível assim um desenvolvimento aberto da dinâmica do desenvolvimento histórico. Os exemplos fornecidos em *O Príncipe* realçam freqüentemente que a *virtù* sempre pode se impor às leis do desenvolvimento cíclico, superando o mecanicismo do *eterno retorno* e abrindo espaço para a vontade política na conformação da dinâmica histórica. Assim, o determinismo de tal filosofia da história pode ser em parte bloqueado.

É claro que a busca da apreensão empírica da política também foi motivada, de alguma forma, pelo contexto cultural do Renascimento. Mas Maquiavel também supera os limites dos intelectuais cosmopolitas do Renascimento italiano, vinculando sua reflexão aos interesses das forças sociais progressistas de sua época, que se encontravam em franco processo de *nacionalização*. Conquanto a apreensão empírica da política seja uma atitude cognoscitiva, portanto, metodológica; essa não poderia ser plenamente entendida se descurarmos de sua matriz sociológica. É, sobretudo, a identificação de Maquiavel com os anseios da classe burguesa em ascensão que lhe faculta o estudo da política sob a ótica realista. Assim, ao superar o cosmopolitismo e a cultura aristocrática forjada pelos humanistas, ele pôde contribuir para a afirmação de uma *Weltanschauung* de caráter burguês, que exigia a reforma moral necessária para a difusão do realismo político.

Nesse sentido, a reivindicação da autonomia da ação política diante da moral e da religião – isto é, a completa secularização e laicização da apreensão da política – faz de Maquiavel o criador da ciência política moderna. A conseqüência imediata disso é a compreensão do fenômeno político como um

unesp

campo autônomo, dissociando o conhecimento político da ideologia feudal (a religião) e afirmando a sua legalidade própria. É essa abordagem que delineia – através de *O Príncipe* – os alicerces da nova ciência da política.

O grande mérito da obra de Maquiavel, portanto, foi dissecar o funcionamento da prática política, difundindo esse conhecimento para além do círculo das classes dirigentes tradicionais. Ao difundir o conhecimento do realismo político, que até então permanecia como um segredo pertencente à elite aristocrática, Maquiavel transformou a arte de governar em teoria política. Essa, segundo Gramsci, foi a verdadeira revolução instaurada pelo pensamento de Maquiavel: desvelando os fundamentos da prática política, ele contribuiu para a educação da nova classe que emergia na cena histórica, mostrando que a sua ascensão exigia a ruptura do monolitismo ideológico feudal e a postulação de um "dever ser" fundado na realidade concreta.

Assim, nos capítulos que vão do XV ao XXIII, são apresentados antropomorficamente, através das qualidades exigidas do príncipe-*condottiere*, os elementos fundamentais do realismo necessário para a educação política das forças sociais responsáveis em implementar o "manifesto" contido na conclusão de *O Príncipe*. Demonstrando a inevitabilidade do realismo político na direção do Estado, Maquiavel passa a enumerar os requisitos necessários para o sucesso do novo príncipe: as qualidades pessoais, os limites do uso da crueldade, a posição em relação ao cumprimento da palavra dada, como evitar o desprezo e o ódio do povo, como garantir o consenso popular, quais os critérios mais adequados para a escolha de seus auxiliares, etc. Porém, tudo com vistas a um

unesp

objetivo político determinado. Como demonstrou Gramsci, o processo de formação da nova vontade coletiva é representado "como qualidades, traços característicos, deveres, necessidades de uma pessoa concreta"[3], exigidos para a concretização do projeto de formação do Estado territorial unificado na península itálica.

As máximas realistas que negam a ficção cristã do exercício do poder político, que aparecem ao longo de toda a terceira parte da obra, visam justamente educar o "povo" e o "novo príncipe", não os tiranos pertencentes às elites feudais, que sempre foram educados dentro da tradição da política realista. Esses já conheciam de antemão a necessidade intrínseca da força e do realismo na determinação da prática política, quem ainda desconhecia esse fato – e, portanto, necessitava de educação política – era a classe burguesa ascendente. A metáfora de Quiron, uma figura mitológica metade homem e metade animal, utilizada no capítulo XVIII de *O Príncipe*, serve para mostrar a necessidade própria da política do uso combinado da lei e da força. A nova classe em ascensão deveria se conscientizar de que o exercício do poder político exige o uso combinado da coerção e do consenso. E que a constituição de novas estruturas sociais, que Maquiavel denomina *nuovi ordini e modi*, impõem inclusive a adoção de métodos que, se característicos de tiranos, mesmo assim são imprescindíveis para a implantação das novas instituições reguladoras da vida coletiva. Esse realismo extremado com que Maquiavel disseca a prática política necessária para a constituição das estruturas iniciais do poder de Estado em sua gênese moderna

[3] GRAMSCI, op. cit., *Q 13, §1, p. 1553.*

unesp

tem sido a causa principal da má fama do Secretário florentino entre os seus leitores. No entanto, não podemos esquecer que a realidade histórica da época não deixaria de chocar ainda mais esses leitores, principalmente pela naturalidade no emprego da violência característica desse período. E se as máximas aforísticas que sobressaem de sua análise da realidade política *Cinquecentesca* são julgadas amorais, a culpa não é de Maquiavel, mas decorrem da observação criteriosa da realidade concreta da época. A observação da prática política da Europa renascentista impõe a evidência iniludível da autonomia ética da atividade política diante da moral cotidiana e da religião cristã. Em nenhum momento Maquiavel parece desprezar o papel da religião; pelo contrário, em muitas passagens de sua obra ele realça a importância da religião como elemento de construção da civilidade social. Na verdade, o que ele descobriu foi que uma reflexão subordinada aos imperativos cristãos era inoperante para interferir praticamente nas condições em que a atividade política era regida por uma ética especializada fundada na busca de resultados, e não por princípios absolutos de bem e mau. Ou seja, com base na observação da *verità effettuale*, a política só poderia ser entendida sob a égide de uma ética própria, já que visava à conquista e manutenção do poder, não se resignando aos ditames da moral religiosa. E como a função de sua reflexão não se resumia em explicar a realidade, mas em transformá-la, tornava-se necessário providenciar o conhecimento que permitisse à classe burguesa atuar praticamente.

Dessa forma, a função do realismo político maquiaveliano é contribuir para quebrar a unidade do cosmos medieval (da ideologia tradicional da

época), conscientizando a classe burguesa ascendente da natureza conflituosa da política. O príncipe-*condottiere*, para levar à cabo a execução de seu projeto político, não precisa de conselhos "utópicos", mas sim do conhecimento fundado na observação da realidade concreta. Assim, o príncipe deve aprender a ser mau, utilizando a sua crueldade contra os entraves do feudalismo que impedem a unificação da península itálica. Portanto, o exercício do poder impõe a prática de ações que não podem ser julgadas pela ética cristã. Ou seja, a conquista e manutenção do Estado exigem que o príncipe paute a sua conduta por uma ética específica, vinculada aos interesses da coletividade, distinta da ética norteadora das ações do homem comum.

No capítulo XVII[4], ao utilizar mais uma vez o exemplo da ação de César Bórgia na Romanha, Maquiavel mostra que a conduta do príncipe deve ser julgada pelos resultados de suas ações, não por suas intenções. Se a crueldade for utilizada para salvaguardar os interesses coletivos – como no caso da crueldade utilizada pelo Duque Valentino para livrar a Romanha da anarquia imposta pelos pequenos tiranos feudais, unificando-a em parte – ela é positivamente justificada. Da mesma forma, se a piedade do príncipe logra resultados desastrosos para o povo, ela deve ser qualificada de má conduta. Na ação política, sugere Maquiavel, o bem pode produzir o mau, e o mau – se utilizado corretamente – pode produzir o bem:

> "Não deve, portanto, o príncipe se importar em ser considerado cruel se isso é necessário para manter os seus súditos unidos e

[4] MACHIAVELLI, op. cit., cap. 17, pp. 36-7.

com fé; infligindo algumas punições exemplares, ele será mais piedoso do que aqueles que por muita clemência deixam acontecer desordens, das quais possam resultar assassínios ou rapinagem. É que estas conseqüências prejudicam toda a coletividade, e as execuções que provêm do príncipe ofendem apenas um simples individuo"[5].

No entanto, apesar das evidências presentes no texto de Maquiavel sobre o significado da difusão do realismo político, cujo objetivo principal era conscientizar as massas (burguesia popular e classes subalternas) da necessidade de se utilizar os meios adequados para se atingir um determinado fim político, daí a insistência sobre a autonomia ética da atividade política, essa questão continua despertando polêmica.

Muito se escreveu sobre isso; porém, os equívocos ainda persistem. A principal delas é reduzir o realismo maquiaveliano a uma questão puramente metodológica. Nessa perspectiva, a sua originalidade é reduzida à criação de uma nova abordagem no estudo da política. Mas reduzir o realismo a sua dimensão teórica, mesmo reconhecendo a parcela de verdade que existe nessa qualificação, é reduzir Maquiavel ao estatuto de um "cientista da política em geral", coisa que ele nunca foi.

Com efeito, algumas questões mal colocadas precisam ser adequadamente esclarecidas antes de continuarmos. Assim, antes de tudo, é preciso reafirmar que o realismo político de Maquiavel não se vincula a uma

[5] MACHIAVELLI, op. cit., cap. 17, p. 36.

unesp

necessidade meramente de natureza teórica, ou seja, seu objetivo não é apenas servir de base para a construção de uma teoria sobre o real (sendo a política esse real). Apesar da influência determinante na elaboração da abordagem metodológica de Maquiavel, que privilegiou a análise da prática política efetiva e não a visão ideológica da política difundida na época, não se esgota aí o propósito de seu realismo político. Se Maquiavel não pode ser qualificado como o "cientista da política em geral", dada a nossa apreensão de *O Príncipe* como um "manifesto político", o objetivo primordial de seu realismo político só poderia ser de natureza prática: isso é, ele tem o propósito fundamental de educar politicamente a classe em ascensão para a conquista do poder político. É só secundariamente, enquanto desdobramento de uma vontade que quer atuar sobre a realidade histórica, que o realismo se conforma em um método a serviço da análise, da previsão, do estudo minucioso da realidade com vistas ao estabelecimento de um estratagema político.

Então, o seu realismo político pode ser qualificado de teórico-prático: a sua nova instauração teórica da política, derivada da busca da *verità effettuale*, que afirma a autonomia da atividade política diante da chancela da moral e da religião é subordinada à necessidade de conclamar a ação. Assim, ao reconhecer a distinção entre a prática política efetiva e a ficção cristã sobre o exercício do poder político (*imaginazione di essa*, como diz no capítulo XV de *O Príncipe*), ele demonstrou que o seu objetivo era escrever algo útil para quem pudesse entender (*"sendo l'intento mio scrivere cosa utile a chi la intende"*). Ou seja, o objetivo principal de desvelar a *verità effettuale* da política era dotar a

classe que ainda desconhecia o realismo político (isto é, a burguesia ascendente) dos instrumentos teóricos para guiar a práxis de construção de seu poder político.

Conseqüentemente, a preocupação de Maquiavel ao redigir os seus escritos políticos transcende os anseios científicos *strictu sensu*. O conhecimento presente em sua obra não é algo "livresco", destinado a uma análise imparcial da realidade política de sua época. Partindo da concepção gramsciana de que Maquiavel era um "homem de partido", não um teórico descompromissado com a práxis, ele se apresenta como o precursor do intelectual orgânico que orienta a sua reflexão pela prática política, moldando sempre o conhecimento pela necessidade de intervir na realidade política. Ou seja, Maquiavel não se enquadra na categoria do "cientista", tipo então em desenvolvimento em sua época, que somente observa e analisa os fenômenos friamente, sem tomar partido. No entanto, por outro lado, isso não significa desconhecer o caráter científico de sua análise política; porém, ao contrário da tradição academicista da época (humanismo neoplatônico), o que move a sua reflexão é a "paixão política", a sua apreensão científica da realidade está posta à serviço de um projeto de transformação da realidade política existente[6].

É nesse sentido que a reflexão maquiaveliana inova profundamente. Conforme já salientamos anteriormente, o pensamento de Maquiavel, ao repelir os modelos em que se conformava a filosofia política de sua época (fantasias utópicas e tratado escolástico), transforma completamente a compreensão sobre os fundamentos e a função da política. A concepção de mundo

[6] GRAMSCI, op. cit., *Q. 13, § 16, p. 1577*: "Mas Maquiavel não é um mero cientista; ele é um homem de partido, de paixões poderosas, um político em ato, que quer criar novas relações de força (...)".

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

que resulta de sua reflexão promove uma completa secularização da política. Assim, o ordenamento político já não é mais visto como um desdobramento da ordem natural das coisas, nem pode ser creditado a um desígnio teológico, como acontecia antes. O ordenamento político aparece como regido por leis criadas genuinamente pelos homens, estando fundado na vida social e na divisão da sociedade em classes antagônicas (o "partido" do povo e o "partido" dos grandes). E o objetivo imediato da política já não é mais visto, segundo a ideologia cristã, como o instrumento destacado para o estabelecimento da comunidade evangélica na terra. Maquiavel é claro: o objetivo da política é a inovação ou manutenção das estruturas sociais (*ordini e modi*), que impõem a inexorabilidade da conquista e administração do Estado. Indo mais além, Maquiavel também mostra que o exercício do poder, ou seja, a ação política prática é regida por uma ética própria, a ética realista.

As classes aristocráticas tradicionais que exerciam o poder sempre souberam disso, porque foram educadas dentro dos moldes realistas exigidos pela administração do Estado. Por conseguinte, ao difundir o conhecimento do realismo político para além do círculo compreendido por essas classes, Maquiavel transformou a arte de governo em uma teoria acessível à classe burguesa ascendente. Em consequência, mesmo que essa teoria disponibilizada, que afirma a inevitabilidade do realismo na política, possa contribuir para aperfeiçoar a arte de governo das classes tradicionais, ela visava prioritariamente a "classe revolucionária da época, o "povo" e a "nação" italiana"[7].

---

[7] GRAMSCI, op. cit., *Q 13, § 20, p. 1600*

Então, ampliando a perspectiva gramsciana, podemos concluir que a difusão do realismo político visa estabelecer uma reforma moral entre aquelas forças sociais que mesmo aspirando ao controle do Estado, desconheciam ainda as nuances do exercício do poder político. O seu objetivo primordial, portanto, era convencer a classe burguesa que o exercício do poder político exige o reconhecimento da ética e das leis intrínsecas à política. As classes tradicionais (a nobreza aristocrática) já sabiam disso há séculos, talvez não com a clareza demonstrada por Maquiavel; porém, quem carecia de educação política realista, sem sombra de dúvidas, era a classe social em ascensão naquele momento: a burguesia mercantil e manufatureira.

Porém, de imediato, se torna necessário esclarecer que a proposição do realismo por parte de Maquiavel não significa subsumir a política exclusivamente à realidade factual. Segundo essa perspectiva, adotada por alguns comentadores, mas que tem em Benedetto Croce[8] o seu formulador original, Maquiavel seria transformado em uma espécie de "técnico da política". Dessa forma, as afirmações que constituem a sua compreensão da política – isto é, em essência, a sua visão de mundo – teriam validade universal e atemporal, servindo para definir a política *em geral*, imune aos condicionamentos históricos das diferentes épocas históricas. Se a política é uma *técnica* e, como tal, deve se ocupar apenas com os fatos (com o "ser"), fica de antemão afastada qualquer possibilidade de transformação social (não há espaço para o "dever ser"). Essa

---

[8] A concepção de Croce sobre a obra de Maquiavel se encontra disseminada em vários escritos esparsos conforme citado anteriormente. Cf. a nota de rodapé número 21, na Introdução.

unesp

interpretação reflete diretamente a visão conservadora de Croce, que pretende estabelecer os fundamentos de uma *política pura*, despida de ideais e reduzida ao seu componente exclusivamente técnico da *ciência de governar*. Portanto, nada mais distante do objetivo de Maquiavel, que se utilizou do realismo político exatamente para proporcionar os subsídios teóricos e práticos que tornassem possível a construção de *nuovi ordini e modi*.

Pensando com Gramsci, mas buscando confirmação em *O Príncipe*, especialmente em seu último capítulo, que é aquele que qualifica a obra como um "manifesto" político, afirmamos que a relação entre "dever ser" e "ser" presente em Maquiavel é muito mais sutil e complexa do que pretende esse reducionismo positivista que equipara realismo político e política pura (política como técnica). Se não fosse assim, se o objetivo de Maquiavel fosse banir completamente o "dever ser" da política, como quer Croce e alguns de seus discípulos contemporâneos, não haveria espaço em sua reflexão para o "manifesto" em favor da unificação italiana. Muito menos para a reivindicação do elemento mediador responsável pela constituição da vontade coletiva necessária para tal propósito, um príncipe suficientemente esclarecido capaz de aglutinar as vontades individuais fragmentadas em uma força política organizada (o príncipe-*condottiere* idealizado por Maquiavel), elemento então inexistente historicamente na península itálica daquela época.

Com efeito, equivocaram-se os intérpretes motivados ideologicamente por uma leitura conservadora, que identificaram na busca da *verità effettuale* uma profissão de fé em favor da substituição do "dever ser" pelo

"ser" no campo da política. Em Maquiavel essa equação é muito mais rica e multifacetada, rejeitando terminantemente esse reducionismo simplificador que busca opor artificialmente as duas partes constitutivas de qualquer ação política: a ação política só se viabiliza através da articulação entre a vontade de transformar a realidade e o reconhecimento das leis que regem o desenvolvimento histórico. Ou seja, é impossível a prática política sem o *moto contínuo* do ideal. A inovação de Maquiavel reside justamente na proposição de um novo tipo de "dever ser", diferente daquele característico da tradição utópica renascentista, porque ancorado nas perspectivas de desenvolvimento da realidade histórica concreta. Esse "dever ser" realista[9], longe de recusar de forma absoluta a projeção teleológica do desenvolvimento histórico, já que seria impossível eliminar arbitrariamente um dos traços fundamentais da ontologia do ser social, transforma-o de mera abstração individualista (cujo exemplo paradigmático é a Utopia, de Thomas Morus) em um programa político (um "manifesto de partido") fundado nas possibilidades concretas de desenvolvimento da realidade histórica. Entretanto, mesmo se baseado nas leis tendenciais do desenvolvimento histórico, nada garante – a não ser a sua transformação de filosofia em ideologia – que o novo "dever ser" se afirme historicamente através da ação política.

E aqui convém recapitular, que longe de ter sido um analista frio e desinteressado da política, Maquiavel foi antes de tudo um homem de *partido*, um intelectual cuja reflexão foi movida por um programa político, pela vontade de expurgar os males advindos da fragmentação política italiana diante de

[9] GRAMSCI, op. cit., *Q. 13, § 16, p. 1578.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

uma Europa que se encaminhava progressivamente para a constituição de seus diversos Estados nacionais. Em conclusão, foi a busca de um "dever ser" que moveu a análise desenvolvida por Maquiavel, servindo o seu realismo político justamente para esclarecer as massas populares de sua época de que, se "elas desejam um fim", deveriam estar prontas para utilizar os meios para isso.

2.2.4 A urgência da ação política

Na última parte de *O Príncipe*, compreendendo os capítulos XXIV, XXV e XXVI, Maquiavel torna clara a natureza do projeto que moveu a sua reflexão. Ele demonstra que a derrota italiana diante da forças estrangeiras decorreu de três fatores principais: utilização de forças militares inadequadas (mercenárias ou auxiliares), incapacidade de construção do consenso popular (apoio do povo) e falha dos governantes em neutralizar a ingerência das classes aristocráticas (os "grandes") sobre a política interna da península[1]. Mas se o príncipe-*condottiere* quiser alterar essa situação, recuperando a grandeza da Itália, o conhecimento necessário para isso já está disponibilizado em sua reflexão.

No capítulo XXV[2], Maquiavel esclarece a sua concepção secularizada da história. Apesar dessa concepção ter fornecido a base de toda a sua argumentação anterior, portanto, já presente implicitamente desde o início do livro, somente nesse capítulo a sua apreensão da história recebe uma certa sistematização conceitual. Contrariando a opinião tradicionalmente difundida na época, segundo a qual a história humana seria governada pelos desígnios da *fortuna* ou de Deus, Maquiavel reivindica um espaço para a práxis humana na conformação do dinamismo histórico. Segundo ele, mesmo reconhecendo que a *fortuna* possa interferir no curso das ações humanas, determinando em parte os rumos dos acontecimentos (a *fortuna* determinaria proporcionalmente metade de nossas ações), ainda assim restaria espaço para a atuação do livre-arbítrio do

---

[1] MACHIAVELLI, op. cit., cap. 24, pp. 50-51.
[2] Ibid, cap. 25, pp. 51-53.

homem. Ou seja, a outra metade proporcional que condiciona a dinâmica histórica seria regida pela práxis dos homens, pela *virtù*. Por conseguinte, o processo histórico seria determinado em proporções iguais pela *fortuna* e pela *virtù*, eliminando o mecanicismo cego do destino na condução da vida do homem.

Como já adiantamos anteriormente, ao tratarmos da análise de Maquiavel sobre as formas possíveis de Estado, na formulação teórica maquiaveliana o sucesso da ação política depende da articulação entre fatores contingentes (*fortuna*) e elementos volitivos (*virtù*). A *fortuna*, portanto, forneceria a *occasione* para a atuação exitosa do político. Assim, a *occasione* propiciaria as condições conjunturais apropriadas para garantir a efetivação do plano estabelecido anteriormente. Dessa forma, a *fortuna* aparece como o reverso da *virtù*. E se a *virtù* expressa a liberdade da ação humana diante da história, a *fortuna* expressaria os limites a que essa liberdade está sujeita. Em conseqüência, a *fortuna* aparece como a parcela de acontecimentos imponderáveis presentes no curso de qualquer ação política, o movimento contingente do fluxo histórico que não pode ser abarcado pela previsão e que, em vista disso, foge ao controle imediato do homem. Em contrapartida, é a *fortuna* que também fornece a *occasione* mais apropriada para desencadear a ação resoluta que permitirá ao príncipe-*condottiere* triunfar sobre as adversidades contingenciais do momento.

Então, a *fortuna* aparece em *O Príncipe*, ao longo do texto e, especialmente no capítulo XXV, como o reverso da *virtù*. Essa dicotomia institui uma dinâmica essencialmente temporal para o fluxo do desenvolvimento histórico. Portanto, insistimos que a concepção maquiaveliana de *fortuna* supera

unesp

qualquer conotação metafísica, transcendendo a visão difundida na época que via a história como um processo determinístico alheio à vontade humana. O próprio contexto em que a imagem da *fortuna* é utilizada em *O Príncipe* exclui qualquer conotação de providência. O que Maquiavel quis transmitir através da utilização da noção de *fortuna* é que em toda ação política está presente uma soma de elementos contingentes que poderão alterar os fins almejados inicialmente. Ou seja, os propósitos políticos visados pelo príncipe-*condottiere* poderão se alterar no curso de sua ação, se essa não for pautada pela imposição de um programa confiado a uma vontade resoluta que queira transformar a realidade. Somente os impulsos de uma ação de *virtù* poderão antecipar os desdobramentos da ação política - que são por demais complexos e instáveis - na amplitude e na fração de tempo necessários à orquestração dessa ação em consonância com a contingência de toda conjuntura política.

Porém, o príncipe de *virtù*, através da adoção de uma política resoluta e da preparação constante para a guerra, sobretudo inspirado nos exemplos dos grandes homens do passado (da história greco-romana), pode se precaver das ironias da *fortuna*, já que essa só se manifesta na ausência de *virtù*. E, se o ordenamento político, diferentemente do que pregava a filosofia política da época, pode ser condicionado pela vontade do homem, a *fortuna* não é vista como um entrave absoluto para a ação humana. Ao contrário disso, a *fortuna* passa a fornecer a *occasione* para a efetivação da *virtù* do príncipe-*condottiere*.

Como fica claro ao longo do livro, a ação resoluta é a melhor aliada contra os imprevistos da *fortuna*. Ao equiparar a *fortuna* a um desses "rios

impetuosos" (*"E assimiglio quella a uno di questi fiumi rovinosi..."*)[3], Maquiavel fornece a chave para a compreensão do significado conceitual da *fortuna*: se ela pode ser comparada a um rio impetuoso que pode ser contido através de *reparos e barragens*, então desaparece qualquer elemento transcendente, mostrando que o conceito se refere a uma força que pode ser controlada em parte pelo homem. Sendo assim, o espaço reservado à *fortuna* na determinação do desenvolvimento histórico não impede a liberdade da ação humana: a *virtù* é o antídoto para triunfar sobre o acaso e a contingência. Porém, na sua ausência, a *fortuna* triunfará. Quando os homens se mostram *efeminados* (mais uma metáfora maquiaveliana para qualificar a falta de empenho na condução do Estado) ou quando falta sabedoria política (atuação política contrária à natureza dos tempos), o caminho está aberto à prevalência ilimitada da *fortuna* tornando instável a manutenção do Estado pelo príncipe.

Portanto, é a *virtù* que torna possível conformar o curso dos acontecimentos. Conseqüentemente, em *O Príncipe*, a *virtù* aparece como a afirmação da vontade de um indivíduo especial – especial justamente por representar a aglutinação das vontades individuais fragmentadas em um projeto político coletivo – que pela sua condição de mediador no processo de constituição da vontade coletiva nacional-popular, tem o dever de impor a racionalidade diante da contingência do mundo político. Entretanto, o estabelecimento da racionalidade na ação política exige a *paixão* que só pode ser fornecida por um projeto político. Assim sendo, a vontade aparece como o fundamento da *virtù*, e a ação do

[3] MACHIAVELLI, op. cit., cap. 25, p. 51.

unesp

príncipe-*condottiere* será virtuosa se orientada pelo projeto de constituição do Estado unitário na península itálica. Por outro lado, a busca da *virtù* impõe algumas condições ao príncipe-*condottiere*, como sugere Maquiavel. Somente o conhecimento político fundado na análise da *verittá effettuale* pode lhe garantir atuar eficientemente, condicionando suas ações às condições mutáveis da realidade histórica. A obra de Maquiavel, portanto, tem esse objetivo precípuo. O conhecimento ali disponibilizado visa garantir que uma *virtù* em potencial se transforme em *virtù* efetiva.

Assim, a *virtù* aparece como um dos elementos fundamentais para decidir o sucesso da ação política do príncipe-*condottiere*. Após analisar as dificuldades a serem enfrentadas, fornecendo também o conhecimento político para supera-las, Maquiavel demonstra através de efeitos retóricos – recorrendo a imagens da grandeza de Roma – que as condições imperantes na Itália naquele momento fornecem as circunstâncias adequadas para *"introduzir novas estruturas institucionais"* (*introdurvi forma*)[4] capazes de superar a fragmentação política e a dominação estrangeira. Se a tentativa anterior de unificação da península – provavelmente, Maquiavel se refere ao projeto personificado por César Bórgia de unificar a Itália central, partindo da construção de um Estado na Romanha[5] – fracassou, a Itália deposita agora na casa dos Medici a sua esperança de redenção diante das crueldades e insolências dos estrangeiros. Então, nesse momento, o

---

[4] MACHIAVELLI, op. cit., cap. 26, p. 53.

[5] Ibid, cap. 26, p. 54. "E, se bem que algumas indicações luminosas tenham se manifestado em alguém, que se teria podido julgar fosse enviado por Deus para a sua redenção [da Itália], viu-se depois como, no momento decisivo, foi abandonado pela fortuna". *("E benché insino a qui si sia mostro qualque spiraculo in qualcuno, da potere iudicare ch' e' fussi ordinato da Dio per sua redenzione, tamen si è visto come di poi, nel più alto corso delle azioni sua, è stato da la fortuna reprobato").*

príncipe-*condottiere* idealizado por Maquiavel se metamorfoseia no príncipe real, conclamando Lourenço de Medici a mediar o processo de construção dos *nuovi ordini e modi*.

A principal indicação fornecida por Maquiavel é que – se Lourenço quiser levar adiante tal projeto – ele deverá seguir os exemplos dos grandes homens do passado, sacrificando os seus interesses egoístas (que, se mantidos, o igualaria aos muitos tiranetes existentes na península) à execução de um empreendimento político de dimensões coletivas. E, além disso, deveria urgentemente organizar um exército próprio, sob a sua direção exclusiva, constituído por soldados recrutados entre a população local, banindo definitivamente a utilização de tropas mercenárias. Esse foi o grande equívoco teórico de Maquiavel, pois o seu príncipe-*condottiere* não existia concretamente, mas se constituía no puro símbolo do líder necessário historicamente para mediar a formação da nova vontade coletiva.

No entanto, mesmo que o desenvolvimento histórico italiano não tenha criado as condições para a emergência da reforma da política em curso na Europa Ocidental – e, conseqüentemente, também para a constituição do elemento político mediador (o príncipe carismático característico da etapa inicial de formação da monarquia absolutista nacional) -, Maquiavel, ainda assim, invoca um príncipe "realmente existente"[6].

Portanto, o destaque dos três últimos capítulos é a mudança progressiva no tom do discurso. A linguagem objetiva característica dos capítulos

[6] Conforme Gramsci: "(...) depois de ter representado o condottiere ideal, Maquiavel, numa passagem de grande eficácia artística, invoca o condottiere real que o personifique historicamente (...)" (GRAMSCI, op. cit., *Q. 13, § 1, p. 1555*).

unesp

anteriores vai se diluindo, a preocupação genuinamente vinculada à elucidação das dificuldades concretas a serem enfrentadas pelo príncipe-*condottiere* perde espaço diante da necessidade de conclamar a ação. O conhecimento objetivo indispensável a atuação já foi apresentado nos capítulos precedentes (um conhecimento fundamentado na apreensão da *verità effettuale* da política); importa agora, portanto, mobilizar o "povo" e o príncipe-*condottiere* potencial para a tarefa impreterível de fundação do novo Estado, pondo fim aos males que assolam a Itália. Contudo, como realça Gramsci, esse "povo" que se apresenta como o destinatário do discurso de Maquiavel não é um "povo" genérico, mas sim o "povo" ao qual ele se dirige desde o início do livro: isto é, *il popolo* é a classe em ascensão naquele momento, é a burguesia mercantil em ascensão que buscava a "educação política" realista para a constituição de seu domínio político.

Esse é o verdadeiro sentido da interpretação gramsciana de *O Príncipe*: a obra tem o estatuto de um "manifesto político. Ou seja, a obra cumpre a função de contribuir para a conscientização política da classe burguesa em sua etapa inicial de constituição em sujeito histórico. O epílogo do livro, que em nossa compreensão engloba os três últimos capítulos e não somente o último como propõe Gramsci, é que desvela a intenção essencial que move a reflexão maquiaveliana. Se *O Príncipe* pode ser visto como um "manifesto político", então a sua finalidade é educar as massas progressivas da época (conseqüentemente, a burguesia e seus aliados) para a necessidade da ação coletiva em prol da constituição do Estado nacional na forma histórica da monarquia absolutista.

unesp

A apreensão de *O Príncipe* como um "manifesto político" da burguesia ascendente mostra que, possivelmente, - senão de forma explícita, pelo menos implicitamente - Gramsci faz uma comparação entre essa obra e o "manifesto político" do proletariado (Manifesto Comunista, de Marx e Engels). A conscientização política de uma determinada classe social – que para Gramsci aparece como o pressuposto fundamental de sua transformação em sujeito histórico consciente – demanda, em primeiro lugar, a elaboração de uma *consciência teórica* por parte de seus intelectuais orgânicos. São esses intelectuais – no caso Maquiavel e Marx - cada um a seu modo e em seu tempo histórico específico, que traduzem as aspirações das classes a que estão vinculados em concepções de mundo sistemáticas que passam a orientar a atuação política dessas classes em sua busca pela constituição da hegemonia.

unesp

3 . Os limites históricos do projeto político de Maquiavel

3.1. A singularidade política italiana: a permanência da fragmentação territorial

O desenvolvimento progressivo da concentração do poder político nas mãos dos monarcas, cujos impulsos iniciais remontam ainda aos tempos medievais, alcança seu coroamento com a constituição das monarquias absolutistas nacionais na Europa Ocidental do século XVI. A centralização do poder político na figura do rei, através da substituição da fragmentação política típica do Estado feudal pela constituição de um espaço territorial ocupado por uma população com tradições culturais, históricas e lingüísticas comuns representa o momento inicial de desenvolvimento daquilo que viria a ser o Estado-nação da maturidade da sociedade burguesa. Logo, a monarquia absolutista nacional do século XVI se constituiu no desenvolvimento conseqüente da forma política necessária para garantir a construção das novas estruturas sociais exigidas pela expansão das forças burguesas ascendentes, num momento especial da transição em que a burguesia não era ainda politicamente dominante, mas já fornecia as matrizes culturais das novas relações sociais, exercendo assim a direção cultural nas formações sociais européias da época do Renascimento.

No entanto, apesar de uma difusão continental do desenvolvimento das forças burguesas na Europa Ocidental nessa época, é claro que em graus variáveis, o processo de constituição do Estado unitário moderno não seguiu um padrão único, apresentando variações em seu desenvolvimento nos diversos conjuntos nacionais. Ao lado do próprio grau de desenvolvimento das forças burguesas verificado em cada conjunto nacional, é preciso incluir as diferentes condições

unesp

sócio-culturais herdadas pelo desenvolvimento histórico anterior de cada um desses conjuntos nacionais como elementos importantes do processo de construção das novas estruturas políticas. Desse modo, a constituição dos diferentes absolutismos nacionais (que viabilizaram a unificação territorial) e a impossibilidade de constituição de uma monarquia absolutista de base nacional (que perpetuou a fragmentação territorial medieval através do absolutismo de base municipal ou regional), decorrem dos diferentes processos que engendraram o desenvolvimento histórico de cada conjunto nacional. No entanto, as exigências históricas desse período confluíram em torno do movimento de construção das monarquias absolutistas nacionais como a forma política mais adequada para assegurar a unificação territorial e o desenvolvimento conseqüente das forças de produção burguesas incipientes.

Assim, progressivamente, os principais países da Europa Ocidental do século XVI se encaminham para a unificação territorial através da constituição de suas monarquias absolutistas de base nacional. A Espanha, com o casamento de Isabel I e Fernando II, ocorrido em 1469, dá início ao processo de constituição de sua unidade nacional. O matrimônio dos reis católicos permitiu a união dos reinos de Castela e de Aragão, possibilitando a construção de um Estado centralizado com uma grande extensão territorial. O mesmo acontece com Portugal, que já no final do século XIV, sob o reinado de dom João de Avis, inicia a construção das estruturas que irão moldar o futuro Estado absolutista português[1]. A unificação

[1] Sobre os dados históricos de constituição dos Estados nacionais europeus, cf. a seguinte bibliografia básica: STRAYER, J.R. *As origens medievais do Estado moderno*. Lisboa: Ed. Gradiva, s/d.; GUENÉE, B. *O Ocidente nos séculos XIV e XV : os Estados*. São Paulo: Ed.

territorial desses dois países, possibilitada pela constituição das monarquias absolutistas nacionais, fornecerá as bases para o desenvolvimento do capital mercantil e para a expansão ultramarina, transformando-os nas primeiras potências nacionais da Europa moderna.

O mesmo processo de unificação territorial se repetiu na Inglaterra e na França. A Inglaterra ainda contou com um importante impulso extra na constituição de sua monarquia absolutista nacional: a eficiência das instituições herdadas da monarquia feudal das dinastias anglo-normanda e angevina. O processo de construção da monarquia nacional absolutista inglesa teve início no século XVI, com a ascensão da dinastia Tudor ao poder. Assim, Henrique VII, utilizando-se da centralização do poder herdada do período feudal inicia o processo de concentração do poder político nas mãos do rei, tornando possível as ações necessárias à formação de um espaço nacional. Porém, na verdade, foi o rompimento de Henrique VIII com a Igreja Católica – e a fundação da Igreja Anglicana – que contribuiu mais decisivamente para o processo de *nacionalização* da Inglaterra.

O confisco generalizado dos bens da Santa Sé aumentou a concentração do poder e a força do Estado absolutista inglês, que encontraria a sua maturidade política durante o reinado da rainha Elisabeth I. Em conseqüência da unificação política inglesa, as forças produtivas burguesas tiveram um desenvolvimento acelerado a partir do século XVI, transformando a Inglaterra no modelo clássico do desenvolvimento capitalista. Já na França, em decorrência da

---

Pioneira: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981 e SOLARI, G. *La formazione storica e filosofica dello stato moderno*. Napoli: Age, 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Guerra dos Cem Anos, o rei Carlos VII foi obrigado a implementar uma política ativa de centralização política para fazer frente aos ataques desfechados pela Inglaterra, culminando na criação de um exército nacional embrionário que não só assegurou a vitória da França sobre os ingleses, como também beneficiou a constituição das estruturas da monarquia absolutista nacional francesa do século XVI.

No entanto, enquanto os principais países da Europa Ocidental avançavam decididamente em direção à consolidação do projeto burguês de desenvolvimento nacional através da unificação territorial posta em marcha pelas monarquias nacionais absolutistas, a Itália ainda permanecia presa a formas anacrônicas de organização política, não conseguindo superar a fase feudal de Estado (o principado regional ou a cidade-estado). Assim, a península itálica do século XVI se caracterizava pela fragmentação territorial, pela permanência de inúmeros particularismos locais e pela heterogeneidade político-cultural de seus habitantes. A conseqüência imediata da impossibilidade de superação do limite político econômico-municipal foi a debilidade militar que transformou a Itália em presa fácil dos interesses expansionistas de outros Estados europeus já unificados. Por conseguinte, a impossibilidade de unificação territorial representou a falência de qualquer projeto de desenvolvimento autônomo, subordinando o destino político da Itália aos interesses dos Estados que passaram a controlar a política italiana, sobretudo França e Espanha. É assim que em 1494, Carlos VIII, o rei da França, usando como justificativa os vínculos de parentesco entre as famílias dos Valois e dos Anjou, inicia o período de domínio estrangeiro da península. A partir

unesp

desse momento a Itália passa a ser objeto da política externa de seus poderosos vizinhos, passando a se constituir em simples peão no jogo travado entre a França e a Espanha pelo domínio político da região e da Europa.

Os intentos italianos de unificação territorial surgidos no alvorecer da constituição das monarquias nacionais absolutistas européias redundaram em fracasso, já que o absolutismo italiano moderno foi incapaz de suscitar a formação de um Estado de caráter nacional. As *signorie* e os principados regionais em que se configuraram a experiência do absolutismo na península se degeneraram em formas políticas regressivas, desembocando na fragmentação territorial característica do Renascimento. Logo, o desenvolvimento histórico italiano do alvorecer do mundo moderno diferiu do modelo típico que levou à centralização política estatal através da monarquia absolutista nacional (França, Inglaterra, Espanha, etc.), se caracterizando pela permanecia do policentrismo político próprio do período de desenvolvimento da burguesia comunal.

Por conseguinte, a impossibilidade de construção de uma estrutura estatal que superasse o Estado "econômico-corporativo" da burguesia italiana - estrutura essa que na época só poderia se metamorfosear historicamente numa monarquia absolutista de base territorial nacional - acabou frustrando o processo progressivo de *nacionalização* da sociedade italiana iniciado a partir do século XI com a emergência da civilização comunal. Em decorrência da permanência dos entraves políticos medievais, isto é, da prevalência das estruturas estatais de caráter municipal ou dos principados regionais, sem a formação do Estado nacional unificado, o desenvolvimento burguês italiano não pôde superar a

unesp

fragmentação territorial. E esse se constituiu num dos principais empecilhos, senão o principal, à expansão da produção capitalista e à homogeneização político-cultural da população, levando a refeudalização da economia e a subordinação política da península aos interesses das potências estrangeiras. Porquanto a conclusão conseqüente das forças postas em marcha pelo desenvolvimento da burguesia comunal fosse a constituição do Estado nacional unitário, como se viu em grande parte da Europa Ocidental no século XVI, na Itália essas forças foram cooptadas pelas classes regressivas, inviabilizando o desenvolvimento dinâmico da ordem burguesa italiana.

Essa singularidade da situação italiana à época do Renascimento aparece nas notas gramscianas dos *Quaderni* como decorrente do desenvolvimento peculiar de sua formação social. Segundo Gramsci[2], a articulação complexa dos elementos constituintes da história italiana (a formação do Império Romano, a questão da língua, o processo atípico de desenvolvimento burguês das Comunas medievais, a influência marcante do catolicismo na cultura italiana, a localização da sede da Igreja e a intervenção do papado na política interna da península, etc.) tornou impossível a formação de uma vontade coletiva nacional-popular capaz de permitir a iniciativa política necessária à constituição da unidade territorial. Em decorrência disso, o desenvolvimento histórico da burguesia italiana se congelou na fase "econômico-corporativa", falhando em colocar o problema político do Estado e a necessidade de organizar a vontade

[2] "Por que não se teve a monarquia absoluta na Itália na época de Maquiavel? É necessário remontar ao Império Romano (questão da língua, dos intelectuais, etc.), compreender a função das Comunas medievais, o significado do catolicismo, etc.; deve-se, em suma, fazer um esboço de toda a história italiana, sintético mas exato" (GRAMSCI, op. cit., *Q 13, § 1, p. 1559*).

unesp

coletiva nacional-popular para a luta pela construção das novas superestruturas objetivas adequadas à expansão das forças produtivas burguesas. Esse processo histórico resultou na configuração de uma burguesia débil, incapaz de romper com a forma política da cidade-estado e de colocar a questão nacional através da construção do Estado territorial unificado.

A abordagem desenvolvida por Gramsci privilegia os aspectos político-culturais na apreensão da singularidade da situação italiana. Assim, sua preocupação central é descobrir os elementos atuantes na história italiana que impediram a formação de uma vontade coletiva nacional-popular na península paralelamente àquela que se desenvolvia nos conjuntos nacionais da Europa Ocidental do século XVI. Ou seja, o que interessa para Gramsci é explicitar os condicionamentos históricos genuinamente italianos que impediram que a *Weltanschauung* burguesa, que chegou a ser elaborada na Itália durante a fase de desenvolvimento da burguesia comunal, não conseguiu se difundir e hegemonizar a ação política das massas populares no século XVI, levando à constituição do Estado unitário moderno na península. E ele encontra justamente na função cosmopolita exercida pelos intelectuais italianos do Renascimento um dos elementos essenciais responsáveis pelo fracasso da unificação territorial.

Na Itália, diferentemente dos demais conjuntos nacionais, nos quais o desenvolvimento das forças burguesas despertadas a partir do século XI levou à *nacionalização* dessas formações sociais no alvorecer do século XVI, o Renascimento, que é justamente a conclusão desse processo histórico de longa maturação, representou a instauração de uma via política regressiva, de caráter

restaurador, impedindo a formação de uma cultura nacional-popular. A vitória dos intelectuais ligados às classes tradicionais – e, conseqüentemente, a sua hegemonização da *Weltanschauung* dos grupos comprometidos com o processo de *nacionalização* – fica evidente na questão da formação da língua italiana.

A consolidação de uma língua nacional de base popular, como se verificou nos demais países da Europa Ocidental (França, Inglaterra, Espanha, etc.), mostrou ser um importante indício da presença ativa dos intelectuais orgânicos da burguesia na vida político-cultural do país. Por conseguinte, a formação de uma língua influenciada pelos estratos populares – isto é, a adoção do vulgar falado pelo povo como o modelo da língua nacional – representou um importante componente na homogeneização cultural das nações em formação, contribuindo decisivamente para a afirmação do projeto de desenvolvimento burguês. Mas nesse campo, como bem demonstra Gramsci, os intelectuais italianos ligados à burguesia também falharam[3]. O fracasso em fundir a multiplicidade de dialetos populares em uma língua nacional representou um duro golpe na luta pela hegemonia da *Weltanschauung* burguesa na península itálica, já que abriu caminho para a ação dos intelectuais vinculados às classes tradicionais – sobretudo o clero e os intelectuais cortesãos – atuarem na conformação de uma visão de mundo fundamentada em seus valores ideológicos. Então, a constituição da língua italiana não foi efetuada pelos intelectuais orgânicos ligados à burguesia popular, como se deu nos demais países europeus citados, mas sim pelos literatos

[3] "Na realidade, a burguesia nascente impõe os próprios dialetos, mas não consegue criar uma língua nacional: se esta nasce, está confinada aos literatos e estes são cooptados pelas classes reacionárias, pelas cortes, não são "literatos burgueses", mas nobres" (GRAMSCI, op. cit., *Q. 6, § 118, p. 789*).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

já vinculados aos interesses políticos das classes regressivas. Conseqüentemente, é o italiano culto – a língua eminentemente literária, sofisticada e profundamente influenciada pelo latim acadêmico, cuja matriz decorre do vulgar ilustre de Dante, Petrarca, Boccaccio, etc. – que é tomado como a língua nacional italiana, e não o autêntico italiano falado verdadeiramente pelo povo. Essa é mais uma mostra da cisão entre cultura e povo na história italiana, que o período do Renascimento contribuiu para perpetuar, impedindo a reforma intelectual necessária para a criação de uma vontade coletiva nacional-popular capaz de criar as novas estruturas sociais exigidas pelo desenvolvimento das forças produtivas burguesas.

Com efeito, a recuperação dialética do marxismo elaborada por Gramsci se caracteriza pela fluidificação do dogmatismo da vulgata marxista, restituindo a centralidade da relação dialética na explicação do processo histórico. Não é a infra-estrutura que condiciona - com a força de uma lei natural e invariável - o desenvolvimento do processo histórico, mas a interação dialética entre infra-estrutura e superestrutura. Em sua interpretação, o caráter infra-estrutural da base econômica não deve ser entendido como um determinismo rasteiro e simplificador, que explicaria toda a vida social humana. A economia só é infra-estrutura porque fornece o contexto dentro do qual a vontade coletiva dos homens (isto é, a cultura) é livre para elaborar possíveis formas de organização da sociedade. Assim, numa certa medida, as superestruturas aparecem como um dos elementos fundamentais – tanto quanto a economia - na determinação da dinâmica do processo histórico.

unesp

É interessante observar que essa perspectiva adotada por Gramsci não se submerge no extremo oposto do reducionismo economicista, caindo no idealismo, e imputando somente aos elementos superestruturais a causa do desenvolvimento peculiar italiano. Porém, ao contrário, esse equacionamento original do desenvolvimento histórico torna possível compreender a especificidade histórica italiana diante do quadro geral da história européia. As formações sociais são totalidades históricas complexas e articuladas, marcadas pela interação dialética existente em seu interior entre economia, política, cultura, religião, etc., nas quais esses elementos constituintes se inter-relacionam dinamicamente, e qualquer referência a instâncias distintas só se justifica como um recurso metodológico para facilitar nossa apreensão da complexidade da realidade social. Segundo Gramsci, e essa é uma de suas principais contribuições teóricas para o marxismo contemporâneo, são os intelectuais os principais responsáveis pela estruturação dessa totalidade dinâmica em que se configuram as formações sociais, já que compete a eles a constituição do bloco histórico que permite a estabilidade de um dado ordenamento social. Conseqüentemente, a função desempenhada pelos intelectuais é elevada à categoria de um verdadeiro paradigma explicativo da gênese do desenvolvimento histórico.

O que Gramsci faz é identificar no processo histórico italiano, no período de desenvolvimento e maturação das relações burguesas, o elemento fundamental determinante da peculiaridade da evolução política da península. Assim, o desenvolvimento político-cultural regressivo, que impediu a formação de uma vontade coletiva nacional-popular durante o Renascimento, decorreu da

unesp

função cosmopolita desempenhada pelos intelectuais italianos. A abordagem gramsciana, longe de flertar com qualquer perspectiva culturalista, na verdade, está profundamente comprometida com a utilização crítica do materialismo histórico na investigação da formação do Estado italiano: ou seja, a sua análise se baseia na recuperação dos fatos históricos – entendidos como a articulação complexa entre economia e cultura – responsáveis pela determinação dos rumos tomados pelo desenvolvimento do espírito público na Itália.

É precisamente da falência dos intelectuais renascentistas - que deveriam cimentar a formação de um novo bloco histórico, elaborando a articulação entre infra-estrutura e superestrutura, como ocorreu na Europa Ocidental - que resulta a impossibilidade de hegemonização da *Weltanschauung* burguesa na península itálica durante a fase de constituição do Estado unitário moderno. Os intelectuais orgânicos da burguesia foram cooptados pelos intelectuais ligados às classes tradicionais, graças à permanência do espírito cosmopolita dos intelectuais italianos, impedindo a formação de uma vontade coletiva eficiente e a explicitação das contradições entre os interesses ideológicos da produção burguesa e a estrutura territorial fragmentada típica do policentrismo político. Esse quadro inviabilizou a mobilização política da classe progressiva pela construção da unidade territorial. Conseqüentemente, a classe que historicamente era portadora dos interesses políticos progressivos fracassou em destruir a hegemonia das classes tradicionais, tendo que se subordinar ao domínio da classe aristocrática feudal e iniciando um processo bastante peculiar de transição para o mundo moderno.

unesp

3.2 O papel cosmopolita dos intelectuais renascentistas italianos e a refeudalização do poder

Como Gramsci deixa claro nos *Quaderni*, o aparecimento do intelectual orgânico da burguesia, e sua posterior hegemonização da vida cultural nas formações sociais européias de transição do século XVI, disseminando a visão de mundo que se transformaria progressivamente em dominante na mente coletiva da época, se constituiu no elemento cultural fundamental para a emergência da Europa moderna. Assim, a constituição do intelectual vinculado aos interesses de caráter nacional-popular – isto é, o intelectual orgânico da burguesia – aparece como essencial para a efetivação do processo inicial de *nacionalização* das sociedades típicas da época do Renascimento. Esse novo tipo de intelectual, que se originou ainda na fase de ascensão da burguesia comunal (ou primeira burguesia, como Gramsci se refere, às vezes), contribuiu decisivamente para a sistematização de uma visão de mundo coerente que se difundiu organicamente para o conjunto do tecido social, em consonância com a constituição estrutural da classe burguesa.

Já no século XVI, no momento em que as novas estruturas do Estado unitário estavam sendo forjadas na Europa Ocidental, a hegemonia desses intelectuais sobre os intelectuais tradicionais ligados às classes aristocráticas (sobretudo os clérigos e os intelectuais cortesãos) foi fundamental para a vitória das forças *nacionalizantes* sobre as forças universalistas do Estado feudal.

unesp

Portanto, somente nos conjuntos territoriais em processo de *nacionalização* onde o intelectual cosmopolita medieval pôde ser substituído pelo intelectual orgânico da burguesia, é que se criaram as condições político-culturais propícias para a universalização da nova visão de mundo que levou à constituição do Estado unitário de base nacional. Conseqüentemente, a criação do Estado unitário exigiu a intervenção ativa desse novo tipo de intelectual, possibilitando assim a crítica ideológica da ordem social estabelecida (principalmente da crítica anticlerical), e sua transformação política, com a conformação das novas estruturas sociais de dominação política já de caráter burguês.

Com efeito, nas formações sociais em que esse novo tipo de intelectual não se desenvolveu – ou, mesmo se desenvolvendo, acabou posteriormente sendo cooptado pela hegemonia cultural dos intelectuais tradicionais ligados às classes aristocráticas – a visão de mundo burguesa não se transformou em ideologia. Sem se difundir para a "mente coletiva", a nova visão de mundo elaborada pela "filosofia da época" não se transforma em força material, em política, permanecendo como patrimônio cultural de pequenos grupos distanciados dos interesses nacionais-populares. Assim, nessa situação de bloqueio do desenvolvimento do processo de conscientização política da classe burguesa, a constituição da vontade coletiva nacional-popular não pode se afirmar.

Essa é uma das facetas da tese elaborada por Gramsci para explicar a debilidade política congênita da classe burguesa italiana. É em função dela que Gramsci qualifica o Renascimento italiano como uma forma de

restauração. Ou seja, na Itália, em decorrência do fracasso dos intelectuais orgânicos da burguesia em hegemonizar a visão de mundo dominante (isto é, a visão de mundo difundida para o conjunto da sociedade), a *Weltanschauung* aristocrático-feudal acabou prevalecendo sobre a matriz burguesa-popular contida *in nucce* no processo histórico do Renascimento. Por conseguinte, a reação contra o regime feudal iniciada no século XI, com o início do desenvolvimento da civilização comunal, não se completou: a classe burguesa italiana não conseguiu superar a sua fase de desenvolvimento econômico-corporativo, sucumbindo ao processo de regressão das estruturas político-culturais vigentes na península itálica, inviabilizando, portanto, a formação da vontade coletiva nacional-popular nos marcos do século XVI.

No contexto da península itálica do Renascimento as forças *nacionalizantes* só tiveram expressão teórica, cuja figura emblemática se corporifica em Maquiavel, tido por Gramsci como o modelo *par excellence* do intelectual vinculado aos interesses de caráter nacional-popular. Mas, no entanto, como realça Gramsci[1], Maquiavel era apenas um escritor, não tendo à sua disposição os meios efetivos de alterar os rumos do desenvolvimento histórico em curso, por mais consciente que fosse dos desdobramentos previsíveis decorrentes da indolência das forças burguesas diante da fragmentação política. A sua sintonia com o processo histórico de constituição das novas estruturas sociais em curso na época não encontrava uma base histórica efetiva de apoio na Itália, já que a

[1] "O limite e a estreiteza de Maquiavel consistem somente no fato de ter sido ele uma "pessoa privada", um escritor, e não o chefe de um Estado ou de um exército, que é também uma pessoa singular, mas tem à sua disposição as forças de um Estado ou de um exército, e não somente exército de palavras" GRAMSCI, op. cit., *Q. 13, § 46, p. 1578.*

unesp

península não trilhara os caminhos percorridos pela Europa Ocidental (França, Espanha,Inglaterra, etc), e nem ele possuía os meios necessários para atuar praticamente. Por conseguinte, a sua reflexão – se considerada exclusivamente no âmbito da península itálica – permanece vinculada a um desejo utópico, pois as condições para a realização de seu projeto só se apresentam concretamente no contexto da Europa Ocidental onde prevaleceu a tendência burguesa-popular de desenvolvimento do Renascimento.

A principal razão disso residiu no fato de que na Itália, ao contrário do que se verificava em várias partes da Europa Ocidental, nas quais se configuravam as novas estruturas do poder político que transformaram o Estado feudal em Estado absolutista (monarquia absolutista nacional), modificando completamente a dinâmica do desenvolvimento histórico e dando início ao processo de formação política da nação, o divórcio entre intelectuais e massas populares se manteve. Portanto, o Renascimento italiano não desencadeou a reforma intelectual e moral necessária à constituição da vontade coletiva nacional-popular. E, se Maquiavel chega a vislumbrar o processo historicamente em curso, ele o faz com base na observação do que ocorria fora da Itália. Pois na península as forças progressivas da época, contidas no Renascimento, não se desenvolveram completamente, como ocorreu na França e na Inglaterra. O divórcio entre intelectuais e "povo" impediu a difusão da cultura para as massas populares, inviabilizando a transformação da filosofia da época em política. Conseqüentemente, as massas populares italianas não se constituíram como "povo", como "sujeito coletivo".

unesp

Assim, a permanência da fragmentação política frustrou o processo "clássico" de desenvolvimento sócio-político do projeto burguês de nação. Desde que o Estado unificado não se constituiu nos marcos do século XVI, a autonomia política da península sucumbiu diante das iniciativas expansionistas – risco que, por sinal, Maquiavel percebeu com muita clareza em *O Príncipe* – dos Estados europeus já unificados, sobretudo França e Espanha. Com a inviabilização da unificação política da península na passagem do século XV para o século XVI, tem início o período de dominação estrangeira (a partir de 1494) da Itália, que – direta ou indiretamente – afetará todo o curso subseqüente da história italiana. Sem a constituição do Estado unitário no século XVI, que na forma da monarquia nacional absolutista representou a configuração da etapa inicial do processo de formação das estruturas políticas que definiram as diversas nacionalidades européias, o desenvolvimento das forças produtivas burguesas é bloqueado em seu processo clássico de evolução. Portanto, a partir do século XVII, assiste-se na península o desencadeamento de um movimento de caráter social regressivo que os historiadores denominaram de "refeudalização".

O conceito de "refeudalização" é utilizado correntemente pelos historiadores, sobretudo pelos historiadores vinculados à tradição marxista[2], para nomear o processo de transferência dos capitais da atividade mercantil-

[2] Apesar de uma certa polêmica envolvendo a questão da "refeudalização", as análises fornecidas por alguns historiadores são bastante convincentes em mostrar que no século XVII ocorreu uma retomada considerável da expansão da propriedade feudal da terra, com a conseqüente "aristocratização" da classe dirigente italiana e o surgimento de uma nova nobreza. É evidente, porém, que a região meridional da península, em decorrência das características distintivas de sua estrutura social, que conservou uma grande parcela dos entraves feudais já eliminados no Norte, sofreu um impacto maior desse processo regressivo. No entanto, em linhas gerais, o processo ocorreu em toda a península. A esse respeito cf. ROMANO, R. La storia economica. Dal secolo XIV al Settecento. In: *Storia d'Italia*. Torino: Einaudi, 1974, vol. II, tomo II.

unesp

manufatureira para o investimento fundiário a partir do final do século XVI, com a conseqüente diminuição da vitalidade da economia burguesa mercantil. O resultado imediato desse processo foi a reintrodução das relações feudais no campo, que nos séculos anteriores vinham sofrendo um retrocesso progressivo, subsumindo a pequena e média propriedade camponesa aos latifúndios de natureza feudal. A grave crise que acometeu a economia européia no século XVI, caracterizada na Itália pela insolvência generalizada dos bancos e pela regressão da atividade manufatureira, aparece como um dos fatores explicativos dessa "migração" dos capitais para a exploração fundiária. No entanto, não podemos reduzir o processo de "refeudalização" em curso na península itálica no século XVII somente a fatores diretamente econômicos, sendo necessário reconhecer a presença de elementos culturais em sua determinação. Pois já no século XVI, no momento em as forças burguesas italianas falham na construção do Estado unitário, a visão de mundo da alta burguesia italiana havia rompido com suas origens populares e se "aristocratizado"[3].

Nesse sentido, a tese gramsciana do papel cosmopolita dos intelectuais renascentistas italianos, distanciados do projeto nacional-popular e a apreensão do Renascimento na península como o resultado de uma regressão das

[3] Segundo Larivaille, concordando com a tese gramsciana, esse fenômeno de "refeudalização" já se manifestava culturalmente desde o século XVI: "Os novos senhores [alta burguesia] se assimilam gradualmente aos antigos e reconstituem de fato, senão de direito, graças à sua esmagadora superioridade econômica, situações e tipos de relações sociais análogas sob muitos aspectos às que caracterizavam a antiga feudalidade. Em suma os próprios descendentes dos burgueses que haviam sido no passado os adversários vitoriosos da sociedade feudal ocuparam, com o tempo, o lugar dos feudatários de outrora; e a sua conversão maciça à ética aristocrática não deixou de favorecer enormemente o restabelecimento da supremacia da nobreza e de uma hierarquia de tipo medieval, que é um dos fenômenos marcantes do século XVI italiano". Cf. LARIVAILLE, P. *A Itália no tempo de Maquiavel: Florença e Roma.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

forças burguesas em processo de *nacionalização*, pode contribuir para ampliar a compreensão sobre a "refeudalização" do século XVII. Por outro lado, e de modo mais importante, pode explicar ainda o processo histórico que levou à constituição de uma burguesia débil, incapaz de promover uma revolução burguesa ativa na etapa subseqüente da história italiana, no momento da formação tardia do Estado nacional através do *Risorgimento*.

Então, o fracasso da unificação política no século XVI aparece como o prenúncio da "revolução passiva" consubstanciada no *Risorgimento*. Por conseguinte, a apreensão gramsciana concebe a história italiana nos quadros de sua evolução global, como uma sucessão organicamente articulada e indivisível. Dessa forma, a debilidade na conformação estrutural da classe burguesa em seus primórdios afetará os desdobramentos subseqüentes da história italiana; não somente os acontecimentos imediatos, como o fracasso da unificação política no século XVI e a "refeudalização" no século XVII. Mas também conformará a amplitude da radicalidade da revolução burguesa italiana, que só ocorrerá tardiamente, já nos marcos do século XIX.

Portanto, nos baseando nas indicações fornecidas pela tese gramsciana, podemos concluir que as causas da "refeudalização" da estrutura social italiana do século XVII transcendem os seus aspectos diretamente econômicos, estando enraizadas no modelo de transição político-cultural que estabeleceu os fundamentos da modernidade burguesa na península itálica. Se a debilidade congênita da burguesia decorreu da impossibilidade de hegemonização dos intelectuais ligados às classes tradicionais pelos intelectuais orgânicos da

unesp

burguesia italiana, então o elemento cultural (isto é, a unificação do tecido social através da difusão de uma visão de mundo hegemônica culturalmente) se destaca como central no desencadeamento do dinamismo histórico italiano: fracasso na constituição do Estado unitário no século XVI, "refeudalização" no século XVII e revolução burguesa passiva no século XIX.

Mesmo reconhecendo a primazia da crise econômica do século XVI na determinação do processo de "refeudalização" da península, não podemos descartar a prevalência dos intelectuais ligados às classes tradicionais sobre os intelectuais orgânicos da burguesia como o fator fundamental na determinação da regressão política que desembocou no retrocesso da expansão das forças produtivas burguesas e no predomínio de uma matriz aristocrática de desenvolvimento social. Pois, segundo Gramsci, se a dinâmica histórica é desencadeada pela estrutura econômica, é a luta entre visões de mundo antagônicas (cada classe fundamental possui uma visão de mundo distinta) que provê os lineamentos teleológicos da construção do *devir histórico*. Com efeito, o processo de refeudalização não se circunscreveu somente ao campo econômico, já que antes de tudo representou a sujeição política e cultural da formação social de transição italiana à visão de mundo aristocrática que prevaleceu na conclusão do processo histórico do Renascimento italiano, restabelecendo o poder da antiga nobreza (aristocracia feudal) e da nova nobreza fundiária (formada pelo processo de *anoblisssement*[4] de amplos setores da classe burguesa italiana do século XVII).

[4] O termo indica a progressiva capitulação ideológica dos altos extratos da burguesia italiana à visão de mundo aristocrática feudal. Cf. VILLANI, P. *Feudalità, Riforme, capitalismo agrario in Italia.* Bari: Laterza, 1968.

unesp

Assim, a "refeudalização" – como o próprio termo sugere – tem um alcance muito mais amplo do que a migração dos capitais da atividade mercantil e manufatureira para o investimento fundiário, determinando transformações sociais regressivas, com o retorno da sujeição dos camponeses (já não formal, porém mediada por mecanismos econômicos) e o aumento inegável do poder político da aristocracia feudal.

A análise gramsciana, que realça a centralidade da posição cosmopolita dos intelectuais italianos como principal empecilho à formação da vontade coletiva nacional-popular no início da Idade Moderna, pode também contribuir para explicar a emergência do divórcio progressivo que marca o desenvolvimento sócio-econômico entre o Norte (região setentrional) e o Sul (região meridional) da península itálica a partir do século XVII. É evidente, porém, que a percepção da distinção entre o Norte e o Sul se manifesta muito tempo depois, somente após a unificação, ocorrida já no século XIX, através de um processo de "revolução passiva", que como veremos adiante, agravou ainda mais os problemas estruturais que levaram ao divórcio no desenvolvimento histórico entre as duas regiões, deflagrando aquilo que ficou conhecido como "questão meridional". Portanto, não apenas na fase histórica pós-unificação, mas ainda no período imediatamente posterior à falência da formação do Estado unitário, a posição cosmopolita dos intelectuais italianos afetou os rumos do desenvolvimento da dinâmica do processo histórico da península.

De resto, a incapacidade de superação da fase de domínio econômico-corporativo através da constituição do Estado unificado marcará

indelevelmente os rumos da construção do poder da classe burguesa italiana na edificação do seu projeto nacional. Fracassando em viabilizar a unificação territorial, o desenvolvimento do "espírito burguês" (ou seja, a construção da hegemonia burguesa) ficará a reboque da influência dos intelectuais tradicionais vinculados à visão de mundo aristocrática feudal, falhando em sua empreitada de constituir um projeto político independente da burguesia. Sem a inserção ativa dos intelectuais orgânicos da burguesia na vida cultural italiana durante a primeira fase da transição histórica para o capitalismo (isto é, no período de formação do Estado unitário), o Renascimento se degenerou em *restauração*. Ou seja, a nova cultura que deveria cimentar a *reforma intelectual e moral* necessária para a constituição da vontade coletiva nacional-popular permaneceu patrimônio de pequenas elites, impossibilitando a homogeneização cultural do país que levasse a um desenvolvimento sócio-econômico integrado, como ocorreu nos países que seguiram a "via clássica" de transição para o capitalismo (França e Inglaterra).

Nesse sentido, a debilidade constitutiva da burguesia italiana, expressa na incapacidade de hegemonização dos intelectuais vinculados à nobreza feudal, forneceu os elementos ideológicos que permitiram a reintrodução da refeudalização na península no século XVII. A crise econômica que afligiu a Europa Ocidental - tanto no século XVI, quanto no século XVII – foi contornada em outros conjuntos nacionais sem provocar a regressão das estruturas sociais burguesas já em processo de consolidação (França, Inglaterra, etc). No caso particular italiano, porém, na presença de uma classe burguesa marcada por uma profunda debilidade ideológica constitutiva, a crise econômica incrementou o

unesp

processo de assimilação gradual da burguesia aos valores da antiga feudalidade (principalmente da alta burguesia financeira). A subsunção dos intelectuais orgânicos da burguesia italiana ao campo ideológico dos intelectuais cosmopolitas tradicionais significou a adesão inelutável da burguesia aos ideais e modos de vida aristocráticos, impondo, conseqüentemente, a sua visão de mundo como norteadora do desenvolvimento social. Ou seja, na medida em que os intelectuais orgânicos da burguesia foram cooptados pelos intelectuais ligados às classes aristocráticas, abriu-se o caminho para a "refeudalização" da própria visão de mundo estabelecida, que então se espraiou para os diversos complexos da vida social (economia, cultura, política, filosofia, ética, etc). Essa evolução política singular – isto é, a conclusão *restauradora* do processo progressista de *nacionalização* da sociedade iniciado com a emergência da burguesia comunal na vida política e econômica da península - impossibilitou a formação da vontade coletiva nacional-popular necessária para a concretização das potencialidades históricas progressivas postas na ordem do dia pelo Renascimento em grande parte da Europa Ocidental: a constituição do Estado unitário e o início do processo de homogeneização político-cultural que levou à formação das modernas nações européias.

Assim, numa linha de continuidade, mesmo reconhecendo a evidência da multiplicidade causal na determinação dos eventos históricos, a "debilidade congênita" da burguesia italiana aparece como a principal causa do desenvolvimento histórico singular do Estado italiano. A formação do Estado nacional italiano através de uma "revolução passiva", durante o *Risorgimento*,

unesp

demonstra, uma vez mais, que essa mesma debilidade constitutiva originária contribuiu para a inviabilização da constituição de uma vontade coletiva nacional-popular necessária para a unificação social. O *Risorgimento*, portanto, promoveu a unificação política, mas não a unidade social.

3.3 A constituição do Estado nacional italiano através do *Risorgimento*: união política, não unidade social

Com a falência da constituição do Estado territorial unificado no século XVI, no momento de surgimento das monarquias absolutistas nacionais na Europa Ocidental, a unificação política italiana só será estabelecida no século XIX, já tardiamente, através do movimento político conhecido pelos historiadores como *Risorgimento*.

O *Risorgimento*, portanto, compreendeu uma longa luta política, que se estendeu de 1815 a 1870, marcada pela presença conjunta de forças sociais com objetivos díspares, capitaneadas por dois "partidos" principais: o Partido dos Moderados, que congregava as forças representantes dos interesses da aliança formada pela burguesia industrial e pelos latifundiários; e o Partido da Ação, que arregimentava a pequena burguesia e os artesãos. Como fator distintivo, devemos considerar a enorme influência do Estado do Piemonte na condução da revolução burguesa italiana, o que definirá não somente a sua base social de apoio, como, principalmente, o alcance das transformações políticas desencadeadas.

Nesse demorado interregno de mobilização política pela unificação que caracteriza o *Risorgimento* se destacam três momentos essenciais: a constituição formal do reino da Itália, ocorrida em 1861, com a proclamação de Vitório Emanuel II como rei; a anexação de Veneza, que ainda se encontrava sob domínio austríaco, em 1866 e, finalmente, completando o processo de integração

territorial da península, a conquista de Roma, que ocorre em 1870, com a conclusão definitiva de formação da estrutura política do Estado unitário através da constituição de uma monarquia nacional compreendendo todo o território italiano.

Assim, tomando como base a análise efetuada por Gramsci nos *Quaderni del carcere*[1], pretendemos propor um *excursus* que destaque as características político-culturais atuantes no *Risorgimento* que contribuíram para inviabilizar novamente a formação de uma vontade coletiva nacional-popular na península, recolocando impreterivelmente a necessidade da *unidade social* italiana para o "moderno Príncipe". Contudo, não temos a pretensão de elaborar um estudo minucioso sobre a rica perspectiva analítica gramsciana do *Risorgimento*, mas, tão somente, evidenciar as características que o qualificam como uma forma de "revolução passiva". E, mais ainda, localizar na configuração de forças vitoriosas, as razões políticas para o progressivo divórcio no desenvolvimento econômico-social entre as regiões setentrional e meridional do país.

A espinha dorsal da tese gramsciana[2] sobre o *Risorgimento* é a de que a burguesia italiana do período não conseguiu mobilizar as massas populares da época através da inclusão dos camponeses na luta política, única

[1] Essa análise se encontra presente principalmente no *Quaderno 19* (escrito entre 1934-1935, intitulado *Risorgimento italiano*), no *Quaderno 25* (1934, *Ai margini della storia. Storia dei gruppi sociali subalterni*) e em outras notas esparsas distribuídas pelos cadernos miscelâneos. Na Edzione critica dell'Instituto Gramsci, elaborada por Valentino Gerratana e equipe, a avaliação gramsciana do *Risorgimento* está contida no Volume Terzo, que engloba os Quaderni escritos entre 1932-1935 (Quaderni 12-29).

[2] É interessante observar os inúmeros pontos de contato entre a visão gramsciana do *Risorgimento* e aquela desenvolvida por Sereni, sobretudo no que se refere ao seu caráter antipopular como decorrência da inviabilidade histórica de uma reforma agrária capaz de mobilizar as massas camponesas. Cf. SERENI, E. *Il capitalismo nelle campagne (1860-1900)*. Torino: Einaudi, 1968.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

forma de se conseguir ampliar a participação popular, necessária ao aprofundamento do caráter democrático da revolução burguesa. Assim, sem a mobilização das massas rurais através de um programa consistente de reforma agrária, o caráter do *Risorgimento* se afirma como eminentemente antipopular. A "revolução agrária malograda" (*rivoluzione agraria mancata*) aparece, portanto, como a principal causa da persistência dos resíduos feudais – principalmente no *Mezzogiorno* -, que foram preservados com a manutenção da estrutura fundiária calcada no latifúndio.

A existência de um programa de reforma agrária consistente seria fundamental para a inclusão das massas rurais no movimento político em curso, levando ao aprofundamento dos aspectos democráticos da revolução burguesa. É nesse sentido que a "revolução agrária" aparece como um elemento central da concepção gramsciana de "revolução nacional". Nesse sentido, Gramsci acusa o Partido da Ação de não ter percebido a amplitude de sua função histórica. O seu erro foi não ter compreendido a necessidade de aprofundar a revolução burguesa através da proposição programática de uma aliança entre a burguesia progressista e a massas rurais, única forma possível de subtrair a hegemonia que os moderados exerciam sobre o Partido da Ação e aprofundar a revolução. Porém, ao se submeter à liderança dos moderados, o Partido da Ação sufoca a possibilidade de aprofundamento da unidade nacional, já que inviabiliza a reforma agrária necessária para incluir a população camponesa na vida política nacional.

Como conseqüência, o *Risorgimento* tomou a forma de uma "revolução passiva": a configuração de forças que dirigiu a revolução burguesa

unesp

italiana não conseguiu ampliar o foco da unidade territorial em uma *unidade social* que integrasse o conjunto do país, através da mobilização das massas camponesas, levando à eliminação dos resíduos feudais existentes na estrutura fundiária. Apesar da ocorrência de momentos episódicos de participação coletiva, a condução do movimento foi feita a partir do alto, sem aprofundar as transformações estruturais.

Conseqüentemente, a "revolução passiva", da qual o *Risorgimento* italiano é um tipo exemplar, se caracteriza exatamente pela renovação com base na exclusão da participação popular direta nas transformações políticas e sociais. Assim, são as elites dirigentes ou o próprio Estado (no caso do *Risorgimento*, o Estado do Piemonte) que controlam os rumos e o alcance das modificações estruturais em curso, evitando escrupulosamente a radicalização das ações que pudessem levar a uma revolução mais profunda, de caráter democrático-social. O objetivo das mudanças – isto é, da "revolução" – é de natureza superficial: trata-se apenas de executar modificações sociais visando eliminar alguns entraves feudais, sobretudo a fragmentação do país, que impediam a constituição de um amplo mercado exigido pelo desenvolvimento industrial da região setentrional. No entanto, a estrutura fundiária semifeudal e a exploração parasitária dos camponeses na região meridional foram deixadas intocadas. Em resumo, a "revolução passiva" visa sobretudo a adequação política e social do país à expansão das forças produtivas burguesas através de uma *racionalização controlada* da estrutura social, sem modifica-la profundamente.

Assim, na visão gramsciana, dado o contexto histórico em que se operou a configuração de forças políticas que desencadeou o *Risorgimento*, a relação estabelecida entre o Partido Moderado e o Partido da Ação resultou na hegemonia do primeiro sobre o segundo, impossibilitando o desenvolvimento da revolução burguesa italiana nos moldes jacobinos, falhando em eliminar os resíduos feudais presentes na estrutura agrária do país, principalmente na região meridional. Em conseqüência disso, o *Risorgimento* se caracterizou como uma espécie de conquista "colonial", com a subjugação econômica e política do Sul pelo Norte, empreendimento facilitado pela liderança inquestionável do Estado do Piemonte no processo, que se impôs como força dirigente da unificação, preservando uma aliança política conservadora que garantiu o controle do poder político e a preservação do *status quo* anterior das classes dominantes. O mercado nacional foi finalmente criado, com a eliminação das tarifas alfandegárias internas, possibilitando a burguesia industrial criar as bases de seu desenvolvimento econômico às expensas da integração da região meridional como um mercado consumidor dos bens manufaturados produzidos no Norte.

Em contrapartida, a região meridional preservou a sua estrutura fundiária semifeudal, com a permanência dos grandes latifúndios e a submissão das massas rurais meridionais aos interesses retrógrados de uma economia agrária fundada na exploração parasitária dos grandes latifundiários. Progressivamente, a economia meridional começa a se especializar na produção de bens primários – principalmente cereais, para o abastecimento das cidades do Norte –, enquanto a região setentrional aprofundava o seu processo de industrialização. Então, nesse

unesp

quadro, a *rivoluzione agraria mancata* aparece como o elemento principal para o aprofundamento do abismo social e cultural entre as duas regiões, reforçando o "dualismo" característico do século XX entre o *Setentrione* e o *Mezzogiorno*.

No entanto, é evidente que a análise gramsciana não desconhece os múltiplos fatores históricos que levaram à estagnação do *Mezzogiorno*, notadamente, dos fatores históricos anteriores ao processo de unificação do país. Para alguns historiadores italianos, o subdesenvolvimento do Sul da península tem causas bem mais antigas, remontando ainda à transição ente os séculos X e XI[3]. É nesse período que ocorre a conquista Normanda da região, que ao introduzir as relações de produção feudais, sufocou o desenvolvimento espontâneo das Comunas e da formação do "protótipo" da classe burguesa (ou primeira burguesia, como diz Gramsci) que vinha se constituindo no Sul, paralelamente ao que ocorria no Norte. Assim, sem o desenvolvimento das Comunas – isto é, sem o desenvolvimento vigoroso da civilização comunal como aquele que se verificou no Norte – o processo de constituição da burguesia foi prejudicado e, conseqüentemente, inviabilizou o surgimento de uma economia centrada na produção manufatureira e no comércio. Porém, esse fato não bloqueia definitivamente o processo de desenvolvimento futuro da economia meridional, nem a constituição de importantes Comunas na região.

É somente a partir do final do século XV, com a perda progressiva da posição central da península na economia européia, que começa a se delinear o processo de distinção no desenvolvimento desigual entre o Norte e o

[3] Dentre os mais recentes que desenvolvem essa tese, cf. o recente trabalho de ABULAFIA, D. *Le due Italie: relazioni economiche fra il Regno normano di Sicilia e i Comuni settentrionali.* Napoli: Guida, 1991.

unesp

Sul. Com a impossibilidade de unificação territorial no século XVI, a tendência se aprofunda, com a ocupação de grande parte do *Mezzogiorno* pela Espanha (o Reino de Nápoles, o Reino da Sicília e a Sardenha), introduzindo uma "divisão de trabalho" entre as economias das duas regiões: enquanto o Sul, sem sombra de dúvidas, marcado por uma estrutura agrária feudal muito mais rígida, se especializava na produção de produtos agrícolas para abastecer as Comunas do Norte, a região setentrional mantinha ainda o vigor de sua economia, que desde o século XIII se caracterizava pela pujança da produção manufatureira, principalmente de manufaturas ligadas ao ramo têxtil.

Porém, logo a economia italiana entraria numa fase de retrocesso, com a ocorrência do processo de "refeudalização". A crise econômica que marca o início do século XVII na Europa Ocidental, com um aumento considerável de preços dos produtos agrícolas, leva à difusão progressiva de uma agricultura intensiva e de uma pecuária mais produtiva no Norte, mas, mantendo ainda, apesar da tendência de "refeudalização", o domínio da economia pelo capital mercantil e manufatureiro. Já no Sul, em função da estrutura social mais atrasada, herdada do período histórico anterior, os efeitos da "refeudalização" são sentidos de forma mais acentuada, com o franco predomínio de uma agricultura de tipo extensivo e com o aumento do poder político dos grandes latifundiários, orientando a economia para a produção quase que exclusiva de bens primários. Por conseguinte, essa especialização da economia meridional levou ao enfraquecimento das poucas manufaturas existentes (quando comparadas com aquelas existentes no Norte) e a um retrocesso da estrutura social global da região.

unesp

O camponês meridional, mesmo sendo formalmente livre, continuou dependente economicamente e juridicamente dos grandes proprietários. Portanto, a "refeudalização" ocorrida no século XVII na península itálica, que atuou de forma mais intensa no Sul, aparece como um dos fatores essenciais para a determinação do subdesenvolvimento do *Mezzogiorno* na etapa anterior a formação da unidade política.

O atraso histórico secular da estrutura social do *Mezzogiorno*, marcada pela permanência do latifúndio e pela exploração parasitária dos camponeses, foi, no entanto, ampliado pelas políticas instauradas pelo Estado nacional recém-constituido, que favoreceu o desenvolvimento econômico do Norte, com a preservação da especialização da economia meridional voltada para a produção primária. Ou seja, segundo Gramsci, o bloco histórico (burguesia industrial + latifundiários + intelectuais) dominante que se constituiu em torno do processo de unificação política – isto é, do *Risorgimento* – impossibilitou a ampliação das transformações sociais que poderiam levar a uma revolução burguesa "ativa", de caráter jacobino; porém, além disso, favoreceu o processo de industrialização do Norte após a unificação, garantindo a subsunção da região meridional como mercado consumidor dos produtos industrializados do Norte.

Não bastasse a manutenção de uma estrutura agrária atrasada, a política pós-unificação acentuará ainda mais as diferenças sociais e culturais entre o Norte e o Sul, implementando o processo de industrialização setentrional através da exploração econômica da região meridional. O que significa dizer que o Estado nacional que emerge do *Risorgimento* já traz em si as marcas da divisão entre o

unesp

Norte e o Sul. Portanto, ampliando as pistas fornecidas por Gramsci, podemos concluir que, mais uma vez, os aspectos superestruturais (reconhecendo, é claro, que a superestrutura só atua sobre as condições concretas fornecidas pela infra-estrutura) foram determinantes para inviabilizar a perspectiva potencial presente no movimento da revolução burguesa italiana de construir a *unidade social* do conjunto do país.

Da mesma forma que no Renascimento, cuja conclusão italiana se caracterizou como "restauração", o *Risorgimento* também frustrou as esperanças de uma revolução burguesa que levasse à unidade nacional. A prevalência do projeto político do Partido Moderado, já que o Partido da Ação falhou fragorosamente em viabilizar uma revolução burguesa democrático-popular (isto é, que mobilizasse as massas rurais em torno de si), permitiu a constituição de um bloco histórico conservador cujo domínio através do Estado nacional aprofundou ainda mais o divórcio entre as duas regiões do país (Norte e Sul). A "revolução passiva" *avant la lettre* que caracterizou o Renascimento no século XVI, se repetiu na Itália na fase de conclusão do processo final de transição para a ordem burguesa, quando a revolução democrática falhou em eliminar os resíduos político-jurídicos feudais no campo através da reforma agrária.

Mas, então, qual é a relação existente entre os dois momentos de constituição da vontade coletiva nacional-popular? E, por que, na história da Itália até o *Risorgimento* não foi possível se constituir uma vontade coletiva nacional-popular?

unesp

Desenvolvendo as indicações fornecidas por Gramsci, podemos afirmar que a constituição de uma vontade coletiva de caráter nacional-popular exige como elemento essencial a mobilização das grandes massas populares e sua participação ativa na luta política que está sendo travada pela classe dirigente num determinado momento histórico. A construção da vontade coletiva nacional-popular exige, portanto, a ampliação do consenso para o conjunto das classes subalternas, incluindo-as diretamente nas transformações políticas de cada fase histórica. Foi exatamente isso que se verificou nos países onde o Renascimento levou à formação do Estado unitário no século XVI, quando a burguesia mercantil, através de seus intelectuais orgânicos, conseguiu criar um movimento de massa que impulsionou os estratos populares burgueses, os artesãos, os camponeses, etc. na luta pela configuração da monarquia absolutista de base nacional. A reforma religiosa forneceu o *fermento ideológico* que permitiu essa confluência de forças sociais, capitaneadas pela burguesia ascendente através da crítica elaborada por seus intelectuais, que destruiu o cosmos integrado medieval através do combate ao universalismo da Igreja Católica, possibilitando criar as bases do Estado nacional.

É claro que esse primeiro momento de constituição da vontade coletiva – embrionário, porém, já marcadamente de caráter nacional – é ainda, para usarmos uma expressão gramsciana, "gelatinoso" e ambíguo. E isso pela simples razão de que a própria estrutura das classes sociais modernas ainda não se apresentar completamente definida, exigindo que a unidade ideológica necessária para instrumentalizar à luta contra os entraves do feudalismo não se fizesse de

unesp

forma diretamente política, mas sim através de um amálgama nuançado por interesses políticos, crenças religiosas e superstições próprias da época. No entanto, mesmo considerando essas limitações históricas, que impediam a explicitação definida dos diversos interesses de classe em jogo, a burguesia ascendente soube capitanear o conjunto das classes subalternas da época em sua luta contra a fragmentação territorial, que se apresentava como o principal empecilho para a expansão das forças produtivas burguesas, criando o mercado ampliado de base nacional.

Já o desenvolvimento histórico italiano seguiu um caminho diferente. Com a falência do projeto endereçado ao príncipe-*condottiere* de Maquiavel, a homogeneização política que levaria à formação do "povo" italiano não se afirma com o grau necessário de desenvolvimento verificado em outros conjuntos nacionais. Isso, sem contar a influência cosmopolita da Igreja Católica sobre os intelectuais italianos, que continuou a se exercer após o século XVI (principalmente através da Contra-Reforma), também contribuiu sobremaneira para dificultar a formação de uma ideologia consistente da necessidade da unidade nacional.

Assim, ao falhar a etapa inicial de constituição da vontade coletiva nacional-popular, o desenvolvimento constitutivo da classe burguesa italiana sofre uma série de *deformações ideológicas* que afetam todo o processo subseqüente de constituição do *espírito burguês*. Conseqüentemente, foi sobretudo esse desenvolvimento histórico *sui generis* da consciência nacional italiana, levada à cabo por uma burguesia constitutivamente débil, que contribuiu

para inviabilizar a formação da vontade coletiva nacional-popular necessária à instauração definitiva da ordem burguesa representada pela constituição de uma força eficiente de caráter jacobino operante no interior da revolução burguesa.

Por conseguinte, como Gramsci realça[4], sem a presença de um "partido" jacobino atuante no interior da revolução democrática, a vontade coletiva nacional-popular não pode se organizar. E, nesses casos, instaura-se um processo de "revolução passiva" que apenas reforma a sociedade, preservando estruturas sociais já superadas historicamente pela ordem burguesa. Portanto, e essa é uma conclusão lógica das premissas gramscianas, podemos afirmar que mesmo se a unificação territorial nos marcos do desenvolvimento do capitalismo mercantil não possa ser vista como a causa determinante da prevalência de uma revolução burguesa de tipo jacobino, do qual a Revolução Francesa é o exemplo paradigmático, a sua ausência – como demonstra o caso específico italiano – pode contribuir para obstaculizar a formação da vontade coletiva necessária para viabilizar a conclusão da instauração da ordem burguesa, ao dificultar o processo de mobilização ideológica dos amplos estratos das classes populares (não só as diversas frações de classe da burguesia, mas também os operários, os camponeses, etc.) na fase fundamental da revolução democrática.

---

[4] "A razão dos sucessivos fracassos das tentativas de criar uma vontade coletiva nacional-popular deve ser procurada na existência de determinados grupos sociais, que se formam a partir da dissolução da burguesia comunal, no caráter particular de outros grupos que refletem a função internacional da Itália como sede da Igreja e depositária do Sacro Império Romano, etc. Essa função e a conseqüente posição determina uma situação interna que se pode denominar "econômico-corporativa", isto é, politicamente, a pior das formas de sociedade feudal, a forma menos progressista e mais estacionária: faltou sempre, e não poderia formar-se, uma força *jacobina* eficiente, precisamente aquela força que, nas outras nações, criou e organizou a vontade coletiva nacional-popular e fundou os Estados modernos" (GRAMSCI, op. cit., *Q. 13, § 1, pp. 1559-60*).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Pois, como explicita Gramsci, a mobilização e inserção das classes subalternas na luta política pela revolução democrática só pode se efetivar com base na constituição de um "partido" jacobino. Mas, para isso, entretanto, torna-se necessário a elaboração de um programa político consistente que seja difundido amplamente (isto é, *nacionalmente*) e atue como elemento de agitação das massas, principalmente através da mobilização das massas rurais. Ou, dizendo de outra forma, a consolidação do "partido" jacobino dentro da revolução democrática exige a *unidade política e cultural* das massas populares, da qual a unificação levada à cabo pelo Estado corporificado nas monarquias absolutistas nacionais aparece como um importante fator constitutivo. Portanto, é essa unidade política e cultural anterior que permite que a revolução burguesa possa se apoiar firmemente sobre as classes subalternas (operários e camponeses) radicalizando as suas transformações e indo além dos limites estabelecidos pelos grupos burgueses moderados, combinando democratização política urbana e reforma agrária no campo, como ocorreu durante a Revolução Francesa, no período dirigido pelos jacobinos.

Assim, mesmo não se afirmando como a causa direta do malogro político do *Risorgimento* em construir a unidade nacional italiana, já que essa causa deve ser buscada na configuração de forças presentes no interior do movimento, que levou à hegemonização do Partido da Ação pelo Partido Moderado, é inegável que a ausência de uma *consciência nacional* possibilitada pela unidade territorial anterior, aliada à debilidade constitutiva da classe burguesa

italiana, da qual a primeira é em parte conseqüência, contribuiu para transformar o *Risorgimento* em um tipo clássico de "revolução passiva".

Já no século XX, quando Gramsci, como prisioneiro do fascismo repensa a estratégia revolucionária para as novas condições do Ocidente, ele percebe que a resolução do contraste entre o Norte e o Sul, com a efetivação definitiva do projeto de *unidade* endereçado por Maquiavel ao príncipe-*condottiere*, não poderia ser solucionado no âmbito do bloco histórico dominante na Itália. A eliminação do profundo abismo sócio-econômico que separava a região setentrional e a região meridional, impedindo a *unidade social* da Itália, repõe a necessidade do "moderno Príncipe" como o elemento mediador da construção de uma nova vontade coletiva. Essa nova vontade coletiva, mesmo já assegurada a unificação política do país, permanece ainda circunscrita no âmbito nacional, mas já traz em si, dialeticamente (pelo menos teoricamente), os fundamentos de sua superação numa nova fase internacionalista da vontade coletiva. O tempo histórico do príncipe-*condottiere* havia se encerrado, abrindo espaço para a atuação do "moderno Príncipe".

unesp

Considerações finais

A interpretação gramsciana - ao recuperar a figura histórica de Maquiavel – permite fazer algumas aproximações sobre o complexo problema da relação entre pensamento político e hegemonia, entre teoria e práxis histórica. Com efeito, esse é o momento de retomarmos ligeiramente algumas dessas questões, que por sinal, se colocam como o eixo de nossa exegese: Qual a ligação da teoria maquiaveliana com o contexto histórico de sua época? Em que medida, e no âmbito de quais circunstâncias, uma teoria pode contribuir para transformar a realidade social? Por que a teoria de Maquiavel, ao contrário do que se verificou em partes da Europa Ocidental, não se transformou em política na península itálica? Quais as contribuições de Maquiavel para a teoria política? Isto é, existe uma dimensão *universal* do pensamento de Maquiavel que ainda continua válido?

É claro que não temos pretensão – nem podemos – responder de forma absoluta a todas essas questões. Portanto, o que nos interessa destacar, como um desdobramento crítico de nosso estudo da leitura gramsciana de Maquiavel, é que da relação entre o caráter progressivo da teoria maquiaveliana e o desfecho regressivo do processo histórico de transição para o mundo moderno verificado na Itália do século XVI, é possível extrair algumas considerações que nos permitam apreender as sugestões gramscianas para possíveis respostas a essas questões.

Em primeiro lugar, a argumentação gramsciana é bastante convincente em demonstrar que a obra de Maquiavel – e, por extensão, toda obra vinculada organicamente ao seu tempo - é permeada pelos "interesses" veiculados

unesp

pela "filosofia da época" em que foi gestada. Ou seja, de uma forma mais ou menos mediada, significa dizer que a obra de Maquiavel não se esgota em si mesma, mas que só adquire sentido pleno se abordada no contexto de seu tempo histórico. Veremos, posteriormente, que isso não significa negar a existência de elementos *universais* no seu pensamento, alguns desses ainda validados pela Ciência Política contemporânea, mas objetiva estabelecer uma base metodológica segura para evitar o caminho fácil – e tantas vezes trilhado – da demonização ou da instrumentalização grosseira do pensamento do "Secretário florentino".

Se, como Gramsci afirma, "*Maquiavel é um homem inteiramente de seu tempo*" e se "*sua ciência política representa a filosofia da época que tende à organização das monarquias nacionais absolutas*", então a sua obra não tem um caráter abstrato, de busca desinteressada da "verdade científica" da ação política; mas representa, de uma forma bastante concreta, os novos interesses que estavam sendo redefinidos pela nova matriz social elaborada pela classe que emergia como força política autônoma no século XVI.

Aqui, dizer que Maquiavel era um homem de seu tempo, significa reconhecer o seu estatuto *avant la lettre* de "intelectual orgânico" das forças burguesas ascendentes, embora, como sabemos, o conceito só venha a adquirir consistência numa outra temporalidade social. Mas é o próprio Gramsci que, alargando o seu conceito, assim se refere à figura de Maquiavel. E é como tal, como um intelectual estreitamente sintonizado com os acontecimentos históricos em curso em sua época, é que sua reflexão pôde perceber os rumos

tendenciais que viriam a ser tomados pela constituição das novas estruturas políticas que inauguraram a Europa moderna.

Por outro lado, se a ciência política de Maquiavel é a condensação do conhecimento filosófico da época de constituição das monarquias absolutistas – e é de suma importância destacar bem isso: que sua teoria só abarca realmente os primórdios do processo de formação da monarquia absolutista, depois já serve à reação -, não custa repetir que essa ciência política maquiaveliana não existe na forma límpida de um *tratado científico desinteressado*, mas como um amálgama constituído de conhecimento racional e ideologia. Mesmo reconhecendo a amplitude aberta à *legalidade científica* pela proposição de busca da *verità effettuale*, é forçoso reconhecer que em Maquiavel esse princípio sempre esteve subordinado à criação de *nuovi ordini e modi*. É assim que – partindo de Gramsci – podemos apreender a sua obra como uma tentativa bem sucedida de sintetizar teoricamente a nova visão de mundo que então se difundia na época, mas que até aquele momento não havia adquirido organicidade. É nisso que reside grande parte do mérito de Maquiavel: em sua capacidade de fundir os novos valores e princípios éticos da época numa *Weltanschauung* capaz de mobilizar as consciências para a ação política, introduzindo os elementos de uma reforma intelectual e moral necessária para a afirmação das novas superestruturas objetivas (o Estado unitário).

Em segundo lugar, como mostra a interpretação gramsciana, que vincula a leitura da obra de Maquiavel ao processo de desenvolvimento histórico do Estado italiano, a disponibilização do conhecimento teórico dos

unesp

meios para se atingir um determinado fim socialmente progressista, não é – por si só – suficiente para desencadear a ação política conseqüente necessária para equacionar uns ao outro. A "filosofia da época" só se transforma em política – assim sugere Gramsci – se os intelectuais orgânicos das classes progressivas difundem a nova visão de mundo para as massas populares, transformando a filosofia em práxis política através da mediação da ideologia. Sem a inserção ativa dos intelectuais na luta político-cultural (em sentido amplo, como se viu nos conjuntos nacionais em que a classe burguesa hegemonizou os intelectuais tradicionais), a "filosofia da época" se cristaliza em cultura de poucos.

Em terceiro lugar, mesmo comprometida com o processo de redefinição social da época, vimos que a teoria política de Maquiavel não se traduziu na criação das novas estruturas estatais na Itália do *Cinquecento*. É evidente, porém, que a luta político-cultural não ocorre no vazio, mas atua dentro de determinadas condições sociológicas dadas pelo desenvolvimento histórico precedente de cada formação social. É essa equação cambiante, resultante da interação dialética complexa entre cultura e economia, que – em última instância – determinará em que medida uma teoria poderá intervir praticamente no mundo social. Na Itália, por exemplo, o consenso popular pela criação do Estado unitário teorizado por Maquiavel não se concretizou. Porém, em grande parte da Europa Ocidental, esse consenso foi construído com a constituição da unidade política nacional através da monarquia absolutista tida por Gramsci como a *forma política que permite e facilita um novo desenvolvimento das forças produtivas burguesas.* Nesse sentido, deverá ter pesado também nesse resultado o cosmopolitismo de

unesp

Maquiavel – diga-se de passagem, o "bom cosmopolitismo" – que teorizou na Itália o que ocorria na Europa, ignorando em parte a situação histórica efetiva da península.

Em quarto lugar, concluindo nossas considerações sobre a leitura gramsciana, é imprescindível destacar que a *historicização* do pensamento do "Secretário florentino" não tem a pretensão de "domesticar"[1] o discurso maquiaveliano. A contextualização histórica visa somente estabelecer uma abordagem segura que neutralize a intrusão dos preconceitos moralistas na apreciação da obra, tornando possível destacar não somente o seu papel histórico, mas principalmente, recuperar os seus possíveis elementos *universais*.

Apesar de compreender a Ciência Política como uma ciência essencialmente histórica (isso é, em construção permanente), a leitura gramsciana destaca algumas conquistas teóricas da obra de Maquiavel que ainda permanecem como patrimônio da teoria política contemporânea. Dente essas cumpre destacar a compreensão da política como atividade autônoma, não no sentido croceano da política como pura técnica, mas no sentido de que a política possui uma legalidade própria. A outra contribuição fundamental destacada por Gramsci reside no reconhecimento, já implícito em Maquiavel, da necessidade do elemento organizativo mediador (simbolizado pelo príncipe-*condottiere*) necessário em qualquer processo de formação da vontade coletiva para um determinado fim político.

---

[1] A expressão é de Lefort, utilizada na obra citada anteriormente para apontar os limites da interpretação gramsciana: segundo ele, depois de determinados a função e o sujeito a quem se dirige a obra, a leitura de *O Príncipe* perderia o seu vigor, já que não restaria espaço ao leitor no processo de interação com a obra.

unesp

É claro que essa ligeira recuperação dos elementos universais presentes na obra de Maquiavel não tem a pretensão de ser exaustiva, mas tão somente destacar que no campo da teoria política só se pode ser universal inserindo-se organicamente nas questões de seu próprio tempo. E isso Maquiavel realizou de modo exemplar, criando uma teoria política da conjuntura que até hoje continua a nos desafiar.

unesp

Referências bibliográficas

ABULAFIA, D. **Le due Italie: relazioni economiche fra il Regno normano di Sicilia e i Comuni settentrionali.** Napoli: Guida, 1991.

ALTHUSSER, L. **Machiavelli e noi.** Roma: Manifesto Libri, 1999.

ANDERSON, P. **Linhagens do Estado absolutista.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

ANTONINI, C. *Il Risorgimento*. In: **Il Mondo**, I, 8, 9 aprile 1949, p. 8.

ARANTES, P.E. *Uma reforma intelectual e moral. Gramsci e as origens do Idealismo Alemão.* In: **Presença**, n. 17, nov. 91- mar. 92, pp. 141-209.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** São Paulo: UNESP, 1996.

BENDIX, R. **Construção Nacional e Cidadania.** São Paulo: USP, 1996.

BERLIN, I. *O problema de Maquiavel*. In: **Documentação e Atualidade Política**, jan-mar, 1978, pp. 05-22.

BIZZARRI, A. *Machiavelli e il moderno Principe.* In: **Il Mondo**, II, 5, 4 febraio 1950, p. 8.

BURCKHARD, J. **A civilização da renascença italiana**. Lisboa: Presença, 1983.

BUSSIÈRE, E. *Il Machiavelli di Gramsci*. In: **Critica Marxista**, ano 29, n. 06, 1991, pp. 69-83.

CAMMETT, J.M.(curatore). **Bibliografia gramsciana 1922-1998.** Roma: Riuniti, 1999.

CHABOD, F. **Escritos sobre Maquiavelo.** México: Fondo de Cultura Econômica, 1994.

CHEMOTTI, S. **Umanesimo, Rinascimento, Machiavelli nella critica gramsciana.** Roma: Bulzoni, 1975.

CORRIGAN, PH.(org.). **Capitalism, State Formation and Marxist Theory. Historical Investigations.** London: Quartet Books, 1980.

COUTINHO, C.N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CROCE, B. **Nuove pagine sparse.** Napoli: Ricciardi, 1949.

CROCE, B. **Indagini su Hegel e schiarimenti filosofici.** Bari: Laterza, 1952.

CROCE, B. **Terze pagine sparse.** Bari: Laterza, 1955.

CROCE, B. **Etica e politica.** Bari: Laterza, 1975.

DE GRAZIA, S. **Maquiavel no inferno.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DE SANCTIS, F. **Storia della letteratura italiana.** Torino: Einaudi, 1958.

DEBRUN, M. **Gramsci: filosofia, política e Bom Senso.** Campinas: UNICAMP, 2001.

DEL ROIO, M. **O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo.** São Paulo: Ícone, 1998.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

DUVERNOY, J.F. **Para conhecer o pensamento de Maquiavel.** Porto Alegre: L & PM, 1984.

FIORI, G. **A vida de Antonio Gramsci.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FONTANA, B. **Hegemony and Power: on the relation between Gramsci and Machiavelli.** Minneapolis: University of Minnesota, 1993.

FROSINI, F. **Scuola, intellettuali e identità nazionale nel pensiero di Antonio Gramsci.** Roma: Gamberetti, 1999.

GARIN, E. **Ciência e vida civil no renascimento italiano.** São Paulo: UNESP, 1996.

GILBERT, F. **Machiavelli e il suo tempo.** Bologna: Il Mulino, 1977.

GOOCH, J. **A unificação da Itália.** São Paulo: Ática, 1991.

GRAMSCI, A. **A questão Meridional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, A **Quaderni del Carcere (04 vol.).** Ed. critica dell'Instituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2001.

GRUPPI, L. *Machiavelli e Gramsci.* In: **Critica Marxista**, 1969, v. 3, p. 81-91.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUENÉE, B. **O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados.** São Paulo: Pioneira/Ed. da USP, 1981.

HALE, J.R. **Maquiavel e a Itália da renascença.** Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

HELLER, A. **O Homem do Renascimento.** Lisboa: Presença, 1982.

HOBSBAWM, E.(org.). **História do marxismo.** O marxismo na época da Segunda Internacional (vol. 4). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBSBAWM, E.(org.).**História do marxismo.** O marxismo na época da Terceira Internacional: de Gramsci à crise do stalinismo (vol. 10). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LAJOLO, L. **Antonio Gramsci: uma vida.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

LARIVAILLE, P. **A Itália no tempo de Maquiavel: Florença e Roma.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LEFORT, C. **Le travail de l'oeuvre – Machiavel.** Paris: Gallimard, 1972.

MACHIAVELLI, N. **Tutte le Opere : Storiche, politiche e leterarie.** A cura di Alessandro Capata. Roma: Newton & Compton editori, 1998.

MACHIAVELLI, N. **Il Principe.** Milano: Libri & Grandi Opere, 1995.

PAGGI, L. *Machiavelli e Gramsci.* In: **Critica Marxista**, n. 03, 1969, pp. 81-91.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico.** São Paulo: Centro Pastoral Vergueiro, 1987.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PROCACCI, G. **Storia degli italiani.** Bari: Laterza, 1998.

ROMANO, R. **Storia d'Italia (vol II).** Torino: Einaudi, 1974.

RUSSO, L. **Prolegomeni a Machiavelli.** Firenze: Le Monnier, 1931.

SANGUINETI, F. **Gramsci e Machiavelli.** Roma: Bari, Laterza,1982.

SASSO, G. *Antonio Gramsci interprete di Machiavelli.* In: **Lo spettatore italiano**, III, 4, aprile 1950, p. 93.

SCHLESENER, A.H. **Hegemonia e Cultura: Gramsci.** Curitiba: Ed. da UFPR, 1992.

SERENI, E. **Il capitalismo nelle campagne (1860-1900).** Torino: Einaudi, 1968.

SILVA, M.C. **A questão nacional e o marxismo.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

SKINNER, Q. **Maquiavel.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

SOLARI, G. **La formazione storica e filosofica dello stato moderno.** Napoli: Age, 2001.

SOREL, G. **Reflexões sobre a violência.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

STRAYER, J.R. **As origens medievais do Estado moderno.** Lisboa: Gradiva, s/d.

TILLY, CH. **Coerção, capital e Estados europeus.** São Paulo: USP, 1996.

TORRES, J.C.B. **Figuras do Estado moderno.** Elementos para um estudo histórico-conceitual das formas fundamentais de representação política no Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1989.

TORRESANI, A. *"Il Principe" e la genesi dello statalismo moderno*. In: **Cultura & libri**, ano I, n. 2/3, maggio-agosto, 1984, pp. 71-91.

TREVOR-ROPER, H.R. **Religião, Reforma e transformação social.** Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1981.

VILLANI, P. **Feudalità, Riforme, capitalismo agrario in Itália.** Bari: Laterza, 1968.

WOOD, E.M. **A origem do capitalismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ZACHEO, E. *Machiavelli e il "moderno Principe"*. In: **Gramsci, la democrazia, la cultura.** Bari-Roma: Piero Lacaita Editore, 1991.